

MESTRADO

SOCIOLOGIA

Uma análise multifuncional da agricultura familiar com enfoque na desigualdade de género

Diana Gomes

M

2022



Diana Gomes

Uma análise multifuncional da agricultura familiar com enfoque na desigualdade de género

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientado pela

Professora Doutora Cristina Clara Ribeiro Parente

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Diana Gomes

Uma análise multifuncional da agricultura familiar com enfoque na desigualdade de género

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora Doutora Cristina Clara Ribeiro Parente

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Ao melhores avós do mundo, Rosa e Casimiro, que foram agricultores familiares

Índice

| | |
|--|----|
| Declaração de honra | 3 |
| Agradecimentos | 4 |
| Resumo..... | 5 |
| Abstract | 6 |
| Índice de Figuras | 7 |
| Índice de Tabelas..... | 8 |
| Introdução..... | 9 |
| Capítulo 1- Agricultura familiar: do anunciado declínio à revitalização | 12 |
| 1.1 Debate em torno da agricultura familiar | 12 |
| 1.2 A agricultura familiar em Portugal | 14 |
| 1.2.1 A relação entre terra, trabalho e família..... | 20 |
| 1.3 Multifuncionalidade da agricultura familiar..... | 23 |
| Capítulo 2- Desigualdade de género na agricultura familiar..... | 28 |
| 2.1 Desigualdade de género na agricultura familiar em Portugal: do passado à atualidade ... | 28 |
| 2.2 Desigualdade de género na agricultura familiar: na Europa e no mundo | 33 |
| 2.3 A agroecologia como resposta..... | 42 |
| 2.3.1 A metodologia agroecológica para visibilizar o papel da mulher agricultora | 44 |
| 2.4 Conceitos: família e género..... | 46 |
| Capítulo 3- O Estágio na Adersousa e a metodologia para a análise multifuncional da agricultura familiar | 48 |
| 3.1 A Ader-Sousa | 48 |
| 3.2 Os sistemas agroalimentares locais e os cabazes “PROVE | 50 |
| 3.3 A estratégia metodológica de pesquisa | 53 |
| 3.3.1 Pressupostos e opções de base | 53 |
| 3.3.2 Preparação e dinamização do trabalho de campo | 55 |
| Capítulo 4- Análise e apresentação dos resultados | 61 |
| 4.1 Caracterização sociodemográfica e de classe | 61 |
| 4.2 Revelação-retrato das mulheres agricultoras | 63 |
| 4.3 A iniciação à agricultura e a atualidade | 71 |
| 4.4 Dimensão social da vida das agriculturas..... | 74 |
| 4.5 Dimensão económica da atividade agrícola..... | 84 |
| 4.6 Dimensão ambiental da atividade agrícola | 88 |
| Considerações finais..... | 92 |

| | |
|--|-----|
| Referências Bibliográficas | 95 |
| Anexos | 106 |
| Anexo I- Matriz de enquadramento lógico | 107 |
| Anexo II – Grelha da observação participante | 111 |
| Anexo III- Guião para entrevista semiestruturada | 119 |

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 23 de setembro de 2022

Diana da Silva Gomes

Agradecimentos

Obrigada à minha irmã por me inspirar, incentivar e apoiar sempre durante toda a minha vida

Aos meus pais por fazerem de tudo para que eu consiga estudar e por me apoiarem incondicionalmente

Ao meu sobrinho que, apesar de ainda não saber, é das pessoas mais importantes da minha vida

Às minhas companheiras de curso e melhores amigas para toda a vida, Bia, Cátia e Catarina

Ao Tiago, o meu porto de abrigo e companheiro

À Cristina Amaro da Costa por me apoiar, incentivar a crescer pessoal e profissionalmente e permitir sempre que eu concilie o trabalho com a escrita deste relatório

À minha colega de trabalho e amiga Cristina Bandeira por me inspirar através do trabalho que já realizou e continua a realizar junto das mulheres agricultoras e rurais; por me ouvir e incentivar sempre a não desistir

À minha colega de trabalho e amiga Inês Costa Pereira que me inspira através do seu trabalho na Agroecologia

À minha orientadora Professora Cristina Parente que me acompanhou e motivou durante este percurso académico

A todas as mulheres agricultoras que se cruzaram comigo ao longo destes últimos 2 anos, que me inspiraram e dão vontade de continuar a trabalhar

E a todas as mulheres, vivas ou vivas na memória e nos corações, que já fizeram tanto pela agricultura e sobretudo pelas mulheres agricultoras e rurais.

Resumo

Os agricultores familiares são atores chave no desenvolvimento da agricultura em todo o mundo, pois a sua multifuncionalidade permite-lhes agir de forma holística sobre vários aspetos relevantes do desenvolvimento sustentável (FAO e IFAD, 2019). As mulheres representam, em média, quase metade da força de trabalho agrícola, desempenhando um papel fulcral na agricultura familiar – não só através do seu trabalho agrícola, mas também – com o seu conhecimento ancestral; na gestão eficiente de recursos naturais; na produção, conservação e comercialização de produtos agrícolas; e como cuidadora das crianças e/ou idosos e trabalhadora doméstica não remunerada (*ibidem*). A nossa pergunta de partida foi a seguinte: Como se expressam as desigualdades de género nos agricultores familiares dos cabazes PROVE? Os nossos objetivos foram 1) caracterizar socio demograficamente os agricultores familiares; 2) mapear, descrever e analisar as diversas atividades que constituem a agricultura familiar nas suas dimensões económica, social e ambiental; 3) perceber as desigualdades de género no contexto da agricultura familiar, nomeadamente no trabalho agrícola, doméstico e de cuidado. Neste sentido, iremos estudar 3 famílias que praticam agricultura familiar no âmbito da iniciativa dos “Cabazes PROVE”, promovida pela Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa.

Esta investigação utiliza como referencial teórico o paradigma agroecológico (Corrêa, 2007; Borsatto et al., 2010; Gavioli, 2011; Cândido et al., 2015; Canuto, 2017); o conceito de multifuncionalidade agrícola (Cazella, Bonnal e Maluf, 2009); e as relações de género no contexto da agricultura familiar (Contzen e Forney, 2016; Brandth, 2002; Whatmore, 2016; Shortall, 1999; Carmo, 2007).

Foi utilizada uma abordagem qualitativa com recurso a entrevistas semi-estruturadas e grelhas de observação participante. As nossas considerações finais apontam que as desigualdades de género na agricultura familiar expressam-se de várias formas, nomeadamente nas tarefas agrícolas, na proteção social, na divisão de tarefas domésticas e de cuidado, nas horas de trabalho diário e nas tomadas de decisão.

Palavras-chave: agricultura familiar; género; agroecologia; multifuncionalidade

Abstract

Family farmers are key actors in the development of agriculture worldwide, as their multifunctionality allows them to act holistically on various relevant aspects of sustainable development (FAO and IFAD, 2019). Women represent, on average, almost half of the agricultural labor force, playing a vital role in family farming - not only through their agricultural work, but also - with their ancestral knowledge; in the efficient management of natural resources; in the production, conservation, and marketing of agricultural products; and as caregivers for children and/or the elderly and unpaid domestic workers (*ibidem*). Our starting question was the following: How are gender inequalities expressed in family farmers in the PROVE baskets? Our objectives were 1) to characterize family farmers socio demographically; 2) to map, describe and analyze the various activities that constitute family farming in its economic, social and environmental dimensions; 3) to understand gender inequalities in the context of family farming, namely in agricultural, domestic and care work. In this sense, we will study 3 families that practice family farming in the scope of the "Cabazes PROVE" initiative, promoted by the Rural Development Association of Terras do Sousa.

This research uses as theoretical reference the agroecological paradigm (Corrêa, 2007; Borsatto et al., 2010; Gavioli, 2011; Cândido et al., 2015; Canuto, 2017); the concept of agricultural multifunctionality (Cazella, Bonnal and Maluf, 2009); and gender relations in the context of family farming (Contzen and Forney, 2016; Brandth, 2002; Whatmore, 2016; Shortall, 1999; Carmo, 2007).

A qualitative approach was used through semi-structured interviews and participant observation grids. Our final considerations point out that gender inequalities in family farming are expressed in various ways, namely in agricultural tasks, social protection, division of household and caregiving tasks, daily working hours, and decision-making.

Key-words: family farming; gender; agroecology; multifunctionality

Índice de Figuras

FIGURA 1- CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PROVE (FONTE: BANDEIRAS ET AL., 2009) 52

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| TABELA 1 - TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS ESTUDADAS..... | 59 |
| TABELA 2- CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DAS AGRICULTORAS | 61 |
| TABELA 3- SITUAÇÃO NA PROFISSÃO, NO EMPREGO E CLASSE SOCIAL..... | 62 |
| TABELA 4 - TAREFAS AGRÍCOLAS DA JOANA E DO MARIDO..... | 78 |
| TABELA 5- TAREFAS AGRÍCOLAS DA GERTRUDES E DO MARIDO | 79 |
| TABELA 6- TAREFAS AGRÍCOLAS DA JOAQUINA E DOS SEUS FUNCIONÁRIOS | 80 |
| TABELA 7- ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE UM DIA PELAS AGRICULTORAS E A SUA AFETAÇÃO EM HORAS..... | 82 |
| TABELA 8- RENDIMENTO AGRÍCOLA: PRODUÇÃO AGRÍCOLA/ ANIMAL VENDIDA E AUTOCONSUMO | 86 |

Introdução

“Não deixar ninguém para trás” é uma das frases mais ouvidas no discurso político e humanitário, tanto ao nível nacional como mundial. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável propõe o mesmo: “transformar o nosso mundo sem deixar ninguém para trás” (Munhoz et al., 2020). Esta agenda resulta de uma convenção adotada pelos 193 estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), no sentido de reunir esforços para combater as desigualdades sociais e as alterações climáticas. A sua composição assenta em cinco pilares: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria. Esta mão de conceitos serve como missão para combater aquelas que têm sido as grandes injustiças e desigualdades sociais com consequências devastadoras nas condições de vida dos grupos mais pobres e marginalizados, nas condições climáticas e na manutenção de paz e solidariedade social.

A agricultura familiar tem vindo a ganhar atenção na agenda política mundial, especialmente a partir de 2014, quando a ONU (Organização das Nações Unidas) decidiu criar o “Ano Internacional da Agricultura Familiar”. Esta iniciativa conseguiu gerar mais debate na esfera política internacional sobre a agricultura familiar, tendo como resultado políticas nacionais e regionais, programas, atividades e acordos institucionais com vista a apoiar os pequenos agricultores (FAO e IFAD, 2019). O sucesso desta ação levou à criação da iniciativa da “Década da Agricultura Familiar”, que possui sete pilares de atuação dos quais dois são transversais: os jovens e as mulheres, e porquê? Se o objetivo das Nações Unidas é “não deixar ninguém para trás”, isso significa que nos temos de focar em quem tem sido mais deixado para trás – as mulheres e os jovens. Os dados estatísticos existentes sobre a participação das mulheres no setor agrícola são escassos, muitas vezes produzidos a partir de conceitos e práticas que subestimam a sua participação na força de trabalho; e os dados qualitativos, na sua maior parte de carácter etnográfico, incidem sobretudo nos significados e nas representações sobre as condições de vida e de trabalho. A literatura evidência uma subestimação do trabalho feminino rural que é referida nos estudos como “invisibilidade das mulheres”, pois as agricultoras são definidas pela categoria de “ajuda” ao trabalho de uma figura masculina, normalmente o marido ou o pai. Apesar

disto, é reconhecido que as mulheres representam, em média, quase metade da força de trabalho agrícola, desempenhando um papel fulcral na agricultura familiar – não só através do seu trabalho agrícola, mas também – com o seu conhecimento ancestral; na gestão eficiente de recursos naturais; na produção, conservação e comercialização de produtos agrícolas; e como cuidadora das crianças e/ou idosos e trabalhadora doméstica não remunerada (FAO e IFAD, 2019).

O presente trabalho é resultado de um estágio curricular realizado na ADER-SOUSA (Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa). O estágio foi realizado, maioritariamente, em regime de teletrabalho devido ao confinamento e medidas implementadas pelo Governo português face à pandemia covid-19. Este relatório resulta do trabalho desenvolvido em sede de estágio e aborda o tema da agricultura familiar na sua multifuncionalidade, com enfoque nas desigualdades de género entre agricultores e agricultoras familiares. Inicialmente, esta pesquisa norteou-se por três perguntas de partida: 1) Como se expressam as desigualdades de género nos agricultores familiares dos cabazes PROVE?; 2) Quais são os modelos de agricultura que estes praticam?; 3) Como estes se alinham com as práticas da agroecologia? Com um maior aprofundamento na pesquisa, e em concordância com os critérios e objetivos deste relatório de estágio, estreitei o campo de análise até fechar uma questão de partida. Considero que o processo de investigação desta tese assemelha-se a uma *matrioska (teórica)*, que fui desvendando – primeiro descobri a agroecologia, dentro desta estava a importância do papel da mulher agricultora, que por sua vez guardava a agricultura familiar e por último coincidia com o conceito de multifuncionalidade (que percebi ser transversal a todas estas camadas). Tendo em conta o facto de esta ser uma área completamente nova para mim, e onde nunca esperei, pelo meu percurso académico, que fosse o foco da minha pesquisa, confesso que tive dificuldades em encontrar o meu rumo. Apesar deste caminho irregular e por vezes incerto, mantive sempre uma certeza: a de querer estudar o papel das mulheres agricultoras, através da lente teórica baseada na multifuncionalidade agrícola, ou seja, dar reconhecimento ao trabalho das mulheres agricultoras a partir de uma perspetiva holística que combina não só o ponto de vista produtivo, como, também, as dimensões social e ambiental que o trabalho feminino representa no meio rural. Neste sentido, a

pergunta de partida que norteou esta pesquisa manteve-se única: Como se expressam as desigualdades de género nos agricultores familiares dos cabazes PROVE? Os nossos objetivos específicos foram os seguintes: 1) caracterizar socio demograficamente os agricultores familiares; 2) mapear, descrever e analisar as diversas atividades que constituem a agricultura familiar nas suas dimensões económica, social e ambiental; 3) perceber as desigualdades de género no contexto da agricultura familiar, nomeadamente no trabalho agrícola, doméstico e de cuidado.

Em resposta aos objetivos da pesquisa, comecei pela tradicional revisão literária, focada não só na agricultura familiar como na temática de género, presente no Capítulo 1 “Agricultura familiar: do anunciado declínio à revitalização” e o Capítulo 2 “Desigualdade de género na agricultura familiar”. O capítulo 1 pretende dar a conhecer o debate teórico em torno da agricultura familiar, bem como o seu percurso em Portugal; as transformações que ocorreram na relação entre terra, trabalho e família; e o conceito da multifuncionalidade agrícola. O segundo capítulo tem como objetivo elucidar acerca da desigualdade de género na agricultura familiar no panorama nacional e internacional, bem como apresentar o movimento agroecológico como uma resposta a esta desigualdade enraizada. Esta revisão teórica permitiu delimitar conceitos e construir uma matriz de enquadramento lógico que irá nortear o Capítulo 3 que se refere à metodologia para a análise multifuncional da agricultura familiar, onde é apresentado o manual metodológico que guiou a investigação através das grelhas de observação e entrevista. De modo a responder ao segundo objetivo – o de mapear, descrever e analisar as diversas atividades que constituem a agricultura familiar nas suas dimensões económica, social e ambiental - foram utilizados roteiros metodológicos de avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas, identificação das práticas agrícolas tendo em conta a sua natureza - tradicionais, modernas, sustentáveis e intensivas (Corrêa, 2007; Borsatto et al., 2010; Gavioli, 2011; Cândido et al., 2015; Canuto, 2017; FAO e IFAD, 2019). Estas variáveis contextuais permitiram desvendar dois eixos: o primeiro corresponde à atividade agrícola e procura descrever e analisar o tipo de práticas agrícolas que estes agricultores realizam; e o segundo é relativo à vida destes agricultores e agricultoras, com o enfoque nas desigualdades de género pela lente multifuncional. No Capítulo 4 apresentamos os dados tendo em

conta as dimensões da multifuncionalidade agrícola: económica, ambiental e social. Por fim, apresentamos as considerações finais, tendo em conta a questão de partida inicial e os objetivos.

Capítulo 1- Agricultura familiar: do anunciado declínio à revitalização

1.1 Debate em torno da agricultura familiar

O debate sobre a agricultura familiar e o mundo capitalista não é novo. Plein (2010) refere que as discussões literárias sobre este tema dividem-se em dois: por um lado, voltam-se para a permanência ou não da forma de produção agrícola familiar com o desenvolvimento das relações capitalistas no campo; por outro lado, tentam entender como a agricultura familiar funciona e se integra no sistema capitalista. As três grandes fontes de inspiração dos estudos sobre a agricultura familiar são o marxismo, o chayanoviano e o weberiano.

De acordo com Schneider (2003), o debate marxista sobre a agricultura familiar e as relações sociais que dela decorrem circunscrevem-se ao papel económico, ou seja, o objetivo dos autores de inspiração marxista era estudar se o modo de produção capitalista trazia ou não consigo determinadas formas de propriedade, e consequentemente um determinado tipo de estrutura de classes. Por este motivo, entre 1920 e 1960 os estudos sociológicos sobre o mundo rural seguiram outras tradições teóricas, como é o exemplo do estrutural-funcionalismo. Plein (2010), Guizo (2011) e Schneider (2003) referem nas suas análises que as teses marxistas clássicas apontavam para o desaparecimento da agricultura familiar com o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura, particularmente nas obras de Kautsky e Lênin –

“Kautsky apontava para a superioridade técnica do grande estabelecimento, afirmando que «quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos» (...) Lênin falava da ruína, desintegração e diferenciação camponesa, dizendo que «o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e

operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (Plein, 2010, pág. 98).

Contudo, a agricultura familiar continuou com forte presença nos países desenvolvidos, ampliou-se fortemente a partir do final da Segunda Guerra Mundial e durante o período de crescimento denominado por “anos dourados” (1945-1973). Neste sentido, a partir da década de 70, ocorre uma reativação do marxismo. A bibliografia marxista sobre a agricultura e o mundo rural difunde-se, originando-se um afastamento da questão agrária original, para uma reflexão acerca dos motivos da permanência da agricultura familiar no capitalismo. Portugal não foi exceção, e o estudo sociológico do mundo rural caracterizou-se por seguir a lógica dominante nos anos 70, ou seja, orientou-se também para a explicação da sobrevivência da agricultura familiar na modernidade e para os modos de articulação da economia agrícola com a sociedade global (Guizo, 2011). Schneider (2003) refere que os autores que se destacaram a partir desta época são Susan Mann, David Goodmann, Claude Servolin e Harriet Friedmann; que defendiam que o que explica a permanência da agricultura familiar no capitalismo são os obstáculos naturais e a forma de organização do trabalho e da produção. Plein (2010) refere que o agricultor familiar era visto como “anacrônico” dentro do sistema capitalista, pois conjuga em si três papéis em simultâneo: o de proprietário dos meios de produção, administrador ou empresário e força de trabalho; e a sua produção tanto é voltada para o autoconsumo como para a geração de excedente.

Segundo Jollivet (1998) – citado por Guizo (2011) – o questionamento dos sociólogos rurais tem gravitado em torno de cinco temas principais: 1) as relações cidade-campo; 2) as transformações da agricultura; 3) o lugar que os camponeses, e depois os agricultores ocupavam na sociedade; 4) o desenvolvimento local e, mais recentemente, o futuro do mundo rural no quadro de uma política de organização do território; 5) o ambiente.

Hoje, o espaço rural é reconhecido como um espaço socialmente heterogêneo, que sofreu vários processos de recomposição social. Posto isto, o pensamento sociológico sobre o rural também se alterou, na medida em que passou a:

“(…) atribuir à ruralidade o estatuto de reserva de qualificação ambiental, colocando, deste modo, um novo desafio à sociologia, e às ciências sociais em geral, qual seja o de analiticamente integrar a relação entre natureza – e, mais genericamente, o ambiente – e a sociedade” (Guizo, 2011, pág.21)

Esta recente revalorização do rural traz consigo uma nova perspetiva sobre a atividade agrícola, que deve continuar a incluir a sua dimensão produtiva e económica, mas também a sua dimensão social e territorial.

1.2 A agricultura familiar em Portugal

Agricultura familiar é um conceito utilizado para identificar as unidades de produção rural, que são organizadas no trabalho familiar e que se caracterizam pela relação entre terra, trabalho e família. Este modelo agrícola é organizado e praticado por proprietários rurais – os(as) agricultores(as) familiares – e tem como principais características a gestão familiar dos meios de produção e a mão-de-obra familiar não assalariada (Da Costa et. al, 2020 & Mesquita, 2013). Deste modo, a família é simultaneamente, unidade de produção e consumo: o trabalho é organizado pela e para a família.

Anos 50

Segundo Carmo (2010), a situação socioeconómica do país agrícola até aos anos 50 do século XX, é normalmente definida a partir da dicotomia Norte/Sul: a Norte predominava a agricultura familiar orientada para a autossuficiência; e a Sul as grandes explorações latifundiárias. Na década de 50, a agricultura praticada era baseada em métodos tradicionais e de base familiar, com quase nenhum recurso a máquinas e os agricultores produziam mais para autoconsumo do que para venda, pelo que se considera que, nesta altura, a atividade agrícola remunerava mal os seus agentes económicos (Avillez, 2016; Carmo 2010; Wall, 1998; Guizo, 2011). Também importa destacar, que nesta altura, imperava um imaginário nacional marcado pelos valores bucólico-rústicos, que já vinha da tradição naturalista do século XIX e que foi integrado

pelo regime salazarista (Lima e Schmidt, 1996). Um dos mitos ideológicos do Estado Novo era o “mito da ruralidade” que este discurso de Salazar em 1953 expressa:

“Salazar dizia que «aqueles que não se deixam obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram, acima de tudo, a uma vida que embora modesta seja suficiente, sã, presa à terra, não poderiam nunca seguir por caminhos em que a agricultura cedesse à indústria». E continuava: «Sei que pagamos assim uma taxa de segurança, um preço político e económico, mas sei que a segurança e a modéstia têm também as suas compensações»”
(Rosas, 2001).

Ou seja, Salazar queria inculcar a ideia de que a terra era a principal fonte de riqueza possível, bem como o caminho da estabilidade e da harmonia social, criticando a industrialização, a urbanização, a proletarização, em suma tudo o que pudesse abrir o país ao resto do mundo. A par disto, a ditadura Salazarista também dissolveu os sindicatos dos trabalhadores rurais, que durante o período da República tentaram colocar a questão da terra no centro do conflito e do debate social, sendo que os dois polos deste conflito eram, de um lado os grandes proprietários e latifundiários e, do outro, os trabalhadores agrícolas temporários (Baptista, 1994). Em suma, esta é uma altura em que a terra organizava as relações sociais e de poder da sociedade rural. Nesta fase, a agricultura portuguesa ainda se encontrava salvaguardada da competição com os mercados externos e assentava numa lógica manual, ainda longe do modo de produção capitalista. A terra era considerada um bem precioso e a base económica da atividade produtiva agrícola. Segundo Baptista (1994), nesta época a agricultura era (ainda) a atividade económica mais relevante – em 1950 empregava 47% da população ativa e contribuía com 32% para o produto interno bruto – e, apesar do aumento populacional, a balança comercial agrícola apresentava um saldo levemente positivo, resultado que se relaciona com os baixos níveis de consumo da população (sobretudo rural) e com o aumento da produção agrícola devido ao alargamento da área cultivada. Este aumento das explorações agrícolas foi incentivado pela política agrária do Estado Novo, nomeadamente através da campanha do trigo divulgada em 1929, e teve como objetivo alimentar a população portuguesa (Lopes, 2011; Baptista, 1994). Contudo, com a segunda guerra mundial o discurso político português mudou e começou a defender uma mudança nas estruturas agrárias no sentido da industrialização. No final

dos anos 50, sobretudo nas zonas do Norte e do Centro litoral, já se começavam a verificar intensos processos de industrialização e urbanização que afetaram, inevitavelmente, os sistemas tradicionais de agricultura familiar e geraram várias de transformações sociais na população rural (Lopes, 2011).

Anos 60

A partir dos anos 60, devemos ter em conta 3 aspetos que influenciaram e modificaram a sociedade rural, bem como a agricultura familiar: 1) Portugal começou a abrir aos mercados europeus (como por exemplo através da sua participação como membro fundador da Associação Europeia de Comércio Livre); 2) o início das guerras coloniais; 3) e o movimento de emigração maciça da população portuguesa. Nesta altura as zonas rurais situadas perto das zonas urbanas e/ou industriais sofreram mudanças mais diretas e imediatas, nomeadamente com a crescente mecanização do trabalho agrícola, a integração dos modos de produção agrícola numa lógica de produção capitalista e as modalidades de industrialização e terciarização que se difundiram e afetaram as economias locais. A utilização de adubos químicos também aumentou nesta altura, o que contribuiu para a intensificação da agricultura –

“As mondas e adubações, outrora manuais, passaram a ser efectuadas com tractores e, onde a dimensão da propriedade o permitisse, de avião. Os fungicidas e insecticidas orgânicos de síntese disseminaram-se sobrepondo-se ao «enxofre, sulfureto de carbono e calda bordalesa que se utilizavam desde o último terço do século XIX» (Baptista, 2010, p.96). Alargou-se e intensificou-se a área de cultivo, com quebras acentuadas do fundo de fertilidade do solo. Acentuou-se o recurso a sementes melhoradas e a variedades híbridas de culturas, substituindo as regionais, como o milho, que passaram a exigir uma maior fertilidade do solo e uma maior complexidade das práticas (...) extinguiram-se inúmeras práticas tradicionais de trabalho”
(Lopes, 2011).

É neste contexto, que Claude Servolin publica o trabalho intitulado por “L’absorption de l’agriculture dans le mode de production capitaliste”, em 1972. De acordo com Scheneider (2003), Servolin foi o primeiro autor a formular com exigência analítica o conceito de produção simples de mercadorias, partindo da ideia de que a agricultura se comportava como um modo de produção específico no sistema capitalista: Para Servolin

“(...) a produção mercantil simples deveria ser entendida como um modo de produção pré-capitalista que se articulava com o modo de produção capitalista mais amplo. Essa articulação entre modos de produção ocorreria através das trocas de mercadorias entre os pequenos agricultores e a economia de mercado, intermediadas pelas agroindústrias (Servolin, 1972, p.55). Essa coexistência interessaria ao capital, especialmente o de base urbano-industrial, porque os preços dos alimentos que abasteciam a classe trabalhadora tenderiam a permanecer baixos, o que permitiria a estabilização dos preços dos bens de consumo e a manutenção do poder de compra dos salários.” (Schneider, 2003, pág. 53).

Esta conjuntura interessou ao Estado Novo, pois permitia continuar com o disfarce da estabilidade económica e do progresso material, bem como beneficiar os grandes proprietários agrícolas que eram membros políticos ativos do regime. Servolin (1989) – citado por Schneider (2003) – advogava que a produção simples de mercadorias tinha vantagens comparativas em relação à produção capitalista, na medida em que o agricultor familiar utiliza de forma gratuita a mão de obra familiar e não obedece às regras do modelo capitalista (nomeadamente no que se refere ao salário fixo e à contabilização das horas de trabalho), o que faz com que o preço dos seus produtos seja muito mais baixo em relação ao que é praticado pelas empresas. Neste contexto de investimento e incentivo para uma agricultura cada vez mais tecnológica, a produtividade agrícola aumentou (para um pequeno grupo de privilegiados da classe dirigente) e com ela as desigualdades e assimetrias dentro do setor agrícola: só passou a viver inteiramente da agricultura quem entrou no jogo do capitalismo e aceitou todas as suas regras.

No norte do país, dada a predominância de explorações de pequena dimensão e da agricultura familiar, a integração da modernização não foi tão fácil como para os agricultores com grandes explorações na região sul do país, que, através da obtenção de créditos conseguiram integrar-se no desenvolvimento industrial e nos mercados internacionais, como por exemplo os produtores de vinho e azeite (Lopes, 2011). Baptista (1994) refere que a adaptação da agricultura familiar (de pequena dimensão) a estas transformações traduz-se no aumento do número de membros de famílias agricultoras que trabalham na indústria e nos serviços; e do número destas famílias que sobrevivem com rendimentos exteriores à produção agrícola, não só oriundos dos salários, mas também da emigração.

De acordo com Avillez (2016), nesta altura foi adotado um modelo de crescimento económico alicerçado no setor industrial que se caracterizava por ter uma organização económica baseada no sistema corporativo; uma política económica baseada no protecionismo e condicionamento industrial; e um processo de acumulação ajustado na prática de salários baixos, que era possível devido ao reduzido nível dos preços dos produtos alimentares. A agricultura serviu de suporte a esta política de estímulo industrial, abastecendo o pequeno mercado interno português a baixos preços. O período que decorre entre meados dos anos 60 e o 25 de Abril foi marcado por uma progressiva modificação dos alicerces e dos pressupostos em que iria assentar o modelo de crescimento industrial que se instalou no período pós-ditadura – iniciou-se um processo de grande inflação; e a emigração pôs em causa o modelo de acumulação baseado em salários precários (*ibidem*).

Pós 25 de abril

A queda do Estado Novo simbolizou uma revolução política, social e económica, sendo que no que respeita ao setor agrícola importa destacar três principais consequências: um processo de redistribuição de rendimentos, um processo de descolonização e uma desmedida instabilidade nas estruturas empresariais agrícolas. A nível mundial importa destacar a primeira crise do petróleo, evento que alterou a conjuntura económica internacional e levou à subida dos preços agrícolas a nível mundial. O país mergulhava numa grande instabilidade política que afetou a agricultura portuguesa – na altura já deficitária. Em 1977, Portugal inicia o processo de adesão à Comunidade Europeia, na altura perspetivada pelos agentes políticos nacionais como uma forma segura e célere de aceder a uma política agrícola que permitiria salvar a agricultura portuguesa do declínio, porém, iremos ver, que o resultado não foi assim tão positivo. Esta altura foi um ponto de viragem para o país e para a agricultura nacional – o modo de produção agrícola tornou-se ainda mais mecanizado e passou a integrar uma lógica de produção capitalista. A adesão de Portugal à CEE aconteceu numa fase dominada pela liberalização dos mercados agrícolas a nível mundial, o que levou a uma redução dos preços dos produtos, dificultando o seu escoamento e fragilizando (ainda mais) o setor agrícola nacional –

“Após a adesão à UE, o equilíbrio agroalimentar nacional piorou, tanto pela necessidade de reestruturação das explorações agrícolas como devido ao mercado comum (por aplicação linear da política de redução dos excedentes de produção). Os pagamentos aos agricultores foram progressivamente desfasados da produção e substituídos por ajudas diretas ao rendimento. O desânimo começou a reinar nas zonas rurais e, ainda hoje, as consequências são enormes.”

(Confederação Nacional da Agricultura, 2020).

Ao longo das últimas décadas, a agricultura familiar tem sido penalizada com rendimentos baixos e alterações negativas à estrutura fundiária, o que levou ao decréscimo da atividade: entre 1998 e 2016 extinguiram-se mais de 300 mil explorações agrícolas, na sua maioria explorações com menos de 5 hectares (*ibidem*). De acordo com os dados do último Recenseamento Agrícola Nacional (2019) a população agrícola familiar, constituída pelo produtor e pelos membros do seu agregado doméstico, passou de 793 mil pessoas em 2009 para 666 mil em 2019 (-16,1%), correspondendo a 6,5% da população residente em Portugal.

Atualmente, são entidades comerciais e industriais exteriores à agricultura e ao mundo rural que dominam as vendas dos produtos agrícolas, praticando preços mais baixos com os quais o pequeno agricultor não consegue competir (Guizo, 2011). Apesar disto, os agricultores familiares resistiram e adaptaram-se à nova forma de produção agrícola capitalista e empresarial - a pluriatividade é disso exemplo. Os agricultores passaram a conciliar a sua atividade agrícola familiar (na maior parte das vezes assegurada pelas mulheres) com o trabalho em setores não agrícolas, sobretudo no setor terciário (normalmente realizado pelos homens do agregado) – o que deu origem ao surgimento da nova classe social do campesinato parcial (Carmo, 2010 e 2009).

Em 2018 surge em Portugal o Estatuto da Agricultura Familiar (EAF) – Decreto-Lei nº 64/2018 -, abrindo-se um caminho no sentido da melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. Este Estatuto define a Agricultura Familiar como

“o modo de organização de atividades produtivas, de gestão do ambiente e de suporte da vida social nos territórios rurais, assente numa exploração agrícola familiar” (Decreto-Lei n.º 64, 2018).

Contudo, este Estatuto possui requisitos bastante rigorosos que limitam muito a adesão dos agricultores, nomeadamente: o candidato deve ter mais de 18 anos; ter

rendimento inferior ao quarto escalão do IRS; nas suas explorações a mão-de-obra familiar deve ser metade ou mais da mão-de-obra total utilizada; deter a posse de uma exploração agrícola (como proprietário, rendeiro ou usuário); e não deve receber mais de cinco mil euros anuais de ajudas provenientes da Política Agrária Comum (ibidem). De acordo com Lopes e Cabral (2021) foram atribuídos 1357 Estatutos, até junho de 2021, com maior adesão na região norte. Porém, ainda existe um longo caminho a percorrer e alguns ajustes a fazer ao Estatuto para que este funcione na sua plenitude e permita que mais agricultores familiares adiram. Em 2021, a Confederação Nacional da Agricultura (principal impulsionador da criação do EAF) apresentou um conjunto de propostas que visam melhorar o Estatuto e torna-lo mais próximo da realidade dos agricultores familiares, nomeadamente: 1) no rendimento coletável passar a considerar o limite de 25 mil euros apenas para o obtido na atividade agrícola pelo titular na exploração; 2) considerar o limite de 5 mil euros de ajudas da PAC apenas para os pagamentos diretos; 3) a periodicidade do reconhecimento do Estatuto deverá ser trienal ou anual, cabendo ao agricultor a decisão.

A nível internacional, a importância económica, ambiental, social e cultural da agricultura familiar também tem sido reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, o que se refletiu na implementação, em 2014, do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Este reconhecimento visou colocar “(...) a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais” (FAO, 2014 e 2015) e, mais tarde, proclamando a Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas (2019-2028) - uma oportunidade para abordar a agricultura familiar numa perspetiva holística e contribuir para a realização da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 (FAO, 2019).

1.2.1 A relação entre terra, trabalho e família

A agricultura familiar apoia-se na tríade terra, trabalho e família (Junior et al., 2021; Souza e Freitas, 2015; Schneider e Niederle, 2008). Estes três elementos em conjunto agem de forma sistémica, gerando processos biológicos que visam assegurar condições materiais para assegurar a reprodução da família enquanto grupo social. A agricultura familiar possui a particularidade única de permitir que o processo de trabalho, a

organização social e económica, as relações com os mercados e a transmissão de património sejam influenciadas por relações de parentesco, o que lhes confere um modo muito particular de gestão dos recursos e valores identitários muito próprios (Schneider e Niederle, 2008).

Na década de 80, Karin Wall (1998) realizou um estudo em duas freguesias de Vila Nova de Famalicão com o objetivo de perceber a relação entre as transformações sociais ligadas à semi-industrialização e a dinâmica interna da família agricultora realizando, para isso, uma caracterização profunda das famílias de agricultores.

No estudo, a primeira transformação que se destaca é a mudança do objetivo que mobiliza as energias familiares: deixou de ser a terra e os alimentos e passou a ser o dinheiro. O antigo sistema de produção agrícola familiar evocava um “trabalho de escravo”, uma autoridade familiar rígida, pouco dinheiro, a total ausência de “conforto moderno” e era visto como uma forma de auto-suficiência e sustento da família. Contudo, como já vimos anteriormente, a agricultura mecanizou-se a par do resto do país e passou a ser vista como um empreendimento como outro qualquer, capaz de fornecer lucros – ou seja, a agricultura familiar deixou de ser vista como um meio de sobrevivência da família e passou a ser encarada como um trabalho que possui uma fonte de rendimento e que exige uma especialização para se encaixar no mercado capitalista. Nos anos 80, o grupo doméstico que gere uma exploração agrícola transformou-se numa unidade empreendedora: os valores de prudência, segurança e pensamento a longo prazo que eram vigentes até então, foram substituídos pelo risco, investimento e perseguição do lucro. O principal objetivo dos agricultores familiares passa a consistir no alcance da rentabilidade da exploração agrícola, que lhes permita conforto financeiro e conseqüentemente assegurar que os seus membros (sobretudo os filhos) consigam boas oportunidades profissionais. A lógica de sucessão da exploração também se modificou: no passado era considerado necessário nomear desde cedo qual seria o filho que iria suceder e continuar o trabalho na exploração agrícola familiar; porém, nas famílias estudadas pela autora nos anos 80, essa norma altera-se e a sucessão passa a ser uma vontade individual dos filhos e não uma obrigatoriedade – “(...) passando do «é preciso que um filho fique» para o «é conforme a vontade deles, mas gostávamos que um deles ficasse»” (Wall, 1998). Esta nova lógica

familiar substitui os valores de autossuficiência por uma nova forma de funcionamento baseada na “heterossuficiência”, ou seja, passa a reconhecer-se a importância de novos recursos como a compra de produtos que apoiem a atividade, o acesso a informação através de formações na área agrícola, a possibilidade de mobilidade social dos filhos através da escola, a ajuda de agrónomos/ veterinários e apoio político/financeiro/burocrático de entidades externas à localidade onde vivem.

Antes da mecanização da agricultura, existia um sentido de entreajuda entre vizinhos e familiares em épocas de maior volume de trabalho (como por exemplo na época da colheita) e o recurso a jornaleiros (Carmo, 2010). Com a mecanização, esperava-se que o trabalho agrícola passasse a ser fisicamente “leve” e também menos exigente do ponto de vista quotidiano, levando a uma redução nas horas de trabalho, permitindo aumentar o tempo de lazer, porém, a mecanização pouco contribuiu para alterar as longas jornadas de trabalho. Wall (1998) refere que a produção de leite intensificou o carácter ininterrupto do trabalho e que é considerada pelos agricultores como uma “escravidão” – esta palavra continua a definir o verdadeiro trabalho agrícola segundo o discurso dos agricultores, pois o trabalho agrícola familiar requer um esforço e uma responsabilidade constante; a escravidão agrícola que outrora era referente aos trabalhos físicos penosos, atualmente refere-se à enorme quantidade de tempo que despendem com o trabalho agrícola, impedindo a realização de outras atividades. Os valores da escravidão e do trabalho que nunca acaba definem a identidade do agricultor, diferenciando-o dos outros grupos socioprofissionais. O trabalho agrícola familiar exige uma grande dedicação de tempo por parte dos membros da família e sobra pouco tempo para atividades de lazer. Segundo a autora, a rotina diária dos agricultores familiares resume-se a uma atividade constante, algum tempo para as refeições e descanso, algumas distrações como ver televisão e por vezes passear na praia e na feira. As longas jornadas de trabalho diárias dos agricultores não lhes permitem dedicar-se a outras atividades de lazer ou até mesmo fazer férias. Nos anos 80, as famílias agricultoras da zona litoral norte passam por uma mudança de valores em relação à agricultura enquanto atividade permanente, pois:

“por muito que o facto de se trabalhar com afinco permaneça um elemento ideal da ética da vida camponesa, já ninguém deseja que o trabalho constitua a própria definição da vida. (...) As exigências da exploração agrícola não permitem grande margem de liberdade, mas deseja-se

que pelo menos uma parte do tempo, mesmo ínfima, seja pensada como um tempo livre em que as pessoas podem «passear» um pouco e «ficar livres».” (Wall, 1998).

Em suma, estas transformações coadunam-se com o que Singly (1993) descreve como sendo a família contemporânea: ela é simultaneamente privada e pública, ou seja, a família autonomizou-se face ao parentesco, à vizinhança e à sociedade, porém, aumentou a sua dependência face ao estado e no caso da agricultura familiar também face ao mercado; perdeu o seu horizonte intergeracional, deixando de lado as lógicas tradicionais de transmissão de heranças e de legados profissionais, sendo que a motivação para o trabalho passa a ser apenas do interesse pessoal e doméstico (Dias, 2015).

1.3 Multifuncionalidade da agricultura familiar

Nos últimos 20 anos, as organizações internacionais quando falam em agricultura familiar destacam o seu carácter “multifuncional”. De acordo com Guizo (2011), a multifuncionalidade constitui-se como um novo paradigma da agricultura e do rural. Para explicar a sua origem é necessário recuar até à criação da PAC (Política Agrícola Comum). Segundo a mesma autora, no início da PAC conviviam duas lógicas opostas: uma liberal que se alicerçava num modelo unidimensional, intensivo, produtivista, inserido na economia global e utilizador ávido de fertilizantes e pesticidas; e outra agrarista, que visava proteger a multiplicidade de modelos agrícolas existentes, defender os territórios e proteger os agricultores e as formas tradicionais de agricultura que estariam ameaçadas pelo modelo agrícola vigente na Europa liberal (como é o caso da agricultura familiar). Deste modo, a PAC instalou-se neste modelo dual de agricultura assente nestas duas lógicas. A modernização produtivista levou a que se atingisse rapidamente uma autossuficiência alimentar dos produtos básicos, porém é nesta altura que vêm ao de cima um conjunto de problemas que foram encobertos, nomeadamente a gestão de excedentes e o questionamento da utilidade social da despesa com a agricultura, bem como os efeitos negativos sobre o ambiente que as práticas agrícolas intensivas provocaram. Simultaneamente, surgiu uma geração de pessoas do meio urbano com novos valores em relação ao rural e novas políticas públicas que visavam ajustar e redefinir a forma como se praticava agricultura até então. É neste contexto que o princípio da multifuncionalidade surge no discurso

político, alicerçado nos princípios da lógica agrarista e com o objetivo de preservar o ambiente e a paisagem rural, legitimando o sistema protecionista europeu e o modelo sucessor da agricultura familiar. Neste sentido,

“[...] o novo quadro de referência propiciado pelas últimas reformas da PAC gira em torno do princípio da multifuncionalidade [...] alargada aos seus dois pilares, cujo traço comum é o de orientar os recursos públicos para um tipo de agricultura menos intensiva e mais diversificada, plenamente integrada no território e geradora de rendimentos e de auto-emprego, ao mesmo tempo que elemento fundamental no equilíbrio sustentável dos ecossistemas. [...] [Os modelos agrícolas produtivistas, competitivos, especializados e intensivos] que haviam sido o bastião da primeira PAC, vêm-se agora relegados para segundo plano nas preferências das políticas públicas, pois considera-se que têm capacidade suficiente para responder às exigências dos mercados sem necessidade de contar com sistemas específicos de protecção” (Estrada e Fernandez, 2007, citado por Guizo, 2011).

É na Agenda 2000 que a União Europeia começa a dar destaque à multifuncionalidade, assumindo-a como um dos objetivos da PAC: esta agenda pretendeu contribuir para a vitalidade das comunidades rurais e dar resposta às preocupações relativas à segurança alimentar, proteção do ambiente e do bem-estar animal (Guizo, 2011). Segundo Lima (2008), a definição de multifuncionalidade da agricultura mais comumente referida é a desenvolvida pela OCDE:

“[...] a existência de múltiplos outputs, materiais e não materiais, que, em conjunto, são produzidos pela agricultura e o facto de alguns dos outputs não materiais exibirem as características de externalidades ou de bens públicos” (Laurent, 2000 citado por Lima, 2008).

Esta definição proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), traz consigo uma perspetiva essencialmente económica, porém, interessa perspetivar a multifuncionalidade da agricultura também de um posto de vista sociológico, ou seja, ter em conta que os atores locais e a sociedade no seu todo conferem à agricultura e aos agricultores um conjunto de objetivos e expectativas económicas e sociais. Ademais, é importante conhecer e decifrar a perceção que os agricultores têm do conceito de multifuncionalidade, de modo a comparar estas perceções com as expectativas dos atores sociais, estabelecendo um diálogo entre a agricultura e a sociedade.

De acordo com o documento oficial das diretrizes para a Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas (2019-2028), os agricultores familiares são atores chave no desenvolvimento da agricultura em todo o mundo, pois a sua multifuncionalidade permite-lhes agir de forma holística sobre vários aspetos relevantes do desenvolvimento sustentável, tomando como exemplo os seguintes dados: os agricultores familiares produzem a maior parte dos alimentos do mundo; preservam a biodiversidade; gerem os recursos naturais e os ecossistemas; preservam e partilham conhecimentos tradicionais; contribuem para a resiliência das pessoas e dos ecossistemas; e fomentam o crescimento económico (FAO e IFAD, 2019).

Mais de 90% das explorações agrícolas mundiais são de agricultura familiar, sendo que estas produzem mais de 80% dos alimentos consumidos no mundo, garantindo o sustento de 40% das famílias e empregando 30% da população mundial (Lowder et al., 2014). Apesar do seu papel central na gestão e transformação dos sistemas alimentares, bem como na produção de alimentos saudáveis e na salvaguarda da biodiversidade, paisagem e património cultural, os agricultores familiares continuam a enfrentar uma realidade de pobreza (FAO, 2020). Em Portugal, os agricultores e trabalhadores qualificados no setor agrícola, florestal e da pesca encontram-se entre os grupos profissionais com maior probabilidade de pobreza: neste grupo profissional a probabilidade de ser pobre é de 23,5 pontos percentuais (Diogo et al., 2021).

Apesar dos esforços internacionais dos últimos anos no sentido de apoiar o setor primário, ainda existe um longo caminho a percorrer para reverter os estragos que a industrialização e a produção intensiva causaram no setor e no ambiente – os agricultores enfrentem carências ao nível do acesso à terra, capital económico, formação e políticas públicas que respondam aos seus problemas reais. Só quando estas necessidades forem supridas é que se pode avançar no sentido do desenvolvimento e transformações necessárias no setor agrícola (Bosc et al., 2013).

A realidade e os desafios da agricultura familiar diferem tendo em conta o contexto social e geográfico onde se inserem. No caso dos países da Europa, a tendência é para que a agricultura familiar seja cada vez mais abordada como uma opção, uma atividade empresarial, onde se procuram valorizar um conjunto de serviços económicos, sociais, culturais e ambientais gerados, e não como um meio de

subsistência; por outro lado, nos países de Terceiro Mundo este tipo de agricultura é, ainda, na maioria dos casos, praticado como um meio de subsistência que enfrenta múltiplos obstáculos, nomeadamente a competitividade dos mercados, a falta de acesso aos recursos e fatores de produção, a falta de capacitação técnica, entre outros.

A operacionalização do conceito de Agricultura Familiar deve estar assente em matrizes multicritério que possam dar resposta às necessidades dos seus atores, e que permitam validar políticas, regulamentos e programas que operacionalizem o setor, bem como facilitem a sistematização de informação que sirva de suporte à sua monitorização, avaliação e melhoria constantes (Dinis, 2019). O conceito e a sua operacionalização devem, portanto, ser coincidentes e permitir dar visibilidade à realidade da AF e das suas funções em todos os territórios.

A importância de consensualizar um conceito de agricultura familiar prende-se com a necessidade de a reconhecer, e de valorizar as suas funções, para, a partir daí, operacionalizar dinâmicas, estruturas e programas/políticas de apoio ao setor. A imposição de limites a este conceito, com base em critérios como área, quantidade de mão de obra familiar, rendimento, tipologia fiscal, vem sempre excluir deste setor agricultores e agricultoras que contribuem inegavelmente para aquelas que são as funções que se reconhecem na agricultura familiar. As atividades que as mulheres agricultoras exercem no seu dia a dia são essenciais para a sustentabilidade biológica e socioeconómica das famílias, bem como para o bem-estar, segurança alimentar e proteção do ambiente. Herrera (2016) afirma que as abordagens contemporâneas da sociologia rural têm vindo a utilizar o conceito de multifuncionalidade agrícola, para compreender e analisar os aspetos não produtivos da agricultura familiar, ou seja, cada vez mais vemos adotada uma perspetiva multidimensional que abrange a dimensão social, económica, cultural e ambiental.

A perspetiva multidimensional defende que o território rural e a agricultura não se resumem apenas à exploração agrícola, mas são também um espaço de proteção ambiental, de manutenção do património cultural, promotor de soberania e segurança alimentar: em suma um lugar de reprodução social. Este conceito de “novo rural” que a multifuncionalidade traz consigo vai para além dos aspetos produtivos e da dimensão

económica da agricultura, dá espaço para uma reconstrução dos significados do território e da própria agricultura.

De acordo com Cazella, Bonnal e Maluf (2009) a multifuncionalidade da atividade agrícola familiar está associada a quatro funções: a) reprodução socioeconómica das famílias rurais: diz respeito aos recursos económicos das famílias, às práticas de sociabilidade, à sucessão da exploração, à existência de pluriatividade e às atividades não remuneradas como o trabalho doméstico e de cuidado; b) promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade: a segurança alimentar é aqui considerada no sentido da disponibilidade e acesso aos alimentos e da qualidade destes, tendo em conta a produção para autoconsumo, os canais de comercialização e a forma como estes são produzidos (por exemplo com recurso a pesticidas ou não); c) manutenção do tecido social e cultural: esta contribuição da agricultura decorre das anteriores e também de fatores sobre a identidade social e as formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural: diz respeito ao uso dos recursos naturais (sustentável ou não), às práticas extrativistas e à preservação da biodiversidade.

Neste trabalho, importa-nos explorar estas diferentes funções da agricultura familiar tendo em conta a perspetiva de género e a participação dos diferentes membros da família, visibilizando o trabalho da mulher agricultora e os seus diferentes contributos.

Capítulo 2- Desigualdade de género na agricultura familiar

2.1 Desigualdade de género na agricultura familiar em Portugal: do passado à atualidade

As desigualdades de género expressam-se em várias esferas da vida e colocam a mulher numa posição de desvantagem em relação ao homem. A dominação masculina impõe-se como neutra e está enraizada na ordem social, manifestando-se através da:

"divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos." (Bourdieu, 2002).

Aqui interessa-nos dissecar os diferentes papéis de género assumidos pelos homens e pelas mulheres agricultoras nas diversas esferas da vida. Com esse efeito, foi realizada uma pesquisa da literatura produzida acerca das mulheres agricultoras e dos agricultores familiares. O primeiro registo que descreve a realidade da mulher camponesa, e coloca a descoberto as desigualdades de género que desfavorecem as agricultoras, é a obra de Maria Lamas intitulada "As Mulheres do Meu País" (Lamas, 2002). Esta obra traçou o primeiro retrato real das mulheres portuguesas na década de 40, contendo histórias de vida de várias mulheres do país e onde constava também a história da mulher camponesa. A camponesa foi descrita como aquela *"cuja vida está profundamente ligada à terra, pelo trabalho e pela luta de todas as horas, sem perfil romântico, pelo contrário, endurecida e causticada na rudeza do seu dia a dia"*. A mulher rural desta época não tinha tempo para ser criança: desde muito novas assumiam a responsabilidade de tomar conta dos irmãos mais novos, de realizar as tarefas agrícolas, de aprenderem as "lides da casa", enfim "aprenderem a serem mulheres" de acordo com os valores patriarcais e machistas que imperavam na época. O papel secundário atribuído à mulher nesta altura é evidente e um exemplo disso é a desvalorização que era dada às mulheres que asseguravam o trabalho nas terras e o

cuidado da família sozinhas na ausência dos maridos emigrados, pois nunca eram consideradas “cabeças de família”, mas sim aquelas que esperavam a chegada do “ausente, que há-de voltar”.

Nesta altura, a emigração masculina era muito comum verificando-se o que se chama de um processo de «feminização» da agricultura, fenómeno que está associado à emigração e industrialização (Rodrigo, 1986). A feminização da agricultura não foi uma escolha livre das mulheres, mas sim um processo que decorreu principalmente devido a duas ordens de fatores:

“as restrições que os trabalhos domésticos e a função de mãe impõe à mulher e a maior procura, por parte do mercado de trabalho, de força de trabalho masculina” (Rodrigo, 1986, pág. 645).

Do país pobre, analfabeto e ultratradicionalista em relação aos direitos das mulheres, passa-se, com a revolução de Abril, para um país com mais esperança no futuro e onde a mudança vê-se mais possível. Contudo, como iremos ver a mudança caminha a um ritmo muito lento, pois:

“quanto mais a ordem desigual das coisas é o produto de uma história de longa duração e está solidamente estabelecida, mais se torna necessário tempo, energia e esforços para tomar consciência disso e a colocar em questão.” (Lahire, 2011).

Isabel Rodrigo publicou, em 1986, um estudo de caso intitulado de “Feminização da agricultura”, no qual desvenda a realidade da mulher agricultora familiar da época, através de um estudo de caso numa freguesia do distrito de Aveiro. A maior parte das agricultoras inquiridas já trabalhavam no campo antes de casarem e continuaram a fazê-lo depois do casamento. Grande parte destas tinham os seus maridos emigrados ou empregados no setor terciário o que as levou a assumirem, para além do trabalho doméstico, todo o trabalho agrícola. No que diz respeito à utilização de máquinas, a autora refere que esta é tarefa do marido e é este que, ao fim de semana ou ao fim do dia de trabalho, realiza as tarefas agrícolas mais «pesadas» de lavoura e fresa com as máquinas agrícolas. Nos casos em que o homem também trabalha na exploração agrícola o recurso à mecanização das tarefas é muito maior. Nenhuma agricultora refere a aquisição de máquinas após o marido ter deixado a agricultura a tempo inteiro. A mesma autora afirma que as diferenças de género também se verificam no

modo de produção: as explorações em que a mulher é produtora agrícola são de menor dimensão, o que as permite recorrer à mão de obra familiar ou de vizinhos, praticando uma agricultura mais tradicional e menos mecanizada; por outro lado, os homens cultivam uma área maior e recorrem mais frequentemente às máquinas agrícolas. A desigualdade salarial foi outra tendência que este estudo identificou – os salários das agricultoras inquiridas eram cerca de 24% inferiores ao dos homens –, afigurando-se como uma realidade constante e naturalizada.

Em 1987, realizou-se um Seminário Europeu organizado pela Comissão Condição Feminina que pretendeu: conhecer e chamar a atenção para a situação real das mulheres na agricultura, contribuir para a valorização do seu estatuto profissional e social, destacar a necessidade de formação profissional destas mulheres, estimular a sua participação cívica e associativa, e abordar as consequências da adesão às Comunidades Europeias. Neste seminário foram abordadas várias questões relativas ao processo de “modernização” da agricultura e o seu impacto ao nível social, nomeadamente na transformação dos padrões tradicionais da divisão sexual do trabalho agrícola, a qual afetou de forma diferente os homens e as mulheres:

“(...) verificou-se que o processo de «modernização» da agricultura ao substituir progressivamente o saber tradicional tem, até bem recentemente, não só privilegiado o homem no que respeita à aprendizagem das novas formas de produzir e saber mas também conduzido a um redistribuição de funções e de espaços entre os géneros (...) para além das tarefas domésticas e familiares a mulher ficou em grande parte responsabilizada pela produções agrícolas destinadas à subsistência da família, as quais são encaradas como um prolongamento da sua actividade doméstica, enquanto que ao homem foi atribuída a responsabilidade das produções destinadas à venda e com elas o acesso a novos saberes que a formação profissional ia divulgando (...) o homem recebe pelo seu trabalho uma contrapartida monetária e tem acesso privilegiado a um espaço bem mais amplo que o delimitado pelas actividades familiares [em contrapartida], a contribuição do trabalho da mulher embora vital para o funcionamento da família e da sociedade em geral, é minimizada e socialmente desvalorizada sobretudo porque o resultado do seu trabalho não é transaccionado no mercado” (Isabel Rodrigo, 1987, pág. 159).

De acordo com Wall (1998), o retrato da mulher agricultora dos anos 80 assentava, mais uma vez, em mulheres que nasceram em famílias de tradição agrícola, aprendendo desde cedo a fazer de tudo na agricultura e em casa. A experiência

profissional agrícola que foram adquirindo por via familiar, estendeu-se depois do casamento num projeto conjugal do casal que tinha como características a modernização agrícola. A separação das esferas femininas e masculinas verifica-se em casos que a mulher possui menor conhecimento agrícola que o homem, o que leva a alguns momentos de tensão entre os cônjuges e a uma repartição das tarefas nas famílias, em que a mulher fica encarregue do trabalho doméstico (esfera privada) e “ajuda” na agricultura; e o homem do trabalho agrícola e da tomada de decisões nesse contexto (esfera pública). Os casais que possuem conhecimento agrícola igualitário fazem um trabalho de equipa, colaborando entre si na realização de tarefas, porém impera uma assimetria na gestão de poder, pois é o homem quem dirige e executa os trabalhos considerados de maior responsabilidade como é o exemplo a ordenha mecanizada (tarefa que já foi protagonizada pelas mulheres quando era manual e que iremos explorar mais à frente quando falarmos das alterações dos modos de produção e o seu impacto na divisão sexual do trabalho). Nos anos 80, a repartição igualitária do trabalho doméstico entre o homem e a mulher agricultora era uma realidade muito longe de existir: a responsabilidade desse setor era atribuída às mulheres e os homens que realizassem esse tipo de tarefas eram vistos como “fracos”, pois era um sinal de submissão à autoridade da mulher, visto que era ela que detinha o domínio da esfera doméstica. A parca colaboração do homem neste domínio acontecia em ocasiões excecionais (como por exemplo doença), mas sempre que possível alguma mulher da família vinha ajudar.

O cuidado dos filhos é outra tarefa que está associada à mulher, e que foi ao longo dos anos ganhando cada vez mais importância. Antigamente considerava-se pouco importante o cuidado das crianças, pois estas começavam a participar nas tarefas agrícolas e familiares desde muito cedo, tornando-se pequenos adultos, o que anulava tempo da infância:

“(…) a modernização de valores introduziu pressões contraditórias: por um lado, há quem defenda a atividade profissional da mulher; por outro, o novo valor da infância protegida exerce uma pressão forte para que a mulher se ocupe prioritariamente dos filhos” (ibidem).

A responsabilidade do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos resulta numa rotina diária sobrecarregada que deixa menos tempo para a mulher participar no trabalho agrícola, tendo em conta que o trabalho na esfera privada era considerado prioritário.

Mais recentemente, Renato do Carmo (2007) realizou uma investigação sobre as relações de género no espaço rural português (mais concretamente numa aldeia alentejana), o seu objetivo central foi perceber de que modo as divisões sócio espaciais e as práticas sociais se modificaram em função do género, tendo em conta fatores como a modernização e urbanização da vida quotidiana da comunidade rural. As conclusões deste estudo demonstram algumas reconfigurações em relação ao modelo tradicional de divisão dos papéis sexuais, nomeadamente: o alargamento e intensificação de contato social com o meio urbano tanto para os homens como para as mulheres; e a gestão da economia doméstica deixou de ser exclusivamente do domínio feminino, passando para o homem alguns encargos que dizem respeito às questões financeiras e do consumo doméstico (eletricidade, água, gás). Em contrapartida, as continuidades do modelo patriarcal de desigualdade ainda se afiguram persistentes e em grande número. O autor constatou que as relações de sociabilidade em contextos públicos ainda são mais praticadas pelos homens, pois estes convivem com maior regularidade em espaços urbanos e de lazer como os bares, discotecas, restaurantes e cafés. A apropriação dos espaços públicos também é realizada de forma diferente em função da diferenciação de género, pois é o homem que se identifica e se apresenta com uma imagem mais pública, acompanhada também de uma maior intensidade de relações sociais regulares (Carmo, 2007). Acrescentada a esta desigualdade de capital social, também vêm diferenças na forma como os homens e as mulheres ocupam o espaço da rua durante a socialização: as mulheres conversam mais à porta de casa e nos mercados enquanto os homens utilizam mais o café para esse efeito, o que revela uma continuidade da figura da mulher associada ao espaço doméstico. O café que outrora era designado como “taberna”, continua com a ser um local descrito pelas mulheres como constrangedor e onde não se sentem “bem-vindas”, pois este é dominado pelo sexo oposto.

Segundo os dados do último Recenseamento Agrícola Nacional, em 2019 (INE, 2021), os produtores agrícolas são maioritariamente homens, a representatividade das

mulheres à frente do destino das explorações agrícolas europeias é de 30,1%, sendo que Portugal está acima da média da União Europeia nesta matéria com 33,3% - apesar desta discrepância, desde 2009 o perfil do produtor agrícola registou a “manutenção da representatividade de género”, verificando-se em todo o caso um ligeiro aumento da importância relativa das mulheres produtoras agrícolas: mais 2 pontos percentuais do que em 2009. A representatividade das mulheres agricultoras varia a nível regional, sendo mais elevada na Madeira (44,8%) e mais baixa nos Açores (21,4%). A idade média dos produtores é de 64 anos (mais dois anos que em 2009), apenas 46,3% concluíram o primeiro nível do ensino básico e 53% têm formação agrícola exclusivamente prática. O agregado familiar do produtor é constituído, em média, por 2,4 pessoas, sendo que em quase 60% destes agregados existem beneficiários de pensões e reformas. Estes dados revelam três aspetos que caracterizam os agricultores familiares da atualidade: 1) são maioritariamente os homens que detêm o título de proprietários das explorações; 2) os agricultores familiares e os produtores agrícolas no geral estão a envelhecer, pois não existe continuidade da atividade agrícola por parte das gerações mais jovens da família; 3) a população agrícola familiar possui um nível baixo de escolaridade.

2.2 Desigualdade de género na agricultura familiar: na europa e no mundo

Como vimos, o universo profissional da agricultura tem sido tradicionalmente definido como um “mundo de homens”. Até aos anos 70, a investigação sobre a agricultura familiar focou-se no homem agricultor enquanto figura pública e principal do negócio, única força de trabalho e responsável pela tomada de decisões (Whatmore, 1991).

Os primeiros estudos internacionais produzidos sobre a agricultura familiar neste âmbito, tinham como foco principal as relações económicas (posse ou não da propriedade como unidade principal de análise), o que se justifica pela influência marxista dos anos 80 (ibidem). No que diz respeito à investigação europeia sobre os papéis de género na agricultura, Sarah Whatmore é uma autora que se destaca, pois traçou algumas mudanças conceituais que ocorreram neste campo, nomeadamente: deixou de se ver homens e mulheres como categoria fixas, ou seja, o estudo do género

constrói-se também tendo em conta os significados e práticas que os definem e caracterizam; o uso da teoria dos papéis de género deu lugar à teoria da identidade de género, mais concretamente às representações da vida quotidiana do que significa ser um homem ou uma mulher agricultora, dando deste modo maior protagonismo às funções por eles desempenhadas (Brandth, 2002 e Whatmore, 2016). Segundo a mesma autora, os anos 80 foram um ponto de viragem nesta área de investigação, pois os cientistas abandonaram o seu objetivo inicial de tentar tornar as mulheres visíveis através de uma análise exclusiva da sua contribuição para a economia formal, para abordagens multifuncionais e holísticas, que passaram pela redefinição dos conceitos de agricultura e de vida rural, com espaço para o trabalho não formal (doméstico e de cuidado), o que permitiu dar voz à perspetiva feminina. A par disto, a atenção deslocou-se igualmente para a importância das relações entre os sexos, para a identidade e para a compreensão do papel e da situação da mulher na exploração familiar e na família agrícola (Comissão Europeia, 1994).

Berit Brandth, no seu estudo em 2002 sobre a identidade de género na agricultura familiar europeia, afirma que a literatura europeia até à data pouco colocou a representação do eu ou da identidade de género no centro da análise científica, o que significa que só recentemente se começou a trabalhar a perspetiva de género na agricultura. O discurso é uma das unidades de análise mais utilizadas na literatura para compreender as desigualdades de género existentes e os resultados apontam para uma lógica patriarcal sempre presente no discurso (Shortall, 1999; Haugen et al., 2015). Brandth (2002) identificou 3 tipos de discurso masculino: *“the discourse of the family farm”, ‘masculinisation’, and ‘detraditionalisation and diversity’*. O primeiro discurso denuncia uma prática que privilegia sempre o homem como herdeiro do património agrícola. As mulheres veem o seu acesso limitado, sendo apenas possível obterem o título de proprietárias das terras através do casamento com o proprietário ou viuvez, ou seja, o título de proprietária de terras nunca parte da escolha da mulher, mas sim de um casamento (Shortall, 1999; Contzen e Forney, 2017). O segundo discurso centra-se no processo de masculinização da agricultura, ou seja, a transformação da agricultura numa área de trabalho marcadamente masculina. A agricultura familiar tem uma forte conotação masculina, pois é o homem quem

controla e gere o negócio da família, pelo que quando se pensa em agricultor existe a tendência a imaginar um indivíduo do sexo masculino com força física (Brandth, 2002; Shortall, 1999). O terceiro e último tipo de discurso identificado vem convergir com os outros dois, pois retrata uma mudança na direção do empoderamento das agricultoras. A pesquisa sobre mulheres agricultoras na Europa revela a ocupação de novos cargos tais como “(...) farmer, housekeeper, business secretary, farm assistant, agricultural worker, off-farm income earner (...)” (Brandth, 2002 pág. 192). As posições que as mulheres agricultoras da atualidade ocupam estão a mudar: segundo Haugen e Brandth (1994) as agricultoras mais jovens escolhem a agricultura como profissão e, autodenominando-se como agricultoras profissionais, procuram adquirir vários conhecimentos que lhes confirmam mais autonomia na gestão agrícola, como é o exemplo da condução das máquinas agrícolas (tarefa dominada pelos homens). Apesar de ainda existirem grandes desigualdades de género na agricultura familiar, já se começam a ver alguns (ainda que poucos) tipos de configurações de agricultura familiar que oferecem novos caminhos para a igualdade de género (Contzen e Forney, 2017; Silveira et al., 2013). A investigação europeia sobre as mulheres agricultoras tem revelado o carácter diverso que o trabalho agrícola feminino pode assumir, quer seja ao nível dos papéis laborais que assumem, ou no que diz respeito à quantidade e localização da sua contribuição que pode variar consoante alguns fatores, nomeadamente a dimensão da exploração, o tipo de produção e o ciclo de vida familiar (Brandth, 2002). Contudo, ainda é comum o homem agricultor ser visto como a “figura pública” da família, pois a mulher aparece quase sempre retratada numa posição secundária, não participando em eventos fora do círculo familiar. Apesar de as mulheres terem conquistado algum espaço no mercado de trabalho e lutado pela igualdade em vários aspetos, ainda existe um grande caminho a percorrer.

No que se refere às políticas públicas para a mulher rural e agricultora, um relatório da Comissão Europeia (1994) intitulado “O papel económico e a situação da mulher nas zonas rurais” dá conta da inexistência (até à data) de programas da Comunidade Europeia sobre o reconhecimento do papel e a situação específica da mulher na economia rural ou sobre as diferenças entre homens e mulheres agricultores:

“Aparentemente, ter-se-á partido do princípio de que homens e mulheres rurais, como qualquer outro grupo social do mundo rural (velhos e novos, emigrantes e residentes), sentem da mesma forma a evolução do mundo rural, conhecendo os mesmos problemas e desfrutando das mesmas oportunidades da economia e mercado de trabalho rurais.” (Comissão europeia, 1994).

Porém, mais recentemente, a agenda política mundial tem vindo a adotar uma postura ativa em favor da integração do género nas suas ações, como é o caso do Plano de Ação Global para a Década da Agricultura Familiar (2019-2028) promovido pela Organização das Nações Unidas – de entre todos os seus sete pilares de atuação, existe um inteiramente dedicado à promoção da equidade de género na agricultura familiar e ao papel de liderança da mulher rural e agricultora. Também um relatório de 2017 do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, no âmbito da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, da conta dos objetivos estratégicos e ações em áreas críticas para a igualdade de género, tendo como tema prioritário os “Desafios e oportunidades para alcançar a igualdade de género e a capacitação das mulheres e raparigas rurais” (Parlamento Europeu, 2017). Este relatório caracteriza as mulheres agricultoras como sendo: mulheres com níveis de escolaridade baixos e com pouca formação agrícola em relação aos maridos; bastante envelhecidas; possuem uma enorme importância na manutenção das comunidades rurais, apesar de esta não ser reconhecida pelos decisores políticos locais e pela sociedade em geral; surgem quase sempre associadas a dinâmicas de economia informal, empregos precários, salários baixos e más condições laborais; e o fosso salarial entre homens e mulheres que fazem o mesmo trabalho agrícola teima em persistir, podendo chegar aos 40%, já para não falar do trabalho não remunerado que inclui todo o cuidado a crianças e/ou idosos, o trabalho doméstico e o trabalho agrícola para autoconsumo.

A literatura sobre a agricultura familiar revela profundas desigualdades de género que se alicerçam sobre um discurso patriarcal e segregador da mulher. Esta desigualdade materializa-se na vida da mulher agricultora em vários domínios e envolvem a intersecção de quatro espaços: a casa, a comunidade, o mercado e o Estado. Com esse efeito, iremos abordar alguns dos principais problemas que se materializam nesses domínios através dos dados internacionais disponíveis.

Trabalho doméstico invisível

Como vimos, é unânime que a esfera privada e familiar é um dos espaços onde mais se perpetua as desigualdades de gênero, nomeadamente no que diz respeito à divisão de tarefas, pois a mulher agricultora, na maioria das vezes, realiza sozinha as tarefas domésticas (Contzen e Forney, 2016; Brandth, 2002; Whatmore, 2016; Shortall, 1999; Carmo, 2007). O trabalho doméstico não é reconhecido como produtor de valor para a sociedade e é desvalorizado, o que coloca estas mulheres numa situação de dupla desigualdade: por um lado são apenas vistas como “ajudantes” dos seus maridos agricultores e por outro, são condicionadas a exercer funções domésticas sob uma lógica patriarcal que não as permite serem consideradas como mulheres agricultoras (Brandth, 2002). As esferas do trabalho agrícola e doméstico da agricultora familiar estão intimamente ligadas, pois na maior parte das vezes a exploração agrícola encontra-se perto de casa o que leva a que as agricultoras vejam o trabalho na exploração agrícola como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços (Herrera, 2016).

Ter em conta o trabalho não pago (o que engloba as tarefas domésticas e o trabalho de cuidado¹), é essencial para aprofundar a condição feminina no contexto rural. A mulher agricultora desempenha múltiplas tarefas domésticas e agrícolas não remuneradas – quando se fala no caso particular do trabalho doméstico, este abrange o cuidado com as crianças e idosos, a preparação de refeições, a preservação de alimentos, e todas as tarefas que englobam a manutenção doméstica (Comissão europeia, 1994). Estas atividades, muitas vezes invisíveis, servem como alicerce ao trabalho formal remunerado e, apesar de não reconhecidas pela economia formal, possuem um extremo valor (Whatmore, 1994).

¹ Tarefas domésticas englobam: preparação de refeições; limpar a casa; cuidar da roupa; jardinagem; cuidar de animais domésticos; reparações em casa; fazer compras; tratar de serviços comerciais e/ou administrativos; e dar apoio a outros agregados (Perista et al., 2016).

Trabalho de cuidado engloba: - cuidar de filho/a(s), neto/a(s) ou outra(s) criança(s) com menos de 15 anos; acompanhamento escolar de filho/a(s), neto/a(s) ou outra(s) criança(s) com menos de 15 anos; ler, brincar, conversar com filho/a(s), neto/a(s) ou outra(s) criança(s) com menos de 15 anos; acompanhar filho/a(s), neto/a(s) ou outra(s) criança(s) com menos de 15 anos a atividades diárias ou não; cuidar de pessoas adultas com dependência ou incapacidade pertencentes ao agregado familiar; e dar apoio a outros agregados: tomar conta de uma criança, prestar cuidados a pessoas adultas em situação de dependência ou incapacidade (*ibidem*).

Segundo Perista et al. (2016), quando considerados os tempos médios dedicados às tarefas domésticas e ao trabalho de cuidado, tomando como referência o último dia útil, verifica-se uma acentuada assimetria de género, em particular em relação às tarefas domésticas: as mulheres dedicam, diariamente, mais 55 minutos na prestação de cuidados e mais 1 hora e 12 minutos nas tarefas domésticas, em relação aos homens. Em média, o total do trabalho não pago requer das mulheres uma afetação de tempo diária de 4 horas e 23 minutos; e para os homens de 2 horas e 38 minutos, ou seja, menos 1 hora e 45 minutos (*ibidem*).

A literatura sobre o trabalho da mulher agricultora, tem vindo a demonstrar que a tese da dupla jornada de trabalho feminina é uma realidade na vida das mulheres agricultoras, pois estas são responsáveis pelas tarefas na exploração agrícola, bem como pelas atividades domésticas e de cuidado. Herrera (2016) sugere que, o que sobrecarrega a mulher agricultora não são as tarefas agrícolas ou domésticas e de cuidado separadamente, mas sim a sua realização simultânea.

De acordo com um relatório da Comissão Europeia (1994) intitulado “O papel económico e a situação da mulher nas zonas rurais”, os dados disponíveis apontam para que as mulheres rurais trabalham mais do que as mulheres urbanas e, se tivermos também em conta o trabalho doméstico, estas trabalham mais que os homens rurais. Quando se juntam os filhos à equação, verifica-se que as mulheres rurais tendem a abandonar os seus empregos remunerados para se dedicarem ao cuidado dos filhos, regressando mais tarde ao mercado de trabalho em condições precárias e mais desfavoráveis: este padrão deve-se à ideia tradicionalista de que a mulher deve ser a cuidadora primária dos filhos e também à escassa oferta de serviços de apoio às famílias e às crianças (creches e transporte escolar por exemplo) que as zonas rurais possuem, o que dificulta a deslocação diária para trabalhar (*ibidem*).

Agricultura: setor marcadamente masculino

O processo de industrialização da agricultura foi um período onde as mulheres perderam o papel central que tinham, pois, a mecanização da agricultura que decorreu no fim do último século veio masculinizar este setor. No contexto europeu, são vários

os autores (sobretudo os da abordagem feminista) que apontam a modernização do setor agrícola como a causa da subordinação feminina à esfera privada e consequente diminuição do número de mulheres que trabalham na agricultura (Seuneke e Bock, 2015). A produção de leite, bem como a condução dos tratores são exemplos muito referidos na literatura para exemplificar este fenómeno (Magalhães, 2009; Brandth, 2002; Contzen et al., 2017).

“Milking used to be an important task for women, but in the mid 1900s when the milking machine was introduced, it became just as much an area of work for men, and thus women were forced into a secondary position, or into a position of housewife (Strømsheim 1977; Vik 1986).” (Brandth, 2002 pág.188).

A agricultura acompanhou o processo global de industrialização e com isso passou a exigir aos agricultores mais competências e foram os homens os privilegiados para as adquirir, deixando às mulheres um papel secundário (*ibidem*). A distribuição do acesso aos conhecimentos técnicos e aos meios de produção é desigual em função de vários fatores sociais, e o género não foi uma exceção. Isto acontece porque a agricultura tem um elevado grau de herança ocupacional, pois o conhecimento agrícola tem uma longa tradição de sucessão geracional marcada pela passagem do conhecimento (seguindo a lógica patriarcal) de pai para filho (Leckie, 1996; Brandth e Haugen, 2000, Whatmore, 1991; Shortall et al., 2020; Brandth e Haugen 2011). A propriedade da terra também é outra fonte de desigualdade de género, pois esta tem sido tradicionalmente mantida na posse dos homens (*ibidem*). A exclusão da herança profissional e o facto de não serem proprietárias das terras, levou a que as mulheres se sentissem desencorajadas para exercerem a profissão agrícola durante muitos anos e exercessem maioritariamente tarefas agrícolas na proximidade da esfera privada, como cuidar dos animais, do jardim e da pequena horta familiar (Contzen e Forney 2017). Num contexto mais contemporâneo, são vários os estudos europeus que demonstram estratégias de adaptação do trabalho agrícola protagonizadas por mulheres, nomeadamente através de trabalho fora da exploração e modificações dentro da exploração, como por exemplo o turismo rural (*ibidem*). Porém, a pergunta que se impõe é: Será que estas mudanças podem mudar as relações de género? Haugen e Blecksaune (2005) – citado por Contzen e Forney (2017) – mostram que a

combinação de trabalho fora e dentro da exploração agrícola pode resultar numa dupla jornada de trabalho; e nem sempre o dinheiro ganho significa maior autonomia feminina, pois é utilizado como suporte ao negócio agrícola. Segundo o último Recenseamento Agrícola Nacional (2019), os produtores agrícolas singulares são, ainda, na sua maioria homens (67%) - o produtor agrícola é o responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou jurídica por conta e em nome da qual a exploração produz, que retira os benefícios e suporta as eventuais perdas. É o produtor que toma as decisões de fundo, com impacto económico e financeiro, como sejam as referentes ao sistema de produção, aos investimentos e aos empréstimos. A herança masculina da terra é um fator que molda, ainda nos dias de hoje, a participação das mulheres na atividade agrícola, bem como a perceção pública da agricultura enquanto atividade masculina; as mulheres encontram-se sub-representadas nas organizações agrícolas, têm menos acesso a formação agrícola e geralmente não ocupam os espaços de fala e de tomada de decisão pública da agricultura (Shortall et al., 2020).

Trabalho invisível e não reconhecido: fraca proteção social e desigualdade na remuneração

Segundo um relatório publicado em 1994 intitulado “O papel económico e a situação da mulher nas zonas rurais” (Comissão Europeia, 1994), é possível perceber que o estatuto profissional da mulher agricultora ativa varia dentro dos países da união europeia. A França, nos anos 80, foi dos primeiros países a aprovar legislação que oferece alternativas às mulheres que trabalham com os cônjuges em negócios comerciais ou artesanais, porém, o número de mulheres registadas não aumentou: ou seja, mesmo com a legislação, as atitudes mudam mais lentamente e muitas mulheres rurais, parecem satisfeitas com um estatuto completamente dependente, definido exclusivamente em relação aos seus maridos e à ocupação destes. Outra razão que justifica esta baixa aderência feminina ao estatuto profissional prende-se com os elevados custos monetários que o estatuto acarreta para o cônjuge empregador. O trabalho da mulher agricultora é considerado como um “apoio”, na medida em que não é planificado, não é especializado, nem mecanizado; este pode incluir a transformação de produtos alimentares, colheita, artesanato, confeção de alimentos e

administração financeira; no entanto, dada a (incorreta) incorporação destas tarefas na esfera doméstica, este trabalho não tem qualquer tipo de estatuto. Contudo, existem casos em que a agricultora está inscrita enquanto produtora singular da exploração, mas que se devem na maioria das vezes ao facto dos seus pais ou maridos terem outro emprego no setor não agrícola; nesses casos os benefícios que advém desse estatuto não são geridos pelas mulheres e o seu poder de decisão na prática continua a depender das figuras masculinas da família. Regra geral, a realidade europeia desta altura era que a maior parte das agricultoras fossem classificadas como “cônjuges” ou “outros familiares”.

A 7 de julho de 2010, o Parlamento Europeu lança a Diretiva 2010/41/EU relativa à aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres que exerçam uma atividade independente. Esta diretiva abrange os trabalhadores por conta própria e os seus cônjuges, e contempla medidas de proteção social como os subsídios de maternidade e indemnizações em caso de doença ou acidente de trabalho. Apesar disto, em 2014, um relatório idêntico ao anterior sobre as mulheres e o seu papel nas zonas rurais e redigido no âmbito da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Género (Davidova e Thomson, 2014), volta a confirmar a tendência de que o trabalho agrícola efetuado pelas cônjuges e outros membros da família do sexo feminino é considerado «trabalho invisível», pela inexistência de estatuto profissional que possibilite o respetivo reconhecimento e permita às mulheres registar-se nos serviços de segurança social. A não declaração do trabalho agrícola feminino no estado é uma realidade frequente e reconhecida pelas organizações internacionais, porém são insuficientes as políticas públicas que respondam diretamente a este problema. Esta invisibilidade face ao Estado leva a uma perda de direitos importantes para a autonomia das mulheres agricultoras, nomeadamente direitos como as ausências por doença e a licença de maternidade, que assegurariam a sua independência financeira.

Mais recentemente, outro estudo sobre o estatuto profissional da mulher rural na união europeia (2019) no âmbito do Comité do Parlamento Europeu para os Direitos das Mulheres e para a Igualdade de Género (Franić e Kovačiček, 2019), demonstra a continuidade desta invisibilidade do trabalho da mulher rural, em especial no que diz

respeito à desigualdade salarial. Contudo, Portugal está entre os países com menos desigualdade a este nível, sendo que a diferença de rendimentos entre homens e mulheres regista os 8,3%, a par de outros países como a Itália (4,4%) Malta (5,2%), Polónia (7,5%) e Bélgica (9,1%). No quadro europeu, o fosso salarial entre homens e mulheres rurais é geralmente muito mais baixo para os recém-entrados no mercado de trabalho, todavia tende a aumentar com idade, em resultado das interrupções de carreira que as mulheres se vêm obrigadas a realizar durante a sua vida profissional para prestação de cuidados aos filhos ou a outros familiares dependentes.

2.3 A agroecologia como resposta

Para explicar as raízes transformadoras da agroecologia é preciso recuar até ao século passado. No rescaldo da 2ª guerra mundial, os países ditos mais desenvolvidos (economicamente mais fortes), decidiram apostar no uso intensivo de insumos químicos, nas variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento e na irrigação e motomecanização, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade da agricultura - (Altieri, 1998; Nicot et al., 2018). Inicia-se assim a chamada “Revolução Verde”, durante os trinta anos “gloriosos”, onde se viu nestes países economicamente mais fortes: o aumento da riqueza, o surgimento de novos modos de vida e a expansão do modelo capitalista (Caporal, 2009). No entanto, poucas foram as décadas foram necessárias para revelar as consequências negativas deste rápido crescimento assente num modelo capitalista-progressista-economicista. O problema da fome mundial continuou a afetar os ditos países de Terceiro Mundo (economicamente menos fortes) e outros problemas surgiram como: o aumento das desigualdades sociais e económicas entre países, regiões e classes sociais; alterações climáticas; desequilíbrios nos ecossistemas; degradação e escassez dos recursos naturais (Altieri, 1998; Caporal, 2009). Estes problemas aliados às conjeturas culturais, sociopolíticas e económicas deste período (como a crise petrolífera e o crescimento do neoliberalismo, os processos de descolonização e a guerra do Vietname, as reivindicações estudantis, as lutas anti-racistas, feministas e ambientalistas), contribuíram para novas formas de organização política e de participação ativa na sociedade civil, onde foi também possível que convivessem vários grupos diferentes que pensavam a agricultura, quer

viesses do meio urbano ou rural, da academia ou da labora (Altieri, 1998). Nos anos noventa, dá-se uma organização mais formal dos movimentos ecologistas (Tornaghi & Dehaene, 2020) aliados a uma formalização legal e do alargamento do debate em torno da sustentabilidade (Anderson et al. 2019). Surgem vários grupos políticos e da sociedade civil que invocam políticas públicas mais concretas para resolver os problemas do sistema agro-alimentar, com um discurso assente na inclusão social, eliminação da poluição e da preservação ambiental e animal (Altieri, 1998; Warmling & Moretti-Pires, 2017). A Agroecologia nasce na Europa neste contexto de discussão sobre a crise agro-alimentar mundial, tendo na sua génese os agricultores, ou seja, começou por ser uma transformação da técnica racionalizada pelos que a praticavam, antes de seguir para o campo intelectual (Borges et al., 2020 a)). Esta lógica bottom-up é essencial para se analisar o seu caminho: muitas vezes descrita como uma mudança ecologizante das práticas agrícolas (Silveira & Rosas, 2018; Saylor et al., 2017), a agroecologia tem sido abordada de variadas formas – por vezes, com um pendor mais técnico que atenta à substituição de ferramentas e hábitos agrícolas, outras vezes com maior enfoque na sua instrumentalização política, como movimento social que visa a capacitação e empoderamento de massas sociais que têm sido afastadas do centro de discussão política sobre o sistema alimentar do qual dependem, e mais raramente (ainda que com muita seriedade), a agroecologia tem sido trabalhada como um novo paradigma que visa um modo de vida mais inclusivo para consumidores e produtores e que conseguirá diretamente reestruturar os problemas que têm sido aqui apontados, como as desigualdades sociais, a escassez de recursos e as alterações climáticas (Altieri, 1998; Silva Júnior et al., 2019). Em todas as suas abordagens, encontra-se um denominador comum, que é a crença na agroecologia para a criação de um novo espaço social, onde se pratique um comércio justo que beneficie tanto os produtores, os consumidores e até os distribuidores, e onde se promova a justiça ambiental enquadrada numa economia do tipo circular e não capitalista, respondendo sempre aos princípios da equidade e da sustentabilidade (Borges et al. 2020 a); CalvetMir et al., 2018; Teixeira et al., 2017). Neste sentido, a agroecologia pode ser pensada como um novo paradigma de produção e de consumo que se traduz em atitudes e práticas ecologicamente sustentáveis, economicamente inclusivas e socialmente equilibradas. Ela é um modo de vida e um movimento político e social, que visa a transformação e

preserva a integridade social, através de princípios de cooperação e solidariedade, mobilizando para isso saberes ancestrais e conhecimento científico interdisciplinar.

2.3.1 A metodologia agroecológica para visibilizar o papel da mulher agricultora

A Agroecologia propõe um novo enfoque paradigmático, pois: reconhece a relação entre os seres humanos e destes com o meio ambiente; promove a união dos saberes populares com o conhecimento científico agrícola; possui uma abordagem holística, sistêmica e contextualizada da agricultura (Serrano, s.d.). Neste sentido, podemos entender a Agroecologia como um movimento de recuperação da

“herança agrícola que foi destruída com a chegada da agricultura moderna, em especial das ciências agrônômicas, que desprezam esses saberes e, muitas vezes, carregam preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero” (ibidem, pág. 47).

Oliveira e Cavalcante (2018) fazem uma revisão da literatura sobre Agroecologia e Feminismo, onde analisam como a Agroecologia contribui para a construção da autonomia da mulher no meio rural. De acordo com estes autores, apesar de na agroecologia e, de forma mais ampla, na agricultura familiar a participação feminina ter sido sempre significativa e central dentro da organização produtiva agrícola das unidades familiares camponesas, foi apenas há duas décadas que o trabalho feminino na agricultura familiar e na agroecologia tem sido considerado de acordo com sua real contribuição: o gênero começa a ser considerado nos estudos rurais depois da década de 1960, mas na realidade começa a ser mais amplamente utilizado apenas nos anos 1980 e 1990. O movimento agroecológico brasileiro tem sido, nos últimos anos, palco central de discussão feminista no campo do conhecimento agroecológico. São várias as associações e movimentos feministas brasileiros que têm promovido o empoderamento da mulher rural e agricultora através da agroecologia, mostrando que através da aplicação dos princípios agroecológicos e de uma relação de cuidado com o próximo e com a natureza todos ganham (ibidem). A principal consequência que nasceu destes movimentos é a proposta da Caderneta Agroecológica (CA): uma metodologia político-pedagógica sistematizada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (estado de Minas Gerais), a partir das experiências de

agricultoras e organizações agroecológicas, que pretende combater a desigualdade de género, a dominação capitalista, contrapor o patriarcado e a base ideológica do modelo capitalista (de Lacerda e Leal, 2021). Em 2019, foi publicado o “Guião Metodológico da Caderneta Agroecológica” (Cardoso et. al, 2019), um manual que pretende nortear uma aplicação integrada da Caderneta Agroecológica, do Mapa da Sociobiodiversidade e de Questionários sociodemográficos junto das mulheres agricultoras. A Caderneta Agroecológica é um instrumento político-pedagógico que tem como objetivo quantificar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras (formal e não formal), contribuindo para a promoção da sua autonomia e empoderamento (*ibidem*). A operacionalização da caderneta consiste no registo diário dos produtos (vegetais, animais, transformados, artesanato) que são consumidos pela família, doados, trocados com outras pessoas e vendidos – este registo permite ir para além das bases da economia capitalista, pois não considera apenas como parte da economia as atividades que integram o mercado formal e geram dinheiro. Este tipo de metodologias permite desvendar e quantificar o trabalho não remunerado que inclui trabalho de cuidado (como cuidar de crianças, idosos e doentes), trabalho doméstico (como cozinhar, limpar e lavar roupa) e o trabalho agrícola (por exemplo, na agricultura de subsistência ou em explorações familiares). O mapa da sociodiversidade distancia-se da Caderneta Agroecológica pelo facto de se pretender conhecer o papel da mulher não apenas na exploração agrícola, mas também no espaço privado doméstico e na esfera pública – esta técnica vem permitir o reconhecimento dos lugares de produção das agricultoras. É importante ter em conta que muitas vezes, o trabalho é considerado pelas mulheres como “ajuda”, o que as leva a se colocarem no lugar de “ajudantes”, quando na verdade são protagonistas na medida em que realizam esse trabalho de forma autónoma (Cardoso et al, 2019).

Neste sentido, percebemos que olhar para a Agroecologia é muito importante para combater a desigualdade de género e fomentar o empoderamento dos agricultores, sobretudo das agricultoras. Quando não se considera o trabalho e o saber das mulheres agricultoras, estamos também a desconsiderar a complexidade da agricultura familiar. Diversos trabalhos, que integram metodologias participativas no contexto agrícola, referem que atividades relacionadas com a realidade vivida por

mulheres do campo ajudam no fortalecimento de movimentos coletivos, bem como na partilha de saberes empíricos e na construção de uma sociedade mais igualitária (Moreira & Sulzbacher, 2020).

2.4 Conceitos: família e género

A família tem vindo a alterar-se e reinventar-se ao longo dos tempos e da história, pelo que podemos considerá-la o produto de um processo de construção social contínuo, jamais estabilizado (Dias, 2015). Bourdieu (1993) – citado por Dias (2015) – sugere aos sociólogos que estudem a família como uma *categoria realizada* e não como um termo, mas sim um conceito que contribui para a construção da realidade que representa, classifica e se apresenta através da prova das suas modificações. A família conjugal composta por um casal com ou sem filhos é o modelo mais tradicional de família, porém é só apenas mais um modelo entre muitos outros. Não são só os laços de parentesco que unem uma família, pois podem ser laços de ordem afetiva ou social. Neste trabalho queremos evitar uma “perspetiva conjugalocêntrica”, pelo que vamos adotar a distinção entre família, grupo doméstico e rede social primária proposta por Dias (2015, pág. 12) – família é definida pela existência de laços de consanguinidade e de aliança; grupo doméstico é definido pela coresidência e pela partilha de um espaço de vida; e rede social primária é definida pelas relações de apoio e pelos contactos próximos.

A família é um agente socializador, onde os valores sociais são detidos, conservados e reproduzidos, como é o caso da identidade de género. É na família que a identidade de género se irá desenvolver numa primeira fase, pois a família representa um lugar de interação afetiva, no qual se irá desenvolver a socialização primária marcada por representações de masculino e feminino e atribuição de papéis de género. Tendo sempre em conta a dimensão estrutural das relações sociais de género, nesta investigação iremos focalizar como estas se materializam na família, mais especificamente na família que pratica agricultura de base familiar.

De acordo com Kimmel (2000), o entendimento sociológico do género começou com uma forte crítica à teoria dos papéis sexuais, cujos argumentos se baseavam no facto de que essa teoria seria insuficiente para entender as complexidades do género

enquanto construção social. O gênero é construído nas relações sociais e vai muito para além das diferenças sexuais entre homens e mulheres –

“A feminilidade e a masculinidade são conceitos culturais e como tal possuem significações flutuantes. Tais significações são diferentemente apreendidas pelos membros de uma dada cultura. Referem-se aos contextos históricos e culturais onde emergem (Anderson, 1997). Sendo entendido como a elaboração cultural do sexo, o gênero refere-se aos comportamentos e expectativas socialmente aprendidos a propósito de ambos os sexos (...) O gênero constitui uma categorial social que estabelece as nossas possibilidades de vida e orienta as relações sociais.” (Dias, 2015, pág. 78).

A opção de trabalhar o conceito de gênero deve-se à sua importância para a compreensão das relações de poder que são desenvolvidas social e culturalmente entre os sexos, sendo neste caso específico, entre agricultoras e agricultores familiares do Projeto Prove. O gênero permanece invisível a olho nu, tal como este excerto de Kimmel (2000) explica:

“Privilege, as well as gender, remains invisible. And it is hard to generate a politics of inclusion from invisibility. The invisibility of privilege means that many men, like many white people, become defensive and angry when confronted with statistical realities or the human consequences of racism or sexism. Because our privilege is invisible, we may become defensive. Hey, we may even feel like victims ourselves. Invisibility creates a neurotic oscillation between a sense of entitlement and a sense of unearned privilege (...).” (Kimmel, 2000, pág. 9).

Considero importante sublinhar neste ponto o que Scott (1995) – citado por Herrera (2013) – salienta acerca do uso generalizado do conceito de gênero. Para a autora o uso deste conceito tem sido apropriado por diferentes correntes teóricas o que pode gerar limitações perigosas; as principais vertentes utilizadas que a autora destaca são:

“(i) a que trata o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais (conforme o contexto e suas representações simbólicas), sendo este o primeiro modo que dá significado às relações de poder; (ii) os conceitos normativos, que afirmam de maneira categórica o sentido do feminino e do masculino, legitimando e dando sentido a essa oposição binária, resultando em uma posição masculina dominante; (iii) perspectivas que reduzem o conceito de gênero à relação de parentesco; (iv) o gênero como parte da identidade subjetiva, sendo esta uma contribuição da psicanálise para a interpretação da reprodução do gênero” (SCOTT, 1995 – citado por Herrera, 2013).

Neste relatório defendemos o mesmo que a autora: o género deve ser analisado a partir de uma perspetiva incorporada destas quatro vertentes, salientando que o seu conceito parte do pressuposto de que “o género é a forma primária de dar significado às relações de poder” – aqui tratamos a mulher agricultora, dentro desta perspetiva integradora o que acreditamos que nos vai permitir analisar de forma coerente o seu papel e desvendar quais são as diferenças de género entre os agricultores e agricultoras familiares, bem como perceber que desigualdades de género ainda se mantêm vivas no universo agrícola familiar.

Capítulo 3- O Estágio na Adersousa e a metodologia para a análise multifuncional da agricultura familiar

3.1 A Ader-Sousa

A agricultura familiar está particularmente presente nas regiões de influência dos Gabinetes de Apoio Local (GAL), como é o caso da ADER-SOUSA. A ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa - é uma associação de direito privado de âmbito local, fundada no dia 20 de setembro de 1991. A sua atividade abrange os concelhos de Paços de Ferreira, Felgueiras, Lousada, Paredes e Penafiel, bem como as áreas vizinhas envolventes dos mesmos. O seu objetivo principal é promover o desenvolvimento rural a nível local, com vista a melhorar as condições sociais, económicas e culturais das populações, mais concretamente através de atividades que estimulem o setor agrícola, o artesanato e o turismo. Esta associação privilegia relações de colaboração e cooperação com as populações locais e instituições/ entidades locais, nacionais e internacionais. Atualmente tem 28 associados, todos provenientes dos concelhos de atuação, nomeadamente: as câmaras municipais de cada um dos 5 concelhos; associações empresariais, culturais e sociais; cooperativas; confrarias; e empresas.

Ao longo dos últimos 30 anos, a ADER-SOUSA acumulou várias experiências, nomeadamente a gestão de instrumentos financeiros de políticas de desenvolvimento rural e local.

As ações desenvolvidas pela associação são: a) de iniciativa ou de apoio a projetos com impacto económico, social, e cultural; b) de elaboração ou apoio a trabalhos de investigação, de experimentação, de avaliação e de inovação, bem como a estudos de diagnóstico, tudo no âmbito do desenvolvimento local; c) emissão de pareceres e recomendações relativamente a questões de política, prática e meios de desenvolvimento local; d) de formação profissional e de apoio à formação profissional, designadamente no âmbito de atividades agrícolas e artesanais de tradição local.

Os diagnósticos realizados pela Associação identificaram várias características e recursos endógenos que devidamente valorizados podem contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural das Terras do Sousa. Destacamos alguns, nomeadamente:

- A grande proximidade à Área Metropolitana do Porto, e de cidades como Guimarães e Amarante, o que possibilita o escoamento dos produtos agrícolas (ou outros) destes concelhos;
- A existência de um rico património arquitetónico, como por exemplo a Rota do Românico do Vale do Sousa;
- A importância da bacia hidrográfica do rio Sousa ao nível da rega agrícola e da biodiversidade;
- Os produtos agrícolas que os agricultores locais produzem, e que possuem uma enorme qualidade e importância.

Deste modo, o trabalho atual da ADER-SOUSA incide sobre 4 áreas temáticas de intervenção: “agricultura e floresta”, “turismo e lazer”, “ambiente e recursos naturais” e “serviços de proximidade, cultura e educação”.

A nossa pesquisa foi realizada em duas cidades de atuação da ADER-SOUSA, nomeadamente Felgueiras e Paredes. Estas cidades pertencem ao Norte Litoral, onde

“o povoamento estende-se como um contínuo de inúmeras pequenas unidades de habitação, onde uma parte importante dos residentes tem alguma ligação, de propriedade, de trabalho ou de rendimento, tanto ao «campo» como à «cidade» (daí a vitalidade das feiras, encontro e equilíbrio de todo um sistema económico, social e cultural) [...] [deste modo] não é simples definir aqui «ruralidade» nem é fácil identificar os «agricultores» da sub-região. [...] As estatísticas a este respeito podem conduzir a equívocos, senão erros. [...] [consultar as percentagens de ativos no setor primário e secundário, poderão levar a] concluir que tal

população será uma sociedade de tipo urbano. Não é. Eu diria que é uma sociedade de cultura ruralizante, à procura da qual veio a «cidade». Não houve êxodo: quem emigrou foi a indústria, repartida por mil pequenas ou pequeníssimas unidades, pelos vales dos rios, regatos e ribeiras, debaixo de ramadas de vinho verde, legais, semilegais e clandestinas, de têxtil, calçado, botões, cutelaria, moldes, plástico, eu sei lá. Assim, dum grande parte dos habitantes desta sub-região se pode dizer «que não vivem no campo nem na cidade, não são exclusivamente agricultores, nem camponeses, nem operários, nem empregados -porque são tudo simultaneamente»” (Ferreira, 1987).

3.2 Os sistemas agroalimentares locais e os cabazes “PROVE

Atualmente, os Sistemas Agroalimentares Locais (SAL) são um movimento em ascensão que tiveram origem a partir da segunda metade do século XX nos Estados Unidos e no Japão. Este movimento insere-se no novo paradigma do desenvolvimento rural, que tem na sua génese a construção de novas relações entre a agricultura e a sociedade, bem como a reconfiguração dos recursos rurais, sobretudo através da organização de novas cadeias alimentares e da criação de sinergias entre a agricultura e outras atividades, como o turismo rural e o ecoturismo (Tibério et al., 2013). Os Sistemas Agroalimentares Locais têm ganhado expressão nos Estados Unidos da América e surgem de um movimento urbano que tem como objetivo contrariar o poder agroindustrial e do sistema agroalimentar global, ou seja, surge de uma nova consciência social, ambiental e económica, que reconhece os efeitos negativos da atual organização dos sistemas alimentares –

“(…) os alimentos percorrem grandes distâncias, são controlados por gigantescas empresas transnacionais e estão «embrulhados» em problemas sociais, ambientais e nutricionais.” (ibidem, pág. 1).

Segundo Cristovão e Tibério (2009), os objetivos centrais dos SAL são: dinamizar o consumo de alimentos produzidos localmente (num raio variável); criar ligações diretas e próximas entre produtores e consumidores; reanimar estruturas de produção, transformação e distribuição; construir redes de relações entre produtores e governos locais, empresários e outros atores-chave; e promover a economia local e do desenvolvimento rural.

Em Portugal, este tipo de iniciativas também têm ganhado expressão nos últimos anos e surgem na tentativa de reanimar as áreas rurais e a agricultura familiar. Em 2013, um Grupo de Trabalho criado no âmbito do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento de Território publicou um relatório intitulado “Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local” com o objetivo de apoiar o desenvolvimento rural no período 2014-2020, através de seis ações prioritárias, entre as quais se destaca a promoção de mercados locais e cadeias de curtas de abastecimento (Tibério et al., 2013). Este documento também contribuiu para a definição dos conceitos de Sistema Alimentar Local e Circuito Curto Agroalimentar: Sistema Alimentar Local (SAL) é um conjunto de atividades interligadas, em que a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de produtos alimentares visam promover a utilização sustentável dos recursos ambientais, económicos, sociais e nutricionais de um território. Este é definido como uma comunidade de interesses localizados, reforçando as relações entre os respetivos agentes intervenientes;

Circuito Curto Agroalimentar (CCA) é um modo de comercialização que se efetua ou por venda direta do produtor para o consumidor ou por venda indireta, com a condição de não haver mais de um intermediário. A ele se associa uma proximidade geográfica (concelho e concelhos limítrofes) e relacional entre produtores e consumidores.

A certificação entre produtor e consumidor dá-se através do estabelecimento de uma relação com base na confiança mútua. Este tipo de prática beneficia tanto os consumidores como os produtores agrícolas e possui inúmeras vantagens, nomeadamente: a redução das distâncias entre produtor e consumidor; a melhoria da segurança alimentar e da qualidade dos produtos consumidos; favorece a promoção e adoção de práticas agrícolas que respeitem o ambiente; e fortalece a economia local (Tibério et al., 2013).

O Projeto PROVE «Promover e Vender» surge neste âmbito, com o objetivo de fornecer um método que permita desenvolver circuitos curtos de comercialização, auxiliando os pequenos produtores a escoar os seus produtos e melhorando as relações de proximidade entre quem consome e quem produz os alimentos. A fase piloto deste projeto teve início em 2006 nos concelhos de Palmela e Sesimbra, e

atualmente já se encontra disseminado de norte a sul do país através de Grupos de Ação Local, produtores, consumidores e entidades públicas e privadas locais. Este projeto consiste na comercialização de cabazes de frutas e legumes do produtor diretamente ao consumidos. Os cabazes PROVE são destinados ao consumidor urbano, mais especificamente a famílias que fazem pelo menos uma refeição por dia em casa, e são compostos por produtos da época produzidos localmente através de uma agricultura amiga do ambiente (PROVE, n.d.). A aplicação da metodologia PROVE envolve várias fases e atores e depende sempre da realidade territorial onde se insere. As principais condições necessárias à sua operacionalização são a existência de um grupo de consumidores e outro grupo de produtores.

| Fases | | Meses | | | | | | | | | | | | |
|--------------|---|-------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|--|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | |
| Produtores | Lançamento territorial e envolvimento das entidades | █ | | | | | | | | | | | | |
| | Caracterização | | █ | | | | | | | | | | | |
| | Identificação e Mobilização | | | █ | █ | █ | | | | | | | | |
| | Organização | | | | | █ | █ | | | | | | | |
| Consumidores | Caracterização | | | | █ | | | | | | | | | |
| | Mobilização e Organização | | | | | | █ | █ | | | | | | |
| | Fidelização | | | | | | | | | █ | █ | █ | █ | |
| | Comercialização | | | | | | | | █ | █ | █ | █ | █ | |
| | Autonomia | | | | | | | | | | | █ | █ | |

Figura 1- Cronograma de aplicação da metodologia PROVE (fonte: Bandeiras et al., 2009)

Este projeto tem beneficiado os agricultores familiares de pequena dimensão, na medida em que cria emprego; permite uma remuneração justa dos produtos agrícolas; cria uma forma alternativa para o escoamento da produção; e permite aumentar o reconhecimento do trabalho agrícola por parte dos consumidores, sobretudo o trabalho da mulher agricultora. Desde o início, o Projeto PROVE teve como objetivo fomentar o trabalho coletivo, ativando processos de decisão conjuntos e em particular envolvendo as mulheres. A metodologia PROVE promove, através da sua estratégia de comunicação, vários valores de responsabilidade social no qual se inclui o princípio da igualdade de género:

“A marca consegue orientar o consumidor, valorizando um comportamento mais responsável a nível social ou ambiental, ajudando-o a desmontar preconceitos. Se a sociedade na qual se

veicula a comunicação publicitária se debate com problemas concretos como, por exemplo, em Portugal, a desigualdade entre homens e mulheres, então a marca até pode contribuir para modificar os comportamentos.” (Sampaio, 2009, pág. 70).

O manual do projeto também contempla esta questão, e recomenda que o mediador/facilitador que acompanha o processo tenha em conta a perspetiva de género:

“Entre as mulheres existe uma espécie de código honra-vergonha, ou seja, se por um lado as mulheres quando se encontram têm um sentimento de honra por trabalhar e atingir, desta forma, a sua independência, por outro lado manifestam um certo desconforto/ vergonha porque, muitas vezes, lhes é exigida pela família uma atenção acrescida. Por este motivo será necessária uma atenção especial por parte do mediador/facilitador que acompanha o processo para a temática da igualdade de género. Outro aspecto a ter em conta é o facto de o cônjuge da produtora não tolerar, nem aceitar que seja ela a responsável pela logística e gestão da comercialização, uma vez que lhe é atribuído e reconhecido mais poder por parte da comunidade.” (ibidem, pág. 31)

3.3 A estratégia metodológica de pesquisa

3.3.1 Pressupostos e opções de base

A abordagem filosófica desta investigação vai seguir-se pela perspetiva transformativa da visão do mundo, o que Creswell (1994) chama de “the transformative worldview”. Esta abordagem advoga a necessidade de uma agenda de ação concreta (política e social) que ajuda grupos sociais marginalizados – mulheres agricultoras – e, que abrange problemas como o “empowerment”, a desigualdade, a opressão e a dominação (Creswell, 1994). A abordagem transformativa dá voz aos participantes, fomentando a sua consciência e avançando na direção da transformação das suas vidas para melhor (Ibidem).

A multidimensionalidade e heterogeneidade dos fenómenos sociais tem exigido uma crescente e constante difusão de caminhos metodológicos, que contraria as limitações e posições polarizadas, em favor da combinação de métodos de pesquisa diversos. De acordo com Madureira Pinto

“um bom método não pode deixar de ser um compromisso, estabelecido em função do objeto, das hipóteses a investigar e dos níveis analíticos exigidos pela demonstração científica, entre as virtualidades e as limitações das mesmas técnicas” (citado por Queirós e Rodrigues, 2006).

Ancorada nestes pressupostos, a metodologia desta investigação será de cariz qualitativo fazendo uso do estudo de caso com observação participante e entrevistas semiestruturadas.

A abordagem qualitativa considera a subjetividade do objeto de estudo, colocando a tónica no significado e na intencionalidade intrínsecas aos atos, relações e estruturas sociais. O seu objetivo é explicar as relações sociais – de género – através do universo de significados das ações e relações – dos agricultores familiares – e do quotidiano, vivências e experiências relatadas (Martucci, 2001; Flick, 2005). O estudo de caso já tem uma longa tradição na pesquisa científica e é uma estratégia de investigação utilizada para explorar a fundo um caso que deve ser bem delimitado (Creswell, 1994; Martucci, 2001). Inspiramo-nos em alguns pressupostos do estudo de caso etnográfico (estamos cientes de que a nossa abordagem foi exploratória e não passamos tempo suficiente no campo para aplicar os pressupostos etnográficos na sua totalidade), nomeadamente: visar a descoberta e apreensão de novas respostas ao longo do processo de investigação, o que requer uma postura vigilante por parte do investigador; privilegiar uma interpretação que tem sempre em conta o contexto; usar várias fontes de informação, em momentos e situações diferentes; permitir concetualizações naturalísticas, ou seja, os resultados da pesquisa podem vir a ser aplicados a outros casos semelhantes; e por fim empregam uma linguagem acessível de carácter mais informal e narrativo (Martucci, 2001).

O acesso às famílias que estudamos foi facilitado pela AderSousa enquanto elemento-chave de mediação, pois esta associação desenvolve um trabalho contínuo enquanto gabinete de ação local de apoio a projetos de desenvolvimento rural de base comunitária, o que garante uma rede de contactos estreita com os agricultores familiares locais.

“O contacto directo do sociólogo com os actores não anula o distanciamento que a ciência exige. Antes transforma a recolha de informação numa experiência que «humaniza» a própria

investigação, ou seja, proporciona ao investigador a possibilidade de «ver por dentro», tomando uma dupla posição de observação: a de investigador e a do próprio actor” (Lalanda, 1998).

Qualquer que seja a técnica de pesquisa utilizada existe sempre uma barreira entre pesquisador e o sujeito estudado, pois estes representam dois universos diferentes – a análise científica e a realidade factual (Lalanda, 1998). Para superar essa trincheira entre os dois mundos e quebrar o gelo, propôs-se neste caso concreto a realização de um dia de trabalho voluntário nas explorações agrícolas familiares.

3.3.2 Preparação e dinamização do trabalho de campo

Foi elaborado um guião metodológico que norteou todos os momentos de investigação no campo. A equipa da Ader-Sousa, no seu papel de informantes privilegiados, identificou e contactou as potenciais participantes, criando uma lista final com algumas informações (nome, idade, contacto e freguesia/ conselho de residência) sobre as agricultoras, o que facilitou o nosso contacto com as mesmas. O trabalho de campo foi realizado em três explorações agrícolas dos municípios de atuação da AderSousa com as respetivas famílias de agricultores e principalmente com as 3 agricultoras (2 de Felgueiras e 1 de Paredes). Tendo em conta os nossos objetivos de pesquisa, foi desenvolvida uma matriz de enquadramento lógico que identifica as variáveis a analisar de modo a nortear a elaboração das grelhas de observação e entrevista (anexo I).

As observações foram desenvolvidas por duas investigadoras de modo a assegurar o registo fotográfico, o sucesso do trabalho voluntário e a realização das entrevistas, criando um ambiente de trabalho em que as investigadoras assumiam um duplo papel de observadoras diretas, mas igualmente participantes nas tarefas agrícolas. Cada agricultora foi visitada 2 vezes, sendo que a primeira visita teve como objetivo dar a conhecer as intenções da investigação e estabelecer confiança com as agricultoras e família através da participação no trabalho agrícola. Esta primeira visita teve durações distintas: ora um dia inteiro, ora uma parte da manhã. Esta primeira permanência permitiu o preenchimento da grelha de observação participante (anexo II). Num segundo momento, foi realizada a entrevista semi-estruturada (anexo III) e continuámos a preencher a grelha de observação.

A escolha destas técnicas foi feita de modo a conseguirmos responder aos objetivos teóricos, sendo que cada técnica supriu diferentes necessidades: a grelha de observação focou-se mais na recolha de informações sociodemográficas sobre a própria família, sobre o território e a exploração agrícola, bem como para a caracterização do sistema de produção agrícola e a divisão do trabalho na família (tarefas domésticas e de cuidado e atividades agrícolas); a entrevista permitiu aprofundar a observação em todas as dimensões enumeradas e perceber a trajetória de vida destas mulheres, bem como os papéis de género no contexto da agricultura familiar, nas componentes económica, social, ambiental e cultural.

A observação direta e participante, tal como o nome indica, pressupõe que o pesquisador tenha interação com a situação estudada. Neste caso, realizou-se um trabalho de campo com os agricultores familiares nas suas respetivas explorações, acompanhando o seu quotidiano, com o objetivo de participar nas atividades agrícolas que estes realizam de modo a descrevê-las, compreendê-las e desvendar os seus múltiplos significados. Durante este processo foi importante ter sempre em linha de conta as diferentes dimensões do universo investigado, ao nível dos significados culturais dos protagonistas e, simultaneamente, mantendo o distanciamento dos nossos próprios significados enquanto investigadoras.

A grelha de observação foi a primeira técnica a ser aplicada, juntamente com trabalho voluntário nas explorações agrícolas. Deste modo, ficamos a conhecer a dinâmica diária destes agricultores e agricultoras, assegurando a observação de múltiplas tarefas do espectro da atividade agrícola. Foi assumida, durante toda a investigação, uma postura intuitiva, aberta e ativa, com o objetivo de apreender todas as particularidades relevantes observadas, mesmo que estas não vão de encontro às expectativas teóricas estabelecidas a priori (Creswell, 1994; Martucci, 2001; Laland, 1998).

As variáveis a observar tiveram três momentos definidos para serem redigidas: um primeiro momento foi imediatamente antes de começar a observação, que se destinou ao preenchimento de informações gerais sobre o local, a hora de início e notas preliminares que se considerem relevantes; o segundo momento foi dentro de pausas realizadas ao longo do dia, como por exemplo nas horas de almoço; por fim o terceiro e último momento foi ao fim do dia – esta opção prende-se com o facto de que

difícilmente se conseguiria conquistar a empatia e confiança dos atores estudados se estivéssemos constantemente a anotar as nossas observações na sua presença, o que provocaria constrangimento e conseqüente enviesamento das informações recolhidas. A nossa grelha de observação está dividida entre variáveis a observar e a questionar. Estas últimas foram introduzidas ao longo do diálogo com a agricultora.

As nossas notas de campo seguiram o exemplo da matriz de Burgess (2001) - citada por Queirós e Rodrigues (2006) -, dividindo-se entre: notas substantivas, notas metodológicas e notas analíticas. As notas substantivas desempenham a função de descrição dos atores presentes na situação observada e dos seus comportamentos, bem como dos cenários físicos e simbólicos que se pretendem investigar. Por sua vez, as notas metodológicas serão importantes para corrigir possíveis falhas da abordagem epistemológica e reavaliar a pertinência das técnicas mobilizadas, reajustando-as se necessário – este processo de autoanálise é essencial na observação participante (Queirós e Rodrigues, 2006). Por fim, as notas analíticas ou notas teóricas são reflexões sobre as relações entre teoria e empiria e operam como forma de controlo dos pressupostos teóricos que mais importam aprofundar à medida que os dados surgem no terreno (ibidem).

A segunda técnica de investigação mobilizada foi a entrevista semiestruturada. As entrevistas foram direcionadas às mulheres agricultoras e tiveram como objetivo perceber, em profundidade, qual é o papel destas mulheres nas diferentes esferas da vida, nomeadamente no que diz respeito às dimensões económica, social e da vida familiar. Deste modo, passamos a dispor uma série de informações que podiam ser comparadas sobre os mesmos indivíduos (Lahire, 2004). A literatura mostra que na maior parte dos casos em que se estuda as famílias agricultoras, são os homens que dominam os espaços de fala (Contzen e Forney, 2016; Brandth, 2002; Whatmore, 2016; Shortall, 1999; Carmo, 2007) e por esse motivo existem poucos estudos que façam um retrato da mulher agricultora na primeira pessoa. O nosso objetivo foi contrariar esta tendência e realizar um retrato da vida da mulher agricultora, que nos permita localizar as suas possíveis potencialidades e fragilidades. Foi dito às entrevistadas que o objetivo era conhecê-las enquanto mulheres agricultoras e perceber a sua trajetória/ modos de vida. As 3 entrevistas foram realizadas na casa das

agricultoras, e no caso da Joana o seu marido também esteve presente na entrevista, pois esta foi realizada na cozinha que é um espaço muito usado pela família, sobretudo depois da hora de almoço. Tendo em conta a informação recolhida nestas entrevistas e nas notas de observação, achamos importante anteceder a análise dos dados com uma “revelação-retrato” de cada entrevistada, inspirado pelo pressuposto teórico metodológico dos retratos sociológicos de Lahire (2004), mas sem cumprir todos os seus requisitos. Lahire (2004) sugere os retratos sociológicos como um dispositivo metodológico a ser implementado numa pesquisa empírica experimental, que trabalha em profundidade vários estudos de caso – através de seis entrevistas (biográficas) realizadas a cada indivíduo com o objetivo de aprofundar temas diferentes das suas vidas. No caso desta investigação não foram realizadas seis entrevistas a cada agricultora (dado as restrições temporais do trabalho e o contexto pandémico), contudo inspiramo-nos nos pressupostos dos retratos sociológicos, pois traçamos o percurso de vida das agricultoras e tentamos levar as agricultoras a pensarem na sua trajetória de vida de forma multifacetada, intersetando vários agentes de socialização e domínios de existência: trabalho, família, residência e redes de sociabilidade.

Houve também oportunidade de assistir e participar em atividades quotidianas das agricultoras, como por exemplo refeições, conversas informais e atividades agrícolas, o que gerou material empírico que contribuiu para reforçar as incertezas ou certezas que foram surgindo ao longo das entrevistas (Lahire, 2004).

As entrevistas permitiram-nos a construção de retratos sociológicos dos agricultores familiares, mediante três perfis: Casal de agricultores familiares em idade ativa; Casal de agricultores familiares reformados; Agricultora familiar viúva. Vamos analisar 3 famílias que possuem diferentes tipologias tal como apresentamos na tabela 1.

Tabela 1 - Tipologia das famílias estudadas

| Família da agricultora Joana | Família da agricultora Joaquina | Família da agricultora Gertrudes |
|---|--|--|
| Família simples alargada composta por um casal de agricultores (um homem e uma mulher) em idade ativa, com 3 filhos e que coabitam também com os pais do marido de Joana. | Família unipessoal composta apenas pela Joaquina que é viúva e vive sozinha; Rede social primária de mulheres que trabalham consigo diariamente | Família simples composta pela Gertrudes e o seu marido, ambos reformados |

Esta recolha de dados sobre situações distintas — com presença e ausência do homem enquanto produtor agrícola — permitiu-nos analisar e concluir não só sobre alterações verificadas ao nível da divisão do trabalho, mas também sobre o significado destas no que se refere a modificações nos próprios sistemas de produção (Rodrigo, 1986).

A implementação da caderneta agroecológica também fez parte do nosso manual metodológico, porém a sua operacionalização tornou-se difícil devido ao contexto pandémico, que impossibilitou uma monitorização contínua e próxima deste instrumento junto das agricultoras. Aprendemos que a aplicação da caderneta requer um acompanhamento próximo e regular junto das mulheres. Foram descobertas fragilidades relativas à tipologia de preenchimento da caderneta, nomeadamente no que se refere à quantificação dos produtos em euros, pois as mulheres consideraram difícil fazer essa separação e quantificação dos produtos vendidos, doados, trocados e consumidos. Neste sentido, sugerimos uma reconfiguração e adaptação da caderneta para mais tarde a Ader-Sousa a implementar: a unidade de medida, em vez de ser a quantidade em KG e o preço dos produtos, deve passar a ser o tempo despendido no trabalho no campo, na casa e no espaço público; a caderneta deve continuar com a estrutura dividida em dias da semana, mas passar a incluir não só os produtos vendidos e consumidos, como também as tarefas realizadas em casa e no espaço público. Acreditamos que estas alterações são importantes, no sentido em que incluem a contabilização do trabalho remunerado e não remunerado.

A análise de conteúdo foi a técnica de tratamento da informação usada para as 3 entrevistas semi-estruturadas e grelhas de observação. Tem como objetivo descrever objetiva e sistematicamente o conteúdo das comunicações, tendo como finalidade a sua interpretação (Bardin, 2002). Esta pode incidir sobre os significantes da comunicação (palavras, léxico...) ou sobre os significados da comunicação (temas, problemáticas), sendo que neste caso interessa-nos os últimos. A primeira fase de análise dos dados consistiu numa leitura livre e “flutuante” do corpus das entrevistas e das notas de observação. Esta leitura teve em conta a exaustividade e a representatividade das temáticas que se pretendem estudar e a pertinência em relação aos objetivos. Na fase de exploração do material optou-se pela decomposição do texto em unidades de registo. Este procedimento permitiu fazer uma leitura das entrevistas como um todo, de modo a detetar as principais semelhanças e diferenças entre as entrevistadas. A partir da leitura livre e flutuante e tendo em conta o guião utilizado, identificaram-se as dimensões de análise. Em seguida, procedeu-se a uma segunda leitura das entrevistas, na vertical, de modo a identificar os discursos que se inserissem nestas dimensões, a partir daqui os discursos identificados sugeriram a construção de categorias.

A apresentação do material qualitativo apurado vai ser realizada com recurso a alguns excertos que ilustrem os discursos reunidos. Todos os nomes utilizados para as agricultoras são fictícios de modo a preservar a sua identidade.

Capítulo 4- Análise e apresentação dos resultados

4.1 Caracterização sociodemográfica e de classe

As mulheres agricultoras integrantes do nosso estudo possuem um perfil sociodemográfico e classista relativamente heterogéneo. A observação da tabela 2 permite perceber a diversidade de idades das agricultoras participantes, que se compreendem entre os 42 e os 66 anos. Esta diversidade etária também nos permite conhecer agricultoras em diferentes fases da vida, quer seja ao nível profissional, pessoal ou familiar. As duas participantes mais velhas já se encontram reformadas, porém continuam dedicadas à agricultura, o que nos faz pensar na agricultura não só enquanto profissão, frequentemente exercida a tempo parcial, mas também como modo de vida. Relativamente ao estado civil, duas são casadas e uma é viúva. O agregado familiar é maior no caso da agricultora que ainda está em idade ativa (tabela 2).

Tabela 2- Caracterização sociodemográfica das agricultoras

| | Joaquina | Joana | Gertrudes |
|---|----------|---------|-----------|
| Idade | 56 anos | 42 anos | 66 anos |
| Estado civil | Viúva | Casada | Casada |
| Dimensão do agregado familiar (incluindo a própria) | 1 | 6 | 2 |
| Nível de escolaridade | 12º ano | 6º ano | 4º ano |

Segundo a tabela 3 (realizada de acordo com as matrizes adaptadas por Dulce Magalhães (2010) a partir da proposta teórica de Almeida, Costa e Machado (1988)), a Joaquina é a agricultora que possui maior grau de escolaridade (12º ano) e pertence à classe social da burguesia empresarial e proprietária, sendo que vem de uma família da pequena burguesia de execução pluriactiva, o que demonstra uma mobilidade

ascendente. As restantes, Joana e Gertrudes, têm baixo grau de escolaridade (6º e 4º ano) e pertencem à Pequena Burguesia Agrícola, tal como os seus pais. Deste modo, podemos perceber que há uma forte componente de produção e reprodução familiar na atividade agrícola, mas são igualmente visíveis indicadores de mobilidade, como por exemplo através dos filhos que frequentam ou frequentaram a universidade.

Tabela 3- Situação na profissão, no emprego e classe social

| | Joaquina | Joana | Gertrudes |
|---|--|---|--|
| Situação da agricultora face ao emprego | Agricultora com reformada antecipada | Agricultora sem atividade fiscal aberta (não declara) | Agricultora reformada |
| Situação da agricultora face à profissão | Trabalhador por conta própria com empregados | | Trabalhador por conta própria sem empregados |
| Situação do marido face ao emprego | | Agricultor | Oficial da Marinha reformado |
| Situação do marido face à profissão | | Trabalhador por conta própria sem empregados | Trabalhador por conta própria sem empregados |
| Profissão dos pais | | | |
| Mãe | Cozinheira | Agricultora | Agricultora |
| Pai | Marceneiro | Agricultor | Agricultor |
| Situação na profissão | | | |
| Mãe | Trabalhadora por conta de outrem | Trabalhadora por conta própria | Trabalhadora por conta própria |
| Pai | Trabalhador por conta de outrem | Trabalhador por conta própria | Trabalhador por conta própria |
| Classe social de origem | Pequena burguesia de execução pluriactiva | Pequena Burguesia Agrícola | Pequena Burguesia Agrícola |
| Classe social atual | Burguesia empresarial e proprietária | Pequena Burguesia Agrícola | Pequena Burguesia Agrícola |

4.2 Revelação-retrato das mulheres agricultoras

Neste ponto vamos apresentar um retrato da vida das três agricultoras, com enfoque nas temáticas que surgiram durante as entrevistas e conversas informais – família, trabalho agrícola, filhos, desejos pessoais, opiniões – de modo a percebermos melhor os diversos “mundos de vida” de cada uma (Gomes et. al, 2014).

Joaquina, família unipessoal com uma grande rede social primária

A Joaquina é empresária agrícola e atualmente considera a agricultura como um “estado” na vida. O seu grande objetivo e orgulho é ter bons produtos agrícolas e conseguir dar emprego às pessoas da comunidade onde vive.

O primeiro contacto de Joaquina com a agricultura foi na infância, através dos seus avós maternos e paternos. A sua mãe era cozinheira e o seu pai marceneiro. Joaquina teve a oportunidade de estudar até ao 12º ano e ter um trabalho onde desde cedo percebeu que aquele seria o seu caminho profissional, pois sempre desempenhou a sua profissão com empenho e orgulho: *“(…) eu gostei muito de ser funcionária pública, acho que é um serviço com muito mérito por prestar um serviço à população... pena é que muita gente deturpa um bocadinho o espírito de funcionário público, mas o ser funcionário público é uma missão também. E eu gostei muito de trabalhar e gostava e empenhava-me a trabalhar.”*

Aos 21 anos, Joaquina casa-se com aquele que diz ser o homem por quem se apaixonou: *“é uma história de amor, porque eu casei-me com o homem por quem me apaixonei (...)”*, e foi através dele que a agricultura entrou na sua vida. O seu marido depois de se reformar começou a dedicar mais tempo à atividade agrícola, entrando nessa altura na iniciativa dos cabazes PROVE: *“a paixão dele [pela agricultura] cresceu e cresceu a produção junto e foi aí que surgiu o prove... e, entretanto, compramos aquele terreno porque já não chegava o que tínhamos e então ele gostava muito e ainda era novo e gostava de trabalhar. E foi produzindo cada vez mais e nós fomos para os cabazes por causa disso”*.

Nessa mesma altura, Joaquina pediu uma licença para vir para casa ajudar o seu marido na agricultura e dedicar-se à elaboração dos cabazes. A função do seu marido era produzir e a da Joaquina era vender: *“Eu é que vendia, fazia os cabazes, preparava*

as coisas e colhíamos eu e a Maria [atual funcionária], que ela já fazia parte do nosso grupo. E ajudaram-nos a fazer algumas coisas, mas ele é que era o produtor.”

Após o falecimento do seu marido, Joaquina adaptou a sua exploração e constituiu a equipa de três mulheres (com idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos) que hoje trabalham consigo diariamente: *“Olhe eu tenho 3 que vêm todos os dias, uma vai para o campo: começa à terça e acaba à sexta. A que chegou agora vem as tardes todas, ajuda-me a fazer cabazes, corta abóboras, pesa batatas, lava a hortaliça que chega do campo que nos vamos agora lá colher... A Maria anda aqui sempre, quase só falta dormir aqui!”. É com elas que passa a maior parte do seu tempo. Por vezes também contrata tratoristas e jornaleiros para ajudarem na poda das árvores de fruto.*

O que foi aprendendo na agricultura deveu-se sobretudo ao seu marido, às agricultoras que trabalham com ela, à pesquisa e aos cursos que tirou (um de agricultura biológica e outro na LIPOR).

Para Joaquina, a agricultura é um “estado”: *“Agora eu vivo disto, não é? Mas é um estado, é levantar-me, saber que tenho de fazer estas coisas, que tenho as pessoas que precisam de ganhar a vida e que tenho de fazer isto (...) É uma tranquilidade, é viver com leveza... é o ter estas preocupações que também não nos deixam meter a cabeça na areia quando nos surge um problema tão grande não é (...) Também foi um escape, foi a solução de um problema... porque foi muito difícil.... Depois sozinha porque os filhos também seguiram a sua vida e isso é normal e está certo... Mas uma pessoa com esta idade vê-se assim um bocadinho..., mas o ter o trabalho e ter esta preocupação de manter e de inovar para isto e inovar para aquilo (...) E isso tudo ocupa-nos e dá-nos ânimo e força para levarmos uma vida no dia-a-dia... e não metermos a cabecita na areia porque é a tendência natural das pessoas quando somos confrontados com um golpe destes (...).”*

O mais recente projeto da agricultora é a criação de uma marca de compotas e doces como forma de homenagear e preservar a memória do seu marido, pois o nome da sua marca vai ser o mesmo do terreno onde construíram a cada deles: *“o meu marido tinha esta casa construída e está em cima de um terreno que se chamava [nome da marca] e o meu marido tinha o email dele que era igual. Nunca nos passou mais nada pela cabeça, era uma criação dele e é uma forma também de eu preservar a memória*

dele... para contar aos meus netos que o avô existiu, o meu objetivo é este, e depois criei então assim e pus aqui [nome da marca].”

Esta ideia, para além de ser uma homenagem e preservação da memória do seu marido, tem como função reaproveitar a fruta mais feia que não irá ser vendida, reduzindo assim o desperdício alimentar: *“(...) também é uma forma de aproveitar as coisas... repare, a fruta por exemplo ali naquelas macieiras: muitas maçãs daquelas vão ficar picaditas e com estragos. A gente descasca, não deita fora, faz uma compota e aproveita! É uma maneira de não haver desperdício alimentar. Depois quando chega ao Natal, os nossos clientes gostam muito de oferecer estas coisas e eu juntei o útil ao agradável, embora o principal objetivo fosse realmente criar para que haver maneira de contar esta história que tem de ser contada.”*

Joaquina afirma que, quando é necessário tomar decisões sobre a plantação das culturas as agricultoras que trabalham consigo ajudam, pois conhecem muito bem o terreno e as especificidades de cada cultura: *“(...) dada a minha ignorância em certas coisas, gosto de falar com elas... gosto de dizer assim: tenho aqui esta semente. Porque há sempre uma opinião e eu gosto de ouvir porque elas às vezes dizem assim: “olhe isto gosta de muita água, é melhor plantar neste sítio que está mais perto da água” ou “gosta do terreno mais arenoso...”, gosto de ouvir a opinião. E também tentamos fazer a rotação de culturas, principalmente nas estufas porque no inverno é mais intensivo a cultura lá dentro. Então, nós vamos tentando... eu faço uma fila e faço metade rabanetes e metade rúcula, a seguir tento fazer lá nabiças por exemplo que é para não ter o mesmo produto duas vezes seguidas... Essa gestão nós fazemos em conjunto porque às vezes elas até sabem de memória ‘olhe ali metemos isto e ali metemos aquilo’ (...) E sabem! ‘Olhe o ano passado choveu muito em tal mês e a chuva entrava nesta estufa e fazia assim e assado’. Elas ajudam muito nesse aspeto, vamo-nos ajudando”.*

O que mais a apaixonava na agricultura é a gestão, considerando-se uma empresária agrícola.

“Enquanto eu estiver cá vou dar o meu melhor à minha maneira... não ando cá preocupada com o que as outras pessoas possam pensar ou imaginar.”

Uma parte da sua exploração agrícola foi uma herança recebida pelo marido e outra parte foi comprada pelo casal. Produz hortícolas, árvores de fruta e ervas aromáticas, sendo que 90% da produção é para venda e os restantes 10% são para autoconsumo da agricultora e dos seus familiares.

Os cabazes “Prove” são o único canal de comercialização da agricultora, contabilizando um total de 100 cabazes vendidos por semana. Em relação à produção animal, foram contabilizadas 40 galinhas orientadas para a produção de ovos, cujo destino é a comercialização através dos clientes dos cabazes e pessoas da comunidade local.

A agricultora privilegia práticas agrícolas que se enquadram no modo de produção sustentável, e considera que a sua agricultura está muito próxima do modo de produção biológico. No que diz respeito ao uso de pesticidas, esta refere que evita ao máximo a sua utilização, sendo que o único que utiliza é o lesmicida para eliminar os caracóis.

Quando questionada sobre qual o nível de importância do rendimento da agricultura para si, a agricultora refere que este é importante, mas não constitui a sua única fonte de rendimento, realçando que, na sua perspetiva, o mais importante é dar emprego às pessoas que trabalham consigo e aos habitantes da sua zona de residência.

Joana, família simples alargada

A Joana é agricultora, mãe, cuidadora dos filhos e dos sogros. Gere diariamente uma casa com 6 pessoas e ainda trabalha numa exploração agrícola com 5 hectares só com a ajuda do seu marido.

A Joana tem 42 anos e insere-se num agregado familiar composto por 6 pessoas: marido, 2 filhos e sogros. Nasceu numa família de agricultores, sendo que tudo que aprendeu sobre a agricultura foi com os seus pais. Andou na escola até ao 6º ano e sempre conciliou os estudos com as atividades agrícolas que realizava em contexto familiar. Também trabalhou como empregada doméstica, numa fábrica de calçado e numa confeção (mantendo sempre uma dupla jornada de trabalho, pois ajudava nas tarefas agrícolas da exploração familiar). Quando se casou com o seu atual marido, o José, dedicou-se inteiramente à agricultura. José também nasceu numa família de

agricultores e começou a trabalhar na exploração familiar com o seu pai desde muito cedo. Joana considera que este foi uma grande influência para o desenvolvimento do seu percurso enquanto agricultora.

Atualmente Joana e José administram uma parte da exploração agrícola dos pais de José. A agricultora é responsável por todo o processo de gestão, comercialização e preparação dos cabazes PROVE e da feira local semanal. Foi ela que integrou a comissão de visita local a França quando em 2012 arrancaram com o projeto PROVE na ADERSOUSA.

Joana afirma sentir-se muito feliz por integrar os cabazes PROVE e relata o feedback positivo que recebe dos clientes e que a motivam para continuar a fazer mais e melhor: *“Pois e acaba por fidelizar os clientes não é Joana? Pelos afetos, pelo carinho...?”*

Por tudo, por tudo... Eu acho que é por tudo porque ele (o marido) às vezes vem e ouve os comentários quando passa e quando está lá e ou dizem ‘que ela sabe vender’, ‘que ela é uma simpatia’, ‘que ela faz isto ou faz aquilo’... ele ouve os comentários e isso também nos enche o coração e também nos motiva para a gente dar carinho aos clientes”

O casal tem 3 filhos , sendo que o filho do meio tem planos para continuar com a exploração agrícola dos pais e encontra-se a frequentar um curso na área. Para a agricultora é bom sentir que a agricultura familiar vai ter continuidade. A agricultora e o seu marido são os únicos que trabalham na exploração agrícola a tempo inteiro. Em épocas de maior volume de trabalho, como é a colheita, o casal recebe a ajuda dos filhos, de familiares e de vizinhos, que trabalham gratuitamente – a agricultora refere que esta entreaajuda familiar e local é recíproca, ou seja, os familiares e vizinhos ajudam-se mutuamente. O trabalho da família alargada (irmãos e cunhados) é preferido face ao trabalho assalariado, sendo que em troca do trabalho agrícola recebem géneros e presentes nos aniversários. Esta família revela uma forte economia doméstica marcada pela reciprocidade e partilha. A exploração tem uma dimensão de 5 hectares e foi adquirida através de herança pelo sogro da agricultora.

As principais culturas presentes na exploração à data de observação (mês de abril) eram: batata, tomate, alface, grelos, couve, morangos, pepino e cebola. Quanto à produção animal, o número de cabeças de gado era: 24 bois, 30 galinhas e 25 coelhos – o que gera aptidão produtiva de carne e ovos. O objetivo da produção agrícola é a comercialização (aproximadamente 95%), sendo que o restante se destina a autoconsumo. Os canais de venda da produção agrícola são os cabazes “Prove”, a venda a um familiar que é comerciante e a feira local que acontece todos os domingos. No que diz respeito à produção animal, os bois são todos vendidos para o matadouro e o resto da carne e ovos produzidos são para autoconsumo e venda a pessoas da comunidade local.

A agricultora considera como “muito importante” o rendimento da agricultura para o agregado familiar, pois esta é a única fonte de rendimento da família. Foi possível observar a utilização de práticas agrícolas em que o modo de produção sustentável nem sempre é preponderante, pois apesar de fazerem uso de uma série de práticas culturais sustentáveis, usam herbicida e químicos para fertilização. O casal tem uma postura orientada para uma forte vertente de negócio familiar, talvez em registo de economia popular, mas com algum grau de atividade lucrativa. Joana refere que o maior problema que a vida de agricultora traz consigo é a falta de tempo pessoal e de lazer, pois é uma profissão que “prende” à terra e ao cuidado diário que exige, especialmente no que diz respeito aos animais.

Gertrudes, família simples

A Gertrudes foi cuidadora de familiares, filhos e agora netos. Sempre conciliou a vida doméstica com a prática agrícola. Atualmente, já reformados, Gertrudes e o seu marido são parceiros na gestão da exploração agrícola.

A Gertrudes tem 64 anos e vive com o seu marido da mesma idade. Ela nasceu numa família de agricultores e desde cedo começou a ajudar a sua família nas tarefas agrícolas. Ao recordar a sua infância na agricultura, Gertrudes destaca a tarefa árdua de cegar a erva nos regos do centeio, que realizava com os seus irmãos:

“Uma coisa que eu não gostava nada nada era de cegar erva nos regos do centeio. Porque aquilo é assim, por exemplo: está um campo grande e depois fazia-se, com o arado com os bois, aqueles camalhões como está ali e aquilo chamava-se umas Mársias do centeio. E depois de camalhão a camalhão ou de mársia a mársia, ficava ali um rego e depois o centeio estava todo para cima gigante todo ali com a espiga (...) E nós tínhamos de andar ali com o calor em junho a cegar com a foicinha o rego. A erva dava para dar aos animais. E a seguir ia depois o meu pai ou a minha mãe semear o milho naqueles regos. A seguir o que é que vinha? Tínhamos de cavar à enxada para cobrir a semente!! O objetivo era: quando tiravam o centeio... ficava tudo ali com as margens fora e aquilo picava! A seguir atava-se, chama-se um bencilho e fazia-se... Depois passava o dia, o milho que estava naqueles regos... com enxadas tínhamos de cavar toda a parte onde estava o centeio para meter a terra para calçar o milho que estava no rego”.

A agricultora conta que teve uma infância difícil, pois o seu pai era abusivo e alcoólico. O seu irmão tinha problemas de saúde e foi internado num hospital de freiras ainda muito novo. Nessa altura, ela passava lá muito tempo para estar com o irmão e acabou por aceitar um convite para trabalhar lá. A sua função era servir as refeições aos doentes e realizar trabalho de auxiliar, experiência que a fez descobrir o seu gosto pelo cuidado aos idosos. Trabalhou no hospital apenas durante 2 anos porque os seus pais precisavam da sua ajuda no trabalho agrícola. Gertrudes refere que gostava de ter ficado lá a trabalhar, pois considera que era um emprego que lhe podia ter dado mais oportunidades de vida do que a agricultura. O trabalho no hospital era bastante pesado e as freiras eram más com ela, mas Gertrudes diz que se arrepende de ter saído de lá porque *“podia ter tido uma carreira lá no hospital e um cargo importante”.*

Aos 26 anos casa-se com o seu marido, João, que era seu vizinho e também vindo de uma família de agricultores. O casal tem duas filhas que atualmente são enfermeiras, já casadas e com filhos.

Durante toda a sua vida foi cuidadora dos idosos da família – da sua mãe, do sogro e de um irmão da sogra. Foi sempre doméstica, dedicando-se à educação das filhas e à vida da agricultura e de casa. Gertrudes diz sentir-se realizada com a família que construiu e com a relação que tem com o marido.

Para além de agricultora, Gertrudes é florista (tirou um curso de arranjos florais na cooperativa), embora tenha parado um pouco de desenvolver esta atividade, ainda faz arranjos florais para os vizinhos que lhe pedem.

Desde que entraram no Projeto PROVE, a agricultora sempre foi a responsável pelo planeamento e elaboração dos cabazes, sempre em conjunto com o seu marido que agora trata da distribuição dos mesmos:

“Primeiro era só eu que levava os cabazes, era eu sempre, sempre, sempre... depois comecei com o meu marido porque muitas vezes não posso... eu os cabazes arranjadinhos e bonitos faço eu sempre, mas agora o meu marido já gosta de ir e já vai ele... Eu faço os cabazes e ele vai lá levar”.

Gertrudes e o seu marido são uma equipa e trabalham os dois a tempo inteiro na agricultura, sendo que apenas contratam sazonalmente jornaleiros (em época de colheita, vindima ou poda).

Uma parte da sua exploração agrícola foi herdada do marido e outra parte foi comprada, esta é composta por 3 parcelas (800m²), 3 estufas (500m²), 1 vinha (7000m²) e 1 quinta externa (7000m²). As principais culturas são hortícolas, milho, morangos, vinha e rosas. Quase toda a produção é para venda (95%) através de dois canais de comercialização: os cabazes “Prove” e um supermercado local; os restantes 5% são para autoconsumo familiar. O casal também tem produção animal, nomeadamente 30 galinhas e 30 coelhos, dos quais retiram ovos e carne destinados apenas ao autoconsumo do casal e da sua família mais próxima (filhos, netos, genros). O seu modo de produção agrícola enquadra-se no espectro da agricultura convencional, pois utilizam alguns pesticidas, especialmente na vinha. A agricultura sempre fez parte da vida do casal, porém não constitui a sua única fonte de rendimento pois estes já estão reformados.

Questionada sobre o que faria se a agricultura não existisse na sua vida, a agricultora responde que se imaginava a exercer uma função que implicasse gestão de pessoas. Neste momento, o seu objetivo é realizar um curso que a permita aprender mais sobre informática.

4.3 A iniciação à agricultura e a atualidade

Como foi revelado nos retratos individuais, todas as agricultoras tiveram o seu primeiro contacto com a agricultura através de familiares: no caso da Joana e da Gertrudes foi através dos seus pais; a Joaquina foi com os seus avós. Os cônjuges também foram mencionados em dois casos (Joaquina e Joana), como os impulsionadores para o exercício laboral na agricultura a tempo inteiro. Deste modo, podemos afirmar que o percurso profissional destas agricultoras poderá ter sido fortemente influenciado pela herança profissional da família e por terem casado com pessoas com a mesma tradição familiar agrícola.

Para além da formação não formal através da transmissão oral por via familiar, hoje todas elas possuem pelo menos uma formação técnico-profissional:

“Tirei de agricultura biológica e tirei na LIPOR” (Joaquina)

“Quando casei tirei um curso de empresária agrícola, e depois fiz outro curso, uma formação de higiene e segurança no trabalho.” (Joana)

“Também andei, andei num curso de arranjos florais na cooperativa, já fiz lá muitos cursos, já há uns anitos.” (Gertrudes)

As três agricultoras assistiram ao processo de modernização da agricultura, ou seja, é natural que as memórias dos modos de produção agrícolas do passado estejam muito presentes, nomeadamente o trabalho manual e familiar que foi mencionado por duas entrevistadas:

“No início era à mão, as minhas irmãs tinham uma vaca cada uma para tirar o leite (...) mas depois o meu pai comprou a máquina e mecanizou e tinha o posto em casa. Lá está era mais mecanizado e obrigou as pessoas a ir trabalhar para fora.” (Joana)

“Uma coisa que eu não gostava nada nada era de cegar erva nos regos do centeio” (Gertrudes)

Apesar de reconhecerem que a mecanização de algumas atividades agrícolas trouxe vantagens, e aliviou tarefas que eram consideradas penosas, as agricultoras continuam a prezar a utilização de conhecimentos tradicionais, bem como o trabalho manual. O planeamento da plantação é feito por todas consoante as épocas do ano; e tarefas como a colheita e semear são consideradas pelas agricultoras como as que mais gostam de realizar:

“Gosto de gerir! Uma vez que não sei mais nada e já não tenho força para fazer mais nada... gosto de gerir e de fazer experiências. Por exemplo semear uma coisa nova aqui em casa num cantinho, ver se nasce e quanto tempo demora e registar isso... Para ver se dá ou não dá” (Joaquina)

“Eu gosto de tudo, mas prontos sei lá... gosto da colheita! Mas também gosto de plantar, batatas e cebolo... gosto de andar na estufa a meter as plantas” (Joana)

“Gosto da colheita.” (Gertrudes)

Contudo, percebe-se que ao longo dos tempos, as agricultoras foram adaptando a sua prática agrícola de modo a responderem às novas exigências ambientais e de mercado, particularmente no que diz respeito ao maior cuidado com a água (através da realização de análises frequentes) e na adaptação da produção aos gostos dos clientes.

“O cuidado com a água, na altura nós tínhamos tanta água e não havia problema nenhum com a água que nós desvalorizávamos às vezes, e agora temos muito cuidado com a água (...) Fazemos compostagem que ao início também não se justificava e agora por causa dos restos dos cabazes e das coisas velhas e tal e coisas que apodrecem, fazemos compostagem que ao início não fazíamos... Fazíamos aqui um bocadinho em casa mas era insignificante, porque agora fazemos numa quantidade grande (...) Exigência dos próprios clientes que gostam de inovação e de coisas novas, nós também mostramos novidades.” (Joaquina)

As entrevistadas foram questionadas quanto à sua própria perceção profissional, com o objetivo de perceber a sua identidade com a profissão. A Joaquina reconhece-se enquanto empresária agrícola, justificando que essa responsabilidade surgiu depois da morte do seu marido:

“Agora reconhece-se como empresária agrícola? Sim! Mais empresária agrícola do que agricultora? Exatamente. Porque eu tive que, entretanto, o meu marido faleceu e eu tive de me adaptar... que eu já estava aqui nesta onda, nesta vida e tinha algumas pessoas a trabalhar já para mim que precisavam de ganhar a vida.” (Joaquina)

As restantes consideram-se agricultoras, mesmo apesar de referirem que realizam tarefas de gestão do negócio, nomeadamente a participação no PROVE e a comercialização dos cabazes, como é o caso do primeiro excerto:

“Vê-se como empresária agrícola ou como agricultora? Eu vejo-me como agricultora, empresária (risos)

[Marido da Joana:] empresária é um nome pesado (risos)

Mas alguém comercializa, alguém gere, não é...? [Joana:] Sim, nós produzimos e quem vai vender sou eu, quem faz os cabazes quem gere os cabazes sou eu, mas não me considero empresária!” (Joana)

“A empresária é a Gertrudes? Estou coletada, mas eu não faço papel de empresária...” (Gertrudes)

O reconhecimento do seu trabalho por parte dos clientes também se revela um fator importante da sua satisfação com a profissão agrícola. Duas das agricultoras dizem sentir o seu trabalho valorizado pelos clientes, o que justificam pela relação de proximidade que mantêm com eles.

“ Os nossos clientes dão-nos muito valor, são pessoas muito sensíveis à nossa vida e que gostam de ter o cuidado de dizer por exemplo se tiver a chover para nós termos o cuidado de não estarmos a colher se eles não vierem... chegam lá e dizem “vocês andaram à chuva!”. Têm muito cuidado connosco! Eles valorizam-nos muito. [...], eles adoram a Maria [funcionária da Joaquina], ela vai comigo à venda” (Joaquina)

“Por tudo, por tudo... Eu acho que é por tudo porque ele [o marido] às vezes vem e ouve os comentários quando passa e quando está lá e ou dizem “que ela sabe vender” e “que ela é uma simpatia” ou “que ela faz isto ou faz aquilo”. Ele ouve os comentários e isso também nos enche o coração e também nos motiva para a gente dar carinho aos clientes.” (Joana)

Este reconhecimento atua como uma motivação para estas mulheres continuarem a dedicarem-se às atividades agrícolas e produzirem cada vez mais e melhores produtos agrícolas.

Os discursos das entrevistas também evidenciaram que as jornadas de trabalho são longas e cansativas, com pouco tempo pessoal, fraco envolvimento comunitário e poucas atividades de lazer. Apesar disso, nota-se que a agricultura é um elemento basilar das vidas e das trajetórias destas mulheres. Prova disto são os discursos que demonstram a felicidade e o gosto que sentem com a sua profissão:

“Gosto de gerir! Uma vez que não sei mais nada e já não tenho força para fazer mais nada... gosto de gerir e de fazer experiências. Por exemplo semear uma coisa nova aqui em casa num cantinho, ver se nasce e quanto tempo demora e registar isso... Para ver se dá ou não dá (...) Agora eu vivo disto, não é? Mas é um estado, é levantar-me, saber que tenho de fazer estas coisas, que tenho as pessoas que precisam de ganhar a vida e que tenho de fazer isto” (Joaquina)

“E trabalhou? E como é que era a vida de trabalhar na fábrica? Gostava, gostava de trabalhar dos 14 aos 21 na fábrica dos sapatos ... gostava mais de trabalhar nos sapatos do que na confeção. Mas o vir para a agricultura... também não desgosto e sinto-me feliz por trabalhar na agricultura.” (Joana)

Durante as entrevistas, foi colocada a seguinte questão: “E se a agricultura não existisse na sua vida, imaginava-se a fazer outra coisa?”. De acordo com as respostas dadas, é possível confirmar que todas as agricultoras conseguem perspetivar outro

cenário, nomeadamente dedicarem-se ao artesanato ou à comercialização, e que possuem todas o desejo comum de “gerir” o seu próprio negócio:

“Se calhar eu fazia outra coisa qualquer mas gosto desta (...) gosto de ter tomado esta decisão e sinto-me bem com esta decisão que eu tomei de vir para casa. Mas não sou aquela pessoa que diz «oh não me vejo a fazer», gosto de fazer coisas diferentes! Gosto de artesanato, gosto! (...) Gosto de gerir e de ter novas ideias” (Joaquina)

“Eu imaginava-me a fazer qualquer coisa! Eu já trabalhei fora e nada era escuro... agora se me pusesse a oportunidade de comercializar eu agarrava com todas as...

Em vez de trabalho no campo gostava de se dedicar só à comercialização? Gostava! Eu gosto de estar na feira, gosto de fazer os cabazes. Gosto mais de estar na feira do que fazer os cabazes. Porque eu ali é uma responsabilidade minha de levar o cabaz... enquanto na feira tenho de pôr os produtos sim, mas cada um leva o que quer. No cabaz a responsabilidade é minha e eu sei que nos cabazes eles levam coisas que se fossem buscar à feira eles não comprariam e iam pagar muito mais.” (Joana)

“Eu gostava de ter um negócio, uma fábrica... eu sabia gerir aquilo tudo!

Gostava de ter um cargo de gestão? Sim, para poder orientar, gosto de gerir pessoas (...) eu tenho a 4ª classe, agora há muitas (...) eu gostava de tirar um curso, agora não que já estou muito velha, mas gostava de saber mexer no computador.” (Gertrudes)

4.4 Dimensão social da vida das agriculturas

Nesta dimensão iremos analisar alguns indicadores-chave relativos à dimensão social da agricultura familiar, nomeadamente: as atividades de lazer e bem-estar praticadas pelos agricultores familiares, bem como a sua perceção do local de trabalho e residência e as necessidades técnicas; as tarefas agrícolas protagonizadas pelos homens e pelas mulheres agricultoras; a divisão das tarefas domésticas na família; a jornada de trabalho diária do agricultor e da agricultora; e a tomada de decisões em relação a três domínios: o agrícola, o doméstico e o familiar.

Participação comunitária e necessidades de apoio local

A perceção que as nossas entrevistadas têm sobre o local da exploração agrícola e de residência, passa pela identificação que fazem de aspetos positivos e negativos. As três entrevistadas demonstram que gostam do local onde vivem, sobretudo devido ao facto de ser uma zona sossegada, possuírem acesso a vários serviços e ser perto da cidade do Porto.

“Sim, vivi depois de casar. Vivía aqui perto, mas gosto deste lugar... é um espaço sossegado

E acha que tem tudo aqui, o que precisa...? Temos hospital perto, escolar perto, temos farmácia... acabamos por ter tudo e temos a igreja.” (Joaquina)

“Nós estamos bem, num sítio sossegado onde a terra é fértil é boa e temos tudo de bom aqui. Estamos perto de tudo e temos bons acessos, temos a vila que é perto, para chegar ao Porto é um instantinho.” (Joana)

“Tem as coisas que preciso aqui na Lixa.” (Gertrudes)

Porém, duas participantes denunciam a pouca oferta cultural no seu concelho de residência, mais concretamente atividades como concertos, cinema e teatro:

“E atividades culturais, por exemplo cinema, teatro? Nós aqui não temos muito isso (...) Agora há muito tempo que já não vou, mas quando ia no tempo do meu marido íamos ao porto. Íamos a alguns concertos, assim de quando em vez. Mas não é aquela tradição como há nas cidades, de ir todos os fins de semana.” (Joaquina)

“Agora há certas coisas que nós também não temos... a cultura: de cinemas e teatros, mas isso eles têm, nós não temos, mas eles têm porque eles hoje em dia vão para o computador e têm os filmes que querem e têm tudo. Já fui algumas vezes ao cinema, poucas, e eles gostavam de ir, foi no Dia da Mãe e a minha filha disse: «hoje é o dia de ir ao cinema». Quando é o Dia da Mulher ou o dia dos anos da mãe vamos sair também, só que agora eles começam a crescer e começam a ter as suas ocupações e nós vamos só com a pequena.” (Joana)

Quando questionadas sobre os *hobbies* que realizavam nos seus tempos livres, as entrevistadas identificaram dois tipos: os de carácter individual e grupal. Em relação ao primeiro tipo foi mencionado “cozinhar” como uma atividade de lazer:

“Gosto muito desta parte de fazer biscoitos e coisinhas...” (Joaquina)

No grupo dos *hobbies* realizados em grupo, uma das entrevistadas mencionou atividades como yoga e piscina; outra disse realizar excursões que são organizadas pelo seu marido; e todas elas referiram “estar com a família” como algo que se insere nesta categoria de momentos de lazer e bem-estar. No que diz respeito a práticas religiosas, ir à missa também faz parte da rotina das agricultoras. Em relação à participação associativa e comunitária, verifica-se que os maridos das agricultoras estão mais envolvidos neste tipo de atividades: o marido da Joana é tesoureiro no centro de gestão agrícola local; e o marido da Gertrudes organiza excursões:

“É tesoureiro no centro de gestão agrícola, o que é que implica essa vida associativa? [Marido da Joana] aconteceu, estava lá e pediram, sou sócio...

E gosta de estar lá? Gosto, também não me chateia muito.

Mas tomam decisões? O trabalho que faz lá tem repercussões no desenvolvimento da região? Não, o engenheiro é que gere aquilo e poe-nos a par do que se passa (...) vou lá todos os meses. Faço tudo lá. Agora já não preciso de lá ir porque pelo telemóvel faço. A contabilidade da empresa também é feita lá, aquilo é como se fosse um escritório. O fundamento daquilo é fazer projetos e papeis. Sou o tesoureiro.

(...)

E acha importante a associação? Acho que sim.

O que é que o faz estar envolvido nessa associação? É a contabilidade, e é onde se fazem os subsídios e a papelada... temos desconto por sermos sócios e é mais acessível.

E a Joana não é sócia de nada? [Joana:] Não.

[Marido da Joana:] É minha sócia! [risos]

[Joana:] Sou sócia do marido.”

“O meu marido desde sempre, desde que era solteiro gostou sempre de excursões e costuma organizar... o ano passado não deu para ir e agora este ano abriu e as pessoas têm o bilhete pago. É ele que organiza através de uma agência, vai um grupo pequenino, para aí 30. Foi agora no dia 13 de maio a Fátima também, eu não fui. As pessoas estão sempre a telefonar-lhe para irem.” (Gertrudes)

Questionadas sobre as necessidades que a Adersousa (enquanto associação local) poderia resolver, as entrevistadas mencionaram a falta de apoio técnico e de ecopontos de reciclagem perto de casa.

“As necessidades são o apoio técnico, porque não temos da parte da cooperativa e fazia-me jeito ter o apoio técnico.” (Joaquina)

“Não possui contentor de reciclagem perto de casa” (retirado das notas da grelha de observação da Joana)

Outra necessidade de formação técnica que surgiu foi relativa a conhecimentos informáticos, mais concretamente no uso de smartphones:

“E nem sei mexer nesses telemóveis (smartphone), mas gostava, hei de comprar um para me habituar.” (Gertrudes)

Por se tratar de uma ferramenta portátil e de mais fácil acesso, comparativamente com o computador, o uso do smartphone pode ser uma mais-valia na vida das

mulheres rurais em várias dimensões, nomeadamente: na comunicação, no acesso a informação e enquanto ferramenta de registo fotográfico e ou/ escrito.

Divisão das tarefas agrícolas

Tendo em conta os discursos das entrevistadas e as observações, as tarefas agrícolas como a condução de máquinas, a tomada de decisões de maior relevância que afetem a exploração agrícola, a compra de gado e de pesticidas – são responsabilidade dos maridos. Por outro lado, as tarefas agrícolas manuais (monda, colheita, poda...), a elaboração dos cabazes, a decisão dos preços e as tarefas administrativas constituem as atividades desempenhadas pelas agricultoras.

“Olhe essencialmente regar, que é muitas vezes a minha tarefa... fazer a monda dos frutos, faço colheitas dois dias por semana. E essencialmente a gestão e o transporte das coisas porque sou eu que levo as coisas... e cuido das galinhas também.” (Joaquina)

“(...) Ele é que diz quando é que vai fazer e quando é que não vai e eu depois vou para o campo.... Vou para trabalhar! O que ele decidir nós fazemos.” (Joana)

“Eu os cabazes arranjadinhos e bonitos faço eu sempre.” (Gertrudes)

Esta divisão das tarefas agrícolas em que as de carácter manual são responsabilidade da mulher e as mecanizadas são responsabilidade do homem é mais evidente entre a agricultora Joana e o seu marido, tal como comprova a tabela 4.

Tabela 4 - Tarefas agrícolas da Joana e do marido

| Tarefas na exploração | Joana | Marido |
|---|-----------|-----------|
| Sementeira/ plantação | Por vezes | Sempre |
| Poda A enxertia já vem feita | Sempre | Nunca |
| Monda/Desfolha/ Tutoragem | Sempre | Nunca |
| Colheita | Sempre | Por vezes |
| Aplicação de pesticidas/herbicidas/fitofármacos | Nunca | Sempre |
| Condução de trator | Nunca | Sempre |
| Condução de motocultivador | Nunca | Sempre |
| Uso de motosserra/ moto roçadora | Nunca | Sempre |
| Uso de enxada/ foice e outras semelhantes | Sempre | Por vezes |

fonte: grelha de observação

Em relação às Gertrudes e ao seu cônjuge também se verifica que a agricultora não realiza tarefas como a aplicação de pesticidas/ herbicidas/ fitofármacos, nem conduz máquinas, com exceção do trator que responde conduzir “por vezes”, tal como comprova a tabela 5.

Tabela 5- Tarefas agrícolas da Gertrudes e do marido

| Tarefas na exploração | Gertrudes | Marido |
|---|-----------|--------|
| Sementeira/ plantação | Sempre | Sempre |
| Poda/ Enxertia (assinalar quais) | Sempre | Sempre |
| Monda/Desfolha/ Tutoragem | Sempre | Sempre |
| Colheita | Sempre | Sempre |
| Aplicação de pesticidas/ herbicidas/ fitofármacos | Nunca | Sempre |
| Condução de trator | Por vezes | Sempre |
| Condução de motocultivador | Nunca | Sempre |
| Uso de motosserra/ moto roçadora | Nunca | Sempre |
| Uso de enxada/ foice e outras semelhantes | Sempre | Sempre |

fonte: grelha de observação

De acordo com a tabela 6, a Joaquina realiza maioritariamente tarefas de gestão financeira e logística; as tarefas na exploração agrícola ficam a cargo da equipa de funcionários que trabalham com ela. Esta equipa é composta maioritariamente por mulheres, porém, a agricultora refere que, quando são tarefas que envolvem o uso de máquinas agrícolas são contratados funcionários homens para as realizar.

Tabela 6- Tarefas agrícolas da Joaquina e dos seus funcionários

| Tarefas na exploração | Joaquina | Funcionários |
|---|-----------|--------------|
| Sementeira/ plantação | Por vezes | Sempre |
| Poda/ Enxertia (assinalar quais) | Por vezes | Sempre |
| Monda/Desfolha/ Tutoragem | Nunca | Sempre |
| Colheita | Nunca | Sempre |
| Aplicação de pesticidas/ herbicidas/ fitofármacos | Nunca | Sempre |
| Condução de trator | Nunca | Sempre |
| Condução de motocultivador | Nunca | Sempre |
| Uso de motosserra/ moto roçadora | Nunca | Sempre |
| Uso de enxada/ foice e outras semelhantes | Nunca | Sempre |

fonte: grelha de observação

Os tempos para além do trabalho agrícola: a vida doméstica e o cuidado da família

As agricultoras possuem uma dupla jornada de trabalho, pois para além do trabalho agrícola, estas desenvolvem trabalho informal não remunerado de ajuda aos vizinhos e aos familiares, tarefas domésticas e de cuidado dos filhos e família.

No caso das duas agricultoras (Joana e Gertrudes) que são casadas e que vivem com os maridos não existe divisão das tarefas domésticas, pois são responsabilidade total das mulheres. A Joaquina vive sozinha e realiza uma parte das tarefas domésticas, ficando o resto a cargo de uma profissional contratada para o efeito (também agricultora) que é considerada por ela o seu “braço direito”, pois também a auxilia na gestão da exploração e na elaboração e venda dos cabazes “PROVE”.

“E a distribuição das tarefas domésticas, é a Joana que é mais responsável por isso? Sim, sou” (Joana)

“Ele [marido] gosta muito que eu vá para a beira dele porque acha que eu oriento bem as coisas e assim, mas eu muitas vezes não vou porque estou a fazer a lida da casa.” (Gertrudes)

Relativamente ao cuidado de familiares idosos, esta tarefa é referida como responsabilidade das entrevistadas, sendo que uma delas refere que é atualmente cuidadora da sogra e do sogro (vai com eles ao médico, administra a medicação diária e auxilia-os a tomar banho) e outra menciona que já cuidou também dos sogros, da sua mãe e de um irmão da sua sogra.

“Mas ainda tomou conta da sua mãe não tomou? A minha mãe morava na casa dela e ela ainda se orientou sozinha, mas quando ficou doente nós é que cuidamos dela e também cuidei do meu sogro aqui.

Esta casa era do vosso sogro? Era minha, fomos nós que a fizemos. A do meu sogro era ali em baixo, eu trouxe-o para cá quando a minha sogra faleceu (...) Depois que eu casei, quando eu casei... morava o meu sogro e a minha sogra... a minha sogra tinha um irmão que era um solteirão (...) e eu cuidei dele! Fui eu que cuidei dele, olhei por ele... a minha sogra ficou doente e também fui eu que olhei por ela... eu era ali o ... só eu, mais ninguém queria saber... eu é que era a criada dali!” (Gertrudes)

“O acompanhamento em relação às medicações isso está tudo a meu encargo (...) E com a escola da filha mais nova, quem vai levar e trazer? Sou eu ou são os irmãos quando estão ca. É o pai que leva às vezes. Mas por norma sou eu, no geral sou eu.” (Joana)

As tarefas de cuidado das crianças também estão presentes, no caso de Joana em relação à sua filha mais nova; e no caso da Gertrudes ela toma conta de um dos seus netos a tempo inteiro, enquanto realiza simultaneamente as tarefas agrícolas e domésticas. Durante o trabalho de campo, foi possível testemunhar que o neto acompanha a agricultora pela exploração agrícola, enquanto a agricultora trabalha, o neto brinca com terra e raízes.

Quando questionadas sobre as atividades que compõem a sua jornada de trabalho, as agricultoras mencionaram como principais tarefas o trabalho no campo e as tarefas domésticas. Tal como podemos ver na tabela 7, o tempo de convívio e descanso é praticamente nulo nas rotinas diárias destas agricultoras. A jornada de trabalho dos seus maridos baseia-se essencialmente no trabalho agrícola, sobrando-lhes mais tempo para descansar, porém também não praticam atividades de convívio e/ou lazer.

Tabela 7- Atividades realizadas durante um dia pelas agricultoras e a sua afetação em horas

| Atividades desenvolvidas durante um dia normal de trabalho | Joaquina | Joana | Marido da Joana | Gertrudes | Marido da Gertrudes |
|---|-----------------|--|------------------------|------------------|----------------------------|
| Campo | 7h | 8h | 8h | 10h | 10h |
| Jardim/ horta | 1h | | | | |
| Tratar da casa | 1h | 2h | | 2h | |
| Cozinhar | 1h | 1h | | 1h | |
| Comer | 1h | 1h e 20min | 1h e 20 min | 1h | 1h |
| Conviver | Muito pouco | A hora de almoço é o maior momento de convívio diário | | Pouco ou nada | Pouco |
| Descansar | | | 2h | 1h | 1h |
| Dormir | 8h | 8h e 30 min | 8h e 30 min | 8h | 8h |
| Outro/ observação | | Leva e traz a filha à escola e é responsável pelos mais idosos (ida aos médicos, administração da medicação) | | Não tem férias | |

fonte: grelha de observação

Relativamente à tomada de decisões sobre a exploração agrícola, no caso da Joana percebe-se que é o seu marido quem tem a palavra final e a sua função é a de “aconselhar”; em contrapartida, a decisão dos preços é responsabilidade da

agricultora, apesar de o seu marido se mostrar bastante crítico sobre os preços que esta prática:

“E em relação à tomada de decisão, a Joana já disse que da parte da comercialização trata mais... como é que fazem assim a divisão das decisões, quando é preciso tomar assim uma decisão importante para a exploração tipo comprar uma estufa quem toma a decisão, ou o que plantar...? Ai isso eu aconselho algumas vezes, porque eu quero ter mais variedade de coisas para comercializar e às vezes ele diz assim «oh não meto mais batatas na estufa porque...» e eu digo «metes metes, porque assim nós temos as batatas mais cedo», mas a decisão basicamente é dos dois, mas é mais ele. Ele é que diz quando é que vai fazer e quando é que não vai e eu depois vou para o campo, vou para trabalhar! O que ele decidir nós fazemos.

Mas é mesmo assim, o seu marido é que acaba por ter a palavra final? Sim! Isto é um conjunto, digamos é um só! Agora para vender e em questões de preços baseamo-nos no meu cunhado do mercado e eu às vezes gosto de pesar bem pesadinho, gosto assim de acarinhar mais os clientes! E ele às vezes é que diz assim: «tu muito gostas de trabalhar de graça!!»

[Marido da Joana:] É verdade!

[Joana:] Mas não, não trabalho de graça porque eu se vender 1kg de feijão verde a 2euros, ou 10kg a 2euros e meio... se vender 20 a 2 euros ou a 2 euros e 30, acaba por ser... às vezes nós temos... e eu também não gosto de explorar porque eu sei o que custa a vida aos outros! Eu no início da colheita vendo ao preço de mercado, mas depois isso vai variar muito da fatura! E depois ele [marido] diz «tanto vale tu meteres a 2 euros como a 2 euros e meio» e eu acho que às vezes não é bem assim, porque quem está lá também vê as pessoas que compram e dizem «oh é caro»

[Marido da Joana:] É a amizade que se ganha!

[Joana:] Claro que também é um bocadinho da amizade.” (Joana)

A Gertrudes refere que as decisões sobre a plantação e a comercialização são realizadas em conjunto com o marido, porém realça que a sua participação no trabalho agrícola não é tão significativa como a do marido devido a outras responsabilidades que tem, como é o caso do trabalho doméstico e ao cuidado do neto - ou seja, esta permanência mais ativa do agricultor no campo leva a que a agricultora naturalize o facto de as decisões serem mais tomadas por ele:

“E quem toma as decisões de que? Por exemplo a comercialização, o que se vai plantar, como vocês gerem isso? É só entre nós os dois... Ou ele às vezes vai plantar e eu estou noutra vida, estou lá dentro a arrumar ou a fazer as coisas... ele gosta muito que eu vá para a beira dele porque acha que eu oriento bem as coisas e assim, mas eu muitas vezes não vou porque estou a fazer a lida da casa...E tenho o meu neto também

(...)

Quem decidiu avançar com o projeto dos cabazes?

O projeto dos cabazes, olhe foi muito simples... Tem ali na AderSousa a engenheira Cláudia não sei se conhece (...) sempre a ligar-me para aqui para eu aderir e eu nem a conhecia nem nada. E eu então disse «olha prontos vamos arriscar» e entre os dois decidimos assim” (Gertrudes)

A realidade da Joaquina é diferente, pois vive sozinha e administra a produção e a comercialização dos produtos agrícolas de forma independente. No entanto, quando são decisões que necessitam de mais conhecimento técnico agrícola ela recorre às suas funcionárias, que possuem um importante papel de aconselhamento. O cálculo dos preços também é feito pela agricultora através da informação que recolhe de comerciantes e da utilização de um caderno de campo, no qual reúne os indicadores que considera necessários para calcular o custo de produção dos produtos:

“E depois também faz a parte da negociação... e os preços como controla?

Os preços é um problema grande que eu tenho que às vezes eu não sei... porque eu faço cálculo para o cabaz, mas faço sempre o cálculo por baixo. De vez em quando tenho algumas dúvidas e estes senhores que de vez em quando me arranjam os produtos como o senhor das maçãs às vezes ajuda-me... Começa a dizer «olhe que está mais procura» porque viu. Eu também de vez em quando, principalmente se tiver um produto novo, gosto de tomar nota. Gosto de fazer... mais ou menos se demorou 2h, imagine... eu meto 3 tabuleiros de espinafres, calcular... gosto de vez em quando tomar esses apontamentos para saber se estou a vender caro ou se não estou. Imagine eu meti no dia x... tenho ali um livrinho de campo e meto «neste dia plantei x tabuleiros, a dona x e a dona y demoraram lá o dia todo (a trabalhar)» e depois vejo quando começo a colher para eu ver quanto tempo demorou, mais ou menos as vezes que se tirou as ervas para ter a noção do tempo, para depois ver o rendimento daquilo e fazer o custo da produção. Mas não faço sempre, mas de quando em vez faço assim a um produto, por exemplo este ano meti no meio do pomar, a partir de agora é sombrio não dá nada, meti lá hortaliça e eu tirei de lá um rendimento espetacular. Fiz lá essa anotaçãozinha para ver o rendimento num terreno que por norma está sempre parado... e o senhor fez a poda das árvores e nós mandamos passar lá o trator e andamos ali a dar da perna e aproveitamos ali aquele terreno e está lá um rendimento, enchemos o pomar todo de hortaliça! Fiz ali um rendimento extra e descansei os outros terrenos de hortaliça e fiz ali um rendimento.” (Joaquina)

4.5 Dimensão económica da atividade agrícola

A dimensão económica refere-se aos resultados económicos obtidos pelos agricultores, que são, por sua vez, estratégias-chave para fortalecer o desenvolvimento rural sustentável. Aqui considera-se: a propriedade privada, mais concretamente a

posse ou não da exploração agrícola e a forma de aquisição; a situação fiscal; o rendimento agrícola, tendo em conta o autoconsumo e a produção agrícola e animal vendida; o rendimento não agrícola; e as estratégias de comercialização, nomeadamente os canais de comercialização e a organização familiar.

Forma de aquisição da exploração agrícola

No que se refere a este ponto, foi encontrada uma tendência transversal: todas as explorações agrícolas estudadas foram adquiridas através de duas formas, através de compra e de herança pelos maridos. No caso da Joana, a exploração é do seu sogro e a agricultora e marido pagam-lhe uma renda mensal para a utilizar, o que, segundo a agricultora, se justifica pelo facto de o seu marido não ser o único herdeiro, pois tem outro irmão. No caso da Joaquina e da Gertrudes, uma parte das terras foi herdada pelos maridos e outra foi comprada pelos casais.

A situação fiscal

Verificou-se a Joaquina e a Gertrudes possuem atividade fiscal aberta e a Joana não. A justificação desta última agricultora para a sua situação fiscal atual tem a ver com as despesas que esta oficialização do seu trabalho perante as finanças acarreta. No início da sua atividade enquanto agricultores, a Joana e o marido eram empresários em nome individual, porém passado pouco tempo anularam a atividade da agricultora e apenas mantiveram a do marido.

“Entrevistadora: Mas a empresa ... vocês têm uma empresa em nome dos dois?”

Marido da Entrevistada 2: Não, é individual, só eu.

(...)

Entrevistadora: Eu só pergunto isto porque quando se forem reformar a Maria não tem descontos?

Marido da Entrevistada 2: Não

Entrevistada 2: Tenho alguns descontos, quando casei até ter os filhos fiz descontos, fiz.”

Gertrudes, refere durante a entrevista que está coletada nas finanças para facilitar ao seu marido o processo de organização das excursões que este dinamiza. Neste caso, podemos sugerir que o reconhecimento de um estatuto profissional independente em

relação ao marido não parece ter sido propositado, mas sim apenas visto como conveniente.

“Estou coletada também por causa disso para podermos organizar as excursões porque ele é reformado” (Gertrudes)

Rendimento agrícola

De acordo com a tabela 8, todas as famílias analisadas produzem produtos agrícolas e animais que têm como destino o autoconsumo familiar e a comercialização.

Tabela 8- Rendimento agrícola: produção agrícola/ animal vendida e autoconsumo

| | | Família da Gertrudes | Família da Joana | Família da Joaquina |
|---|---|--|--|--|
| Produção agrícola | | Hortícolas, milho, morangos, vinhas e flores | Hortícolas e frutas | Hortícolas, árvores de fruto e ervas aromáticas |
| Objetivo da produção agrícola | | 95% vendem e 5% autoconsumo | Quase toda é vendida e “os restos daquilo que não se vende, as frutas e legumes mais feios” são para autoconsumo | Vende 90% dos produtos e os restantes 10% são para autoconsumo |
| Canais de comercialização dos produtos agrícolas | | Cabazes PROVE e à superfície comercial “intermarché” próximo de casa | Cabazes PROVE; a um familiar comerciante e na feira semanal local | Cabazes PROVE (100 por semana) |
| Produção animal | Número de cabeças de gado | 30 galinhas + 30 coelhos | 24 bois; capoeira com mais ou menos 30 galinhas + mais ou menos 25 coelhos | 40 galinhas |
| | Aptidão produtiva (carne, lã, leite) | Ovos, carne | Carne e ovos | Ovos |
| | Objetivo da produção animal (venda, autoconsumo, para vizinhos/ familiares) | Venda e autoconsumo | Venda e autoconsumo | Venda e autoconsumo |
| | Canais de | Familiares e vizinhos | Matadouros | Clientes do Prove |

| | | | | |
|-----------------------|--|---|---|---|
| | comercialização | | | |
| Pluriatividade | Outras atividades que sejam praticadas no âmbito agrícola (artesanato, mel...) | | - | Criou uma marca de compotas/ doces com |
| Autoconsumo | Número de pessoas na família que consomem os produtos da exploração | 9 pessoas: casal e as respectivas famílias das filhas; vizinhos | Todos os 7 membros do agregado familiar; vizinhos | 7 pessoas: a própria e as respectivas famílias dos filhos; vizinhos |

fonte: grelha de observação

Em relação à comercialização, para além de todas venderem os cabazes PROVE, duas agricultoras vendem a pecuária que criam de formas distintas: uma comercializa bois para matadouros e outra comercializa os coelhos para pessoas próximas e familiares.

“Eu tenho uma prima minha que me compra os coelhos todos que eu tiver” (Gertrudes)

“[os bois] Daqui vão para o matadouro e do matadouro vão para os talhos” (Marido da Joana)

De entre as 3 agricultoras, a Joana destaca-se por ser a que possui mais canais de comercialização (para além dos matadouros e dos cabazes) também vende na feira semanal local e a um familiar que é comerciante.

“Entrevistadora: E é sempre a preocupação de dar para os cabazes e feira?”

Entrevistada 2: Sim, primeiro cabazes e feira.

(...)

Entrevistada 2: Depois o resto é para o meu cunhado para vender

Marido da Entrevistada 2: Ele [cunhado] vai todos os dias ao mercado e o que nos tivermos ele não compra e compra a nós.”

A agricultora explicou que as encomendas deste último canal de comercialização são feitas no dia e, por isso, existe uma grande incerteza, pois não conseguem prever o que vão produzir com a segurança de que vão conseguir vender. Esta agricultora é a mais jovem das 3 entrevistadas e a que atribui mais importância ao rendimento da

agricultura para o agregado familiar, pois é a única fonte de receita para a família. As restantes agricultoras consideram a agricultura como um rendimento complementar da reforma.

O autoconsumo das famílias e a troca de produtos agrícolas com os vizinhos é transversal nas três famílias analisadas.

“A minha vizinha deu-me um casal de patos e eu vou dar-lhe uma coelha.” (Gertrudes)

No que concerne à gestão da economia familiar, as agricultoras casadas referiram que esta é feita em conjunto com o parceiro e/ou os restantes membros do agregado familiar. A agricultora viúva encontra-se a viver sozinha e possui total independência na gestão económica, referindo que apenas solicita ajuda na realização de operações no portal das finanças.

“E depois também faz a gestão da contabilidade? Sim, toda! E que deve dar muito trabalho?! Sim, tenho cadernos tenho tudo. Só depois uma pessoa que me faz a contabilidade propriamente dita que é o lançamento nas finanças. De resto: criação de ficheiros, emissão de faturas, as guias... sou eu tudo que faço!” (Joaquina)

4.6 Dimensão ambiental da atividade agrícola

A dimensão ambiental associada à agricultura familiar, refere-se à manutenção e conservação dos ecossistemas, a partir dos processos de uso dos recursos naturais disponíveis – terra, água, biodiversidade, paisagem – ou seja, baseia-se na análise de parâmetros que visem a continuidade e a qualidade de vida dos ecossistemas e dos seus utilizadores a longo prazo, e que possam contribuir para a sua distribuição justa, equitativa e sustentável. Neste caso, vamos identificar as práticas agrícolas sustentáveis que as famílias estudadas praticam; a prática de reciclagem; e a perceção sobre a adoção de práticas agrícolas biológicas e agroecologias.

Foi possível verificar que todas as agricultoras adotam práticas sustentáveis e agroecológicas no seu trabalho agrícola. Esta informação foi recolhida através de uma checklist que permitiu caracterizar o sistema de produção de cada entrevistada. As práticas sustentáveis verificadas em todas as explorações foram as seguintes: 1) partilha de sementes tradicionais com outras pessoas; 2) prática de consociações (no mesmo terreno ter mais que uma cultura); 3) existência de viveiro na exploração; 4)

prática de rotação de culturas; 5) adição de matéria orgânica de origem animal no solo; 6) incorporação no solo dos restos das culturas no fim da campanha; 7) realização frequente de análises ao solo; 8) desfolha e poda das plantas para estas ficarem mais arejadas; 9) realização de monda de frutos, com o objetivo de prevenir pragas; 10) utilização de fontes naturais de água que estão perto da exploração; 11) recolha de madeiras e raízes.

Por outro lado, foi possível perceber que práticas como a realização de pousio do solo, luta biológica², luta biotécnica³ e reciclagem, são menos frequentes. Como já vimos anteriormente, a Joana referiu que a inexistência de ecopontos de reciclagem perto de sua casa impede a família de fazer a reciclagem. Em relação à luta biológica e biotécnica, existem algumas práticas agrícolas familiares deste tipo que são baseadas em conhecimentos tradicionais. Contudo, a formação neste âmbito não deixa de ser muito importante, pois pode demonstrar novas alternativas ao combate de pragas que substituam a utilização de produtos químicos (prática observada poucas vezes e numa escala reduzida, mas presente em todas as explorações agrícolas).

Agricultura sustentável, biológica e agroecológica

A familiaridade das agricultoras com o conhecimento da agricultura biológica e agroecologia é distinta. Todas elas conhecem a agricultura biológica, porém apresentam opiniões distintas em relação a esta. A Joaquina demonstra uma opinião positiva e refere que tenta aproximar a sua prática agrícola aos princípios da agricultura biológica:

“A agricultura biológica até tinha falado com o senhor engenheiro Sousa Guedes que eu já praticamente a faço... Só mesmo fazer o registo e alguns ajustes naquilo que eu faço (...). Claro que o consumidor tem de saber o que está a comer, porque se aparecer um bichinho, eles não podem estar a reclamar por ser um bichinho, não é? Eles sabem perfeitamente, já tem aparecido lá as lesmas e os caracóis e a gente tira. (...) Aí eles [clientes] trazem tudo o que é plásticos para nós reciclarmos, trazem os frascos e trazem

² A luta biológica baseia-se na utilização de organismos vivos (auxiliares – organismo antagonista dos inimigos das culturas), para controlo dos inimigos nocivos às plantas (doenças, pragas ou infestantes), como por exemplo assegurar a presença de joaninhas, sebes, muros, ou outros insetos.

³ A luta biotécnica é um meio de luta direta que tem como princípio de funcionamento a alteração negativa de certas funções vitais no organismo nocivo, como o uso de armadilhas ou iscos alimentares (por exemplo garrafas de captura e feromonas).

de casa deles e o que nós pomos, porque eu ponho por exemplo feijão seco em frascos, eles levam e depois trazem. As caixas dos ovos também... eles ajudam-nos imenso nessa questão (...) Nós lá em baixo na exploração temos um saco onde metemos só os recicláveis para depois separar aqui (...).” (Joaquina)

Por sua vez, a Joana considera os seus produtos “semi-biológicos”, mas demonstra, juntamente com o seu marido, uma opinião negativa que revelou muita desconfiança face aos agricultores biológicos:

“[Marido da Joana:] Eu não acredito em nada disso da agricultura biológica

Porquê?

[Marido da Joana:] Todos dizem que fazem e querem que se faça agricultura biológica, eu só acredito quando vir alguém a viver da agricultura biológica... já fui a muitas palestras e muitas coisas mas as pessoas que vivem da agricultura biológica são formados, ou são professores ou têm grandes empresas por trás. Se me saísse o Euromilhões eu também fazia agricultura biológica... viver da agricultura biológica não acho possível. Há alguns produtos da agricultura biológica que eu acredito, mas a maior parte não... acredito na agricultura biológica para casa, familiarmente... se for uma coisa pequenina. Eu sei que o herbicida contamina, mas não sou contra quem faz.

[Joana abana com a cabeça afirmativamente]

Acha que é inviável para ser uma fonte de rendimento?

[Marido da Joana:] Acho! E agora há aí muita agricultura biológica que é falsa.

[Joana:] Mas nós também é um bocado diferente do que vem de fora, porque os nossos tomates saem tortos, ou são grandes ou pequenos... enquanto os outros que vendem [em grandes superfícies comerciais] é aquele tomate certinho e direitinho, todo da mesma cor... o nosso não, vai amadurecendo. Vocês acham que têm uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental? Ou não têm essa preocupação?

[Joana:] Temos (...). Não é 100% biológico, mas também não é 100% adubado e com pesticidas, estamos ali no meio (...) e eles [agricultores biológicos] também metem hormonas, acho eu... para eles virem com aquela corzinha toda e aquele tamanho. E depois come-se e aquilo tem sabor, enquanto os outros sabem só a água. É por isso que nós dizemos que o nosso produto é semi-biológico!”

A Gertrudes também conhece as práticas agrícolas biológicas, pois o seu marido realizou um curso nesse âmbito, porém, ao contrário das outras agricultoras, esta não tem uma opinião formada sobre o assunto.

“O meu marido já andou... já foi a uns cursos da agricultura biológica.” (Gertrudes)

Todas as entrevistadas dizem que desconhecem as práticas agroecológicas, sendo que apenas uma refere que o conceito não lhe é estranho:

“Agroecologia, o nome não me é completamente estranho, mas não sei.” (Joaquina)

Apesar de as agricultoras não estarem familiarizadas com o termo “Agroecologia”, é possível afirmar que as suas práticas agrícolas vão de encontro a alguns dos princípios agroecológicos como é o caso da aplicação de circuitos curtos de comercialização.

“E vocês vêm com bons olhos práticas de certificação entre agricultores e consumidores: imaginem, a Joana tem 20 pessoas que compram os cabazes sempre, essas pessoas acreditam na Joana e isto é uma forma de certificação.

Isso é verdade. É a palavra e prontos... e há tantos anos que estão e não desistem [os clientes].” (Joana)

Considerações finais

As agricultoras analisadas possuem 3 características em comum: todas elas possuíam tradição familiar na área agrícola (apesar de terem desempenhado outras profissões); só depois do casamento passaram a desenvolver a tempo inteiro a atividade agrícola (embora em momentos diferentes da vida); e todas elas entraram para o PROVE juntamente com os seus maridos.

Tendo em conta os nossos objetivos iniciais, foi possível perceber que as desigualdades de género na agricultura familiar expressam-se de várias formas, nomeadamente nas tarefas agrícolas, na proteção social, na divisão de tarefas domésticas e de cuidado, nas horas de trabalho diário e nas tomadas de decisão. Tendo em conta os discursos das entrevistadas e as observações, temos que por um lado as tarefas agrícolas como a condução de máquinas, a tomada de decisões de maior relevância que afetem a exploração agrícola, a compra de gado e de pesticidas – são responsabilidade dos maridos. Por outro lado, as tarefas agrícolas manuais (monda, colheita, poda...), a elaboração dos cabazes, a decisão dos preços e as tarefas administrativas constituem as atividades desempenhadas pelas agricultoras. No caso das duas agricultoras, Joana e Gertrudes, que são casadas e que vivem com os maridos não existe divisão das tarefas domésticas, pois são responsabilidade total das mulheres. O tempo de convívio e descanso é praticamente nulo nas rotinas diárias destas agricultoras. As agricultoras possuem uma dupla jornada de trabalho, pois para além do trabalho agrícola, estas desenvolvem trabalho informal não remunerado de ajuda aos vizinhos e aos familiares, tarefas domésticas e de cuidado dos filhos e família. A jornada de trabalho dos homens agricultores baseia-se essencialmente no trabalho agrícola e por isso trabalham entre 8 a 10 horas por dia; já as agricultoras mulheres trabalham entre 10 a 13 horas por dia. A herança masculina da terra também se mantém uma tendência, pois todas as explorações agrícolas estudadas foram adquiridas através de duas formas, através de compra e/ou de herança pelos maridos. A insegurança económica e fraca proteção social continua visível, pois uma das agricultoras não tem atividade fiscal aberta. Em relação à participação associativa e comunitária, verifica-se que os maridos das agricultoras estão mais envolvidos neste tipo de atividades: o marido da

Joana é tesoureira no centro de gestão agrícola local; e o marido da Gertrudes organiza atividades de lazer.

No caso da agricultora Joaquina verifica-se que o seu modo de produção é diferente em relação às restantes agricultoras (que trabalham com os maridos) – a exploração desta agricultora é a que mais se aproxima do modo de produção agroecológico, pois não utiliza pesticidas, utiliza muito pouco o trabalho mecanizado, recorre a práticas tradicionais de agricultura e envolve a comunidade local no trabalho da exploração agrícola, criando uma espécie de uma cooperativa de trabalho.

No que diz respeito à sucessão geracional, observamos que os filhos de todas as participantes saíram dos concelhos de residência em busca de melhores e mais oportunidades de emprego. Apenas Joana possui um filho com interesse em continuar o trabalho dos pais na exploração agrícola familiar e neste momento encontra-se a estudar no ensino superior na área referida. Embora seja uma felicidade para a agricultora ver que o seu filho irá dar continuidade ao seu trabalho, ela e o seu marido mencionam que desejam que este tenha um trabalho agrícola mais “limpinho” pois reconhecem o quão desgastante é o seu trabalho de agricultores. Este discurso sobre os filhos denuncia os efeitos de processos sociais mais amplos, nomeadamente o crescente e já velho fenómeno do abandono das zonas rurais e da atividade agrícola, como também processos de mobilidade social ascendente, entre gerações, consequentes, por exemplo, da democratização do ensino superior público.

Foi igualmente visível o efeito positivo da participação nos Cabazes PROVE: o comércio de proximidade permite manter uma relação de proximidade com os clientes, o que é muito importante e valorizado pelas agricultoras. Todas elas referem que gostam de produzir para este sistema de circuito curto de comercialização, pois permite-lhes fazer uma melhor gestão dos produtos, tendo em linha de conta as necessidades dos consumidores. Foi visível a importância de venderem para um grupo de clientes (na sua maioria pessoas da cidade) que está realmente interessado na qualidade dos produtos e que os valoriza.

O autoconsumo dos produtos agrícolas é transversal a todas as famílias, bem como a troca de produtos com as redes de vizinhança, o que contribui para a promoção da segurança alimentar e fortalecimento das redes sociais na comunidade.

No que diz respeito à dimensão ambiental, aferimos que a luta biológica, luta biotécnica e reciclagem, são práticas menos frequentes, o que revela necessidade de mais formação e recursos neste âmbito, aliadas a mais conversas e debates sobre agricultura biológica e agroecologia. A participação cívica e associativa é praticamente inexistente, bem como as atividades de lazer e convívio fora do seio familiar – a falta de tempo disponível não opera a favor disto, porém também não existem muitas oportunidades deste tipo nas localidades destes agricultores.

Em suma, podemos afirmar que a lente da multifuncionalidade opera como uma poderosa ferramenta que possibilita tirar da invisibilidade o papel da mulher agricultora, sobretudo porque evidencia as atividades agrícolas de pendor não produtivo e coloca a descoberto o papel fundamental que estas têm no que concerne à manutenção e reprodução social da agricultura familiar.

Referências Bibliográficas

- Altieri, M. A. (1998). Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável (3ª ed.). Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Altieri, M. A., Nicholls, C. I., & Montalba, R. (2017). Technological approaches to sustainable agriculture at a crossroads: an agroecological perspective. *Sustainability*, 9(3), 349
- Anschau, A., & Gonçalves, M. V. (2018). Cadernetas Agroecológicas: relações de trabalho, cultura e gênero no movimento agroecológico. In VI Conference of BRICS Initiative of Critical Agrarian Studies;
- Anderson, C. R., Bruil, J., Chappell, M. J., Kiss, C., & Pimbert, M. P. (2019). From transition to domains of transformation: Getting to sustainable and just food systems through agroecology. *Sustainability*, 11(19), 5272
- Avillez, F. (2016). A agricultura portuguesa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Baptista, F. O. (1994). A agricultura e a questão da terra—Do Estado Novo à Comunidade Europeia. *Análise Social*, 907-921.
- Bardin, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. Edições 70
- Borges, I. M. S., Jacinto Almeida, R. L., Fernandes, A. C. G., da Silva, S. É., de Andrade Silva, M. L., Barros, U. I. G., ... & Freire, J. G. T. B. (2020). Agricultura familiar: análise de sustentabilidade através de indicadores sociais econômicos e ambientais. *Research, Society and Development*, 9(4), e54942832-e54942832;
- a) Borges, M., Marcelites, E. J., & Finatto, R. A. (2020). Interfaces entre a Educação do Campo e a Agroecologia em áreas de assentamentos rurais no estado do Paraná. *Ateliê Geográfico*, 14(1), 283-304
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- Borsatto, R. S., OLIVEIRA, J., CARMO, M., & VIEIRA, L. (2010). Do discurso à prática: uma metodologia para avaliar a aderência à agroecologia em assentamentos rurais. *SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS*, 4;

- Bosc, P. M., Berdegué, J. A., Goïta, M., Ploeg, J. D. V. D., Sekine, K., & Zhang, L. (2013). Investing in smallholder agriculture for food security: a report by the high level panel of experts on food security and nutrition. (No. 6). HLPE
- Brandth, B. (2002). Gender identity in European family farming: A literature review. *Sociologia ruralis*, 42(3), 181-200;
- Brandth, B., & Haugen, M. S. (2000). From lumberjack to business manager: masculinity in the Norwegian forestry press. *Journal of Rural studies*, 16(3), 343-355
- Brandth, B., & Haugen, M. S. (2011). Farm diversification into tourism—implications for social identity?. *Journal of rural studies*, 27(1), 35-44
- Cândido, G. D. A., Nóbrega, M. M., FIGUEIREDO, M. T., & SOUTO MAIOR, M. Ô. N. I. C. A. (2015). Avaliação da sustentabilidade de unidades de produção agroecológicas: um estudo comparativo dos métodos Idea e Mesmis. *Ambiente & Sociedade*, 18(3), 99-120
- Canuto, J. C. (2017). Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis. *Redes*, 22(2), 137-151
- Carmo, R. M. D. (2007). Género e espaço rural: O caso de uma aldeia alentejana. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (54), 75-100
- Carmo, R. M. D. (2009). A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, 252-280.
- Carmo, R. M. D. (2010). A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48(1), 9-22
- Comissão Europeia (1994). O Papel Económico e a Situação da Mulher nas Zonas Rurais. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais das Comunidades europeias. ISSN:1012-215X
- Contzen, S., & Forney, J. (2017). Family farming and gendered division of labour on the move: a typology of farming-family configurations. *Agriculture and human values*, 34(1), 27-40
- Confederação Nacional da Agricultura (2020). Repensando as Políticas para a Agricultura Familiar: O caso de Portugal e Espanha. Projeto BOND Bringing

Organisations and Network Development to higher levels in the farming sector in Europe. <https://www.cna.pt/files/dbdownload/3b23feb5883d092542f5987c3edf2bc8>

Caporal, F. (2009). Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Vol. 30. Brasília

Cardoso, E., Jalil, L., Alvarenga, C., & Weitzman, R. (2019). Guia metodológico da caderneta agroecológica. Recife: FIDA

Corrêa, I. V. (2007). Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul. Pelotas-RS: UFPel-Universidade Federal de Pelotas. <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2010/01/Corr%C3%AAa-Inez-Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Conselho Económico e Social das Nações Unidas (2017). *Proposta de Resolução do Parlamento Europeu: sobre mulheres, igualdade de género e justiça climática* (Relatório nº 2017/2086). Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

Creswell, John W (1994). Research design: qualitative & quantitative approaches. Thousand Oaks: Sage Publications. ISBN 0-8039-5255-4

Cristóvão, A., & Tibério, L. (2009). "Comprar Fresco, Comprar Local": Será que temos algo a aprender com a experiência americana. *Cultura, Inovação e Território, O Agroalimentar e o Rural*, 27-34

Flick, U. (2005). Métodos qualitativos na investigação científica. Lisboa: Monitor

Calvet-Mir, L., Benyei, P., Aceituno-Mata, L., Pardo-de-Santayana, M., López-García, D., Carrascosa-García, M., ... & Reyes-García, V. (2018). The contribution of traditional agroecological knowledge as a digital commons to agroecological transitions: The case of the CONECT-e platform. *Sustainability*, 10(9), 3214

Cazella, A. A., Bonnal, P., & Maluf, R. S. (2009). Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. Rio de Janeiro : Mauad Ed., 47-70. ISBN 978-85-7478-292-8

da Costa, C. A., Parente, C., Aguiar, A., Guiné, R., Costa, D., Correia, H. E., ... & Chaves, C. (Eds.). (2020). Pontes entre a agricultura familiar e agricultura biológica. Âncora

Davidova, S., & Thomson, K. (2014). Family farming in Europe: challenges and prospects. <https://policycommons.net/artifacts/1338807/family-farming-in-europe/1947816/>

de Lacerda, T. R., & Leal, I. O. J. (2021). Feminismo e agroecologia em prática: contribuições das cadernetas agroecológicas para o empoderamento das mulheres agricultoras. *Cadernos de Agroecologia*, 16(1)

Dias, Isabel (2015). *Sociologia da Família e do Género*. PACTOT. ISBN: 978-989-693-053-0

Dinis, Isabel (2019). The concept of family farming in the portuguese political discourse. *Social Sciences*, 8(7), 213

Diogo, F., Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., ... & Amaro, I. (2021). A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos. *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/37664/1/document%20%289%29.pdf>

FAO (Food and Agriculture Organization). (2014). *International Year of Family Farming*. <https://www.fao.org/3/as281e/as281e.pdf>

FAO (Food and Agriculture Organization). (2015). *Family Farming. Feeding the world, caring for the earth*. 2014 World Food Day Celebration Report. FAO

FAO (2020). *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) and family farming*. Rome

FAO e IFAD. 2019. *United Nations Decade of Family Farming 2019-2028. Global Action Plan*. Rome. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO

Finatto, R. A. (2016). Redes de agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil. *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, 38, 107-145

Ferreira, J. M. C. (1987, janeiro, 29-30). Sobre a Situação e Papel da Mulher Agricultora no Norte de Portugal [Comunicação Oral]. Seminário Europeu: As Mulheres Agricultoras. Edição da Comissão da Condição Feminina. Caldas da Rainha

- FRANIĆ, R., & KOVAČIČEK, T. (2019). The professional status of rural women in the EU. Parlamento Europeu. <https://policycommons.net/artifacts/1334948/the-professional-status-of-rural-women-in-the-eu/1941033/>
- Gavioli, F. R., & Costa, M. B. B. (2011). As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 49(2), 449-472
- Gavioli, F. R. (2011). Avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas através de indicadores em um assentamento rural em São Paulo. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 6(5), 18
- Gomes, R. D. C. M., Nogueira, C., & Toneli, M. J. F. (2016). Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 115-124
- Gomes, R. M., Cerdeira, M. L., Lopes, J. T., Vaz, H., Brites, R., Cabrito, B., ... & Silva, S. (2014). Working paper 5: retratos sociológicos: orientações gerais. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84012/2/135762.pdf>
- Gonzalez de Molina, M., & Guzman Casado, G. I. (2017). Agroecology and ecological intensification. A discussion from a metabolic point of view. *Sustainability*, 9(1), 86;
- Guizo, A. M. V. D. L. P. (2011). Agricultura e ruralidade em Portugal: 1970-2000. [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/5880>
- Haugen, M. S., & Brandth, B. (1994). Gender differences in modern agriculture: The case of female farmers in Norway. *Gender & Society*, 8(2), 206-229
- Lalanda, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise social*, 871-883
- Haugen, M. S., Brandth, B., & Follo, G. (2015). Farm, family, and myself: farm women dealing with family break-up. *Gender, Place & Culture*, 22(1), 37-49
- Herrera, K. M. (2013). Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Anais

Eletrônicos.

Florianópolis.

http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1385050902_ARQUIVO_KarolynaMarinHerrera.pdf

Herrera, K. M. (2015). Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. Dissertação (mestrado). Repositório Aberto Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/132975>

Herrera, K. M. (2016). Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Política & Sociedade*, 15, 208

Hora, K., Rezende, M., & Macedo, G. (2015). Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Prêmio Margaria Alves. 4ª ed. Mulheres e agroecologia. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília

INE (2021). Recenseamento Agrícola 2019. Lisboa. ISBN 978-989-25-0562-6

Junior, W. F. A., de Moraes Raimundo, E. K., Borsatto, R. S., de Souza-Esquerdo, V. F., & Bergamasco, S. M. P. P. (2021). Terra, trabalho e família: estratégias de reprodução social no Assentamento Rural Araras III. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, 14(2), 9-28.

Kimmel, M. S. (2000). *The gendered society*. Oxford University Press, USA.

Lahire, B. (2004). *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Artmed Editora.

Lahire, B. (2011). A transmissão familiar da ordem desigual das coisas. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 21

Lamas, M. (2002). *As Mulheres do Meu País*. Caminho

Leckie, G. J. (1996). 'They Never Trusted Me to Drive': Farm girls and the gender relations of agricultural information transfer. *Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography*, 3(3), 309-326

Lima, A. V., & Schmidt, L. (1996). Questões ambientais—conhecimentos, preocupações e sensibilidades. *Análise Social*, 205-227

Lopes, A. M. (2011). Transformações na Paisagem Rural do Norte de Portugal (Dissertação de doutoramento da Universidade Técnica de Lisboa (Portugal)). <https://www.proquest.com/openview/2173673ce7147bcf8e7fad9e92bb7061/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>

Lopes, C. e Cabral, R. (2021). Os Números do Estatuto da Agricultura Familiar no seu 3.º aniversário. <https://www.cna.pt/files/dbdownload/254fd1f64366006404f7583b0deebaec>

Lopes Neto, A. A., Feital, A., Lopes, I. D. L., Almeida, A., & Telles, L. (2018). Caderneta agroecológica empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. *Revista Agriculturas*, 12(4), 43-47

Lowder, S. K., Skoet, J., & Singh, S. (2014). What do we really know about the number and distribution of farms and family farms in the world? Background paper for The State of Food and Agriculture 2014. AgEcon Search. <https://ageconsearch.umn.edu/record/288983/>

Machado, C. D. T., & Machado, A. T. (2006). Roteiro para diagnóstico participativo de agroecossistemas: proposta para avaliações com enfoque na agrobiodiversidade e em práticas agroecológicas. Embrapa Cerrados-Documents (INFOTECA-E)

Magalhães, D. M. (2010). Vinhos: arte e manhas em consumos sociais: apreensão de uma prática sociocultural em contexto de mudança. *Afrontamento*

Magalhães, R. S. (2009). A “masculinização” da produção de leite. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47, 275-299

Martins Soria, I. A. (2016). Aproximaciones a la agroecología en Portugal: de la pequeña agricultura familiar y tradicional a la agricultura ecológica, de los canales cortos de comercialización a la soberanía alimentaria: prácticas, racionalidades y resistências. [Tese de Doutoramento] Universidad Internacional de Andalucía. <https://dspace.unia.es/handle/10334/3715>

Martucci, E. M. (2001). Estudo de caso etnográfico. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 25(2), 167-180

Mesquita, L. A. P. D. (2013). O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Goiás

Moreira, M. J., & Sulzbacher, A. W. (2020). A educação não formal e metodologias participativas para trabalho com mulheres do campo. *Cadernos de Agroecologia*, 15(3)

Nicot, R., Bellon, S., Loconto, A., & Ollivier, G. (2018). The European networks of research, education and training stakeholders in agroecology. *Open Agriculture*, 3(1), 537-552

Oliveira, A. D. M., & Cavalcante, F. L. (2018). Agroecologia e Feminismo: Um debate teórico sobre a atuação da Mulher no Meio Rural. *Revista Agroecologia no Semiárido*. vol. 2, n.2, p. 01-09. ISSN: 2595-0045

Parlamento Europeu (2017). Relatório sobre as mulheres e o seu papel nas zonas rurais. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2017-0058_PT.html

Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., Perista, P., & Quintal, E. (2016). Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal. Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS)/Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). <https://fronteirasxxi.pt/wp-content/uploads/2020/02/Os-Usos-do-Tempo-de-Homens-e-de-Mulheres-em-Portugal.pdf>

Plein, C. (2010). Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. *Informe Gepec*, 14(2), 96-111

Queirós, J., & Rodrigues, V. (2006). Não, não somos jornalistas: uma introdução à utilização do diário de campo e da fotografia na pesquisa sociológica. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54402/2/ISWP142006000122601.pdf>

Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise social*, 1031-1054.

Rodrigo, I. (1986). Feminização da agricultura. *Análise Social*, 22(92/93), 643-652

Rodrigo, I. (1987, janeiro, 29-30). As Mulheres Agricultoras, As Transformações Recentes na Agricultura e a Formação Profissional [Comunicação Oral]. Seminário

Europeu: As Mulheres Agricultoras. Edição da Comissão da Condição Feminina. Caldas da Rainha

Sampaio, M. (Coord.). 2009. PROVE – Contributo para um Processo Territorial de Proximidade. 2ª Edição - Junho 2009. ADREPES. <http://www.prove.com.pt/www/projecto.T8.php>

Salliou, N., Muradian, R., & Barnaud, C. (2019). Governance of ecosystem services in agroecology: when coordination is needed but difficult to achieve. *Sustainability*, 11(4), 1158

Salvaro, G. I. J., Lago, M. C. D. S., & Wolff, C. S. (2013). "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 79-89

Saylor, C. R., Alsharif, K. A., & Torres, H. (2017). The importance of traditional ecological knowledge in agroecological systems in Peru. *International Journal of Biodiversity Science, Ecosystem Services & Management*, 13(1), 150-161

Serrano, J. S. (s.d.). Mulheres da Borborema: Construindo a Igualdade de Gênero e a Agroecologia In Hora, K., Rezende, M., & Macedo, G. (2015). Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Prêmio Margaria Alves. 4ª ed. Mulheres e agroecologia. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília

Seuneke, P., & Bock, B. B. (2015). Exploring the roles of women in the development of multifunctional entrepreneurship on family farms: an entrepreneurial learning approach. *NJAS-Wageningen Journal of Life Sciences*, 74, 41-50

Schneider, S. (2003). A pluriatividade na agricultura familiar. Editora da UFRGS

Schneider, S., & Niederle, P. A. (2008). Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 989-1014

Silva, E. M., & Moore, V. M. (2017). Cover crops as an agroecological practice on organic vegetable farms in Wisconsin, USA. *Sustainability*, 9(1), 55

- Silva Júnior, R. D. D., Biase, L. D., & Martellini, F. (2019). On dialogues and existences: a possible contribution of anthropology to agroecology. *Ambiente & Sociedade*, 22
- Silveira, A. C. M., Schwartz, C., & Souto, C. B. (2013). Gênero e TICs: Expondo a Intimidade das Relações de Poder na Agricultura Familiar. *Revista Latino-americana de Geografia a Gênero, Ponta Grossa*, 4(1), 22-35
- Silveira, P. C. B., & Rosas, J. C. (2018). Práticas colaborativas em redes agroecológicas no agreste pernambucano. *Revista de Antropologia*, 61(1), 269-297
- Shortall, S. (1999). *Women and farming: Property and power*. Springer
- Shortall, S., McKee, A., & Sutherland, L. A. (2020). The performance of occupational closure: The case of agriculture and gender. *Sociologia Ruralis*, 60(1), 40-57
- Souza, C. A. S., & Freitas, R. D. C. S. Família, terra e trabalho: modos de vida nos cafezais de montanha do sul de Minas Gerais. *Serviço Social em Revista*, 18(1), 64-80
- Teixeira, C. T. M., & Pires, M. L. L. S. (2017). Análise da relação entre produção agroecológica, resiliência e reprodução social da agricultura familiar no Sertão do Araripe. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(1), 47-64
- Tibério, L., Baptista, A., & Cristóvão, A. (2013). Sistemas agroalimentares locais e comercialização em circuitos curtos de proximidade. *Revista Rede Rural Nacional*, 3, 6-9
- Tornaghi, C., & Dehaene, M. (2020). The prefigurative power of urban political agroecology: rethinking the urbanisms of agroecological transitions for food system transformation. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 44(5), 594-610
- Vaquinhas, I. (2019). História das mulheres e de gênero em Portugal: Horizontes temáticos e desafios atuais. *Gênero na arte. Corpo, sexualidade, identidade, resistência*, 1, 37-55
- Wall, K. (1998). *Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*. Etnográfica Press
- Warmling, D., & Moretti-Pires, R. O. (2017). Meanings of agroecology in the production, distribution and consumption of agroecological food in Florianópolis, Santa Catarina State, Brazil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 21(62), 687-698

Whatmore, S. (1991). Life cycle or patriarchy? Gender divisions in family farming. *Journal of rural Studies*, 7(1-2), 71-76.

Whatmore, S. (2016). *Farming women: Gender, work and family enterprise*. Springer

Wezel, A., Goris, M., Bruil, J., Félix, G. F., Peeters, A., Bàrberi, P., ... & Migliorini, P. (2018). Challenges and action points to amplify agroecology in Europe. *Sustainability*, 10(5), 1598

Legislação

DIRECTIVA 2010/ 41 UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO (2010). *Jornal Oficial da União Europeia* L 180/1. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32010L0041&from=EN>

Decreto-Lei n.º 64 (2018). *Diário da República*, 1.ª série. N.º 151. 7 de agosto de 2018. <https://files.dre.pt/1s/2018/08/15100/0394603949.pdf>

Anexos

Anexo I- Matriz de enquadramento lógico

adaptada de Borsatto et al., (2010)

| Objetivos específicos | Variáveis contextuais | Categoria de análise | Indicadores | Informações a recolher |
|---|---------------------------|----------------------|---|--|
| Caracterização socio demográfica e de classe dos agricultores familiares; | Sociodemográfica e classe | | Grupos etários, diferenças de género, classe social | Sexo, idade, estado civil, dimensão do agregado familiar, nível de escolaridade, situação face ao emprego, situação face à profissão, profissão dos pais |
| Mapear, descrever e analisar as diversas atividades que constituem a agricultura familiar nas suas dimensões económica, social e ambiental; perceber as desigualdades de género no contexto da agricultura familiar, nomeadamente | Económica | Propriedade privada | Forma de aquisição da exploração | Por arrendamento, por compra, por herança, por cedência gratuita, por parceria |
| | | Rendimento agrícola | Autoconsumo | Número de elementos do agregado familiar que consomem os produtos; que parte dos produtos vai para autoconsumo; |
| | | | Produção agrícola | Objetivo da produção (venda, autoconsumo, troca/partilha); se vender: que parte vende; com que frequência, lucro, controlo de preços) |
| | | | Produção animal | Objetivo da produção (venda, autoconsumo, |

| | | | | |
|---|-----------|-------------------------|--|---|
| e no trabalho agrícola, doméstico e de cuidado. | | | | troca/partilha); se vender: que parte vende; com que frequência, lucro, controlo de preços) |
| | | Rendimento não agrícola | Trabalho fixo | Trabalho assalariado |
| | | | Trabalho sazonal | Trabalho agrícola assalariado |
| | | | Artesanato/ Turismo/ Extrativismo | Prática de artesanato, atividades relacionadas com o turismo rural, pesca, caça, recolha de madeira |
| | | Comercialização | Canais de comercialização | Diversidade de canais (mercado, cooperativa, feira, supermercado) |
| | | | Organização para comercialização | Responsabilidade pela comercialização (por género) |
| | Ambiental | Sistema de produção | Práticas sustentáveis e agroecológicas | Variedades de sementes regionais utilizadas; Partilha sementes tradicionais; Troca de produtos com outros agricultores; Prática de consociações; Presença de viveiro na exploração; Rotação de culturas; Pousio; Adição de matéria orgânica de origem animal; Enterra restos das culturas; Faz correção do solo – calagem; Faz análises de solo ou foliares; Faz análises de água; Faz análise de resíduos de pesticidas; Faz |

| | | | | |
|--|-------------------|---|--|---|
| | | | | <p>aplicação de cobertura do solo; Faz compostagem; Usa trator e máquinas agrícola; Desfolha e/ou poda rebentos; Faz monda de frutos; Faz luta biológica; Faz luta biotécnica;</p> <p>Usa pesticidas/ fitofármaco</p> |
| | | | Reciclagem | Destino das embalagens de pesticidas e do lixo doméstico |
| | Cultural | Tecnologia de processos produtivos | Utilização de insumos autóctones | Utilização de sementes regionais; Disponibilidade de fertilizantes locais |
| | Social/Comunidade | Atividades de lazer, cultura, religião e política | Oportunidades de lazer | Espaços de lazer disponíveis e periodicidade de utilização |
| | | | Oportunidades de atividades culturais/políticas/religiosas | Atividades disponíveis (religiosas, sindicatos, associações culturais/desportivas, cooperativa, grupos folclóricos, cinema, teatro, concertos, circo, museus) e participação nas mesmas |
| | Trabalho | Na exploração agrícola | Tipo de tarefas que são realizadas em função do género | Sementeira/ plantação; Poda/enxertia; monda/desfolha/tutoragem; colheita; aplicação de pesticidas; condução de trator e máquinas agrícolas; condução de motocultivador; uso de motosserra; uso de enxada/ |

| | | | | |
|---|--|-----------|--|--|
| | | | | foice. |
| | | | Jornada de trabalho | Distribuição do tempo diário pelas seguintes tarefas: Campo; Jardim/ horta; Cozinhar; Tratar da casa; Comer; Conviver; Descansar; Dormir |
| | | Doméstico | Tarefas domésticas realizadas pelos homens e mulheres | Tempo diário despendido pelo homem e pela mulher na realização de tarefas domésticas |
| | Relações de poder | Decisões | Em relação à exploração agrícola | Quem toma as decisões em relação à exploração agrícola |
| Em relação à família | | | Quem é responsável pela gestão financeira da família | |
| | | | Quem é responsável pelo cuidado dos membros mais idosos da família | |
| | | | Quem toma as decisões em relação aos filhos/ família | |
| Em relação à comercialização dos produtos | Quem toma decisões em relação à comercialização dos produtos | | | |

Anexo II – Grelha da observação participante

| | | |
|---|--|--|
| Identificação da situação de observação | | |
| Concelho | | |
| Data | | |
| Local | | |
| Hora de início | | |
| Duração da observação | | |
| Variáveis a observar (notas substantivas) | | |
| Dimensões de análise | | |
| | Indicadores | |
| Atores presentes na situação de observação | Número de pessoas | |
| | Grupos etários | |
| | Sexo | |
| | Atividades desenvolvidas com os diferentes atores ao longo do período de observação | |
| Variáveis a questionar | | |
| Dimensões de análise | Indicadores | |
| Caracterização da família e dos seus elementos | Dimensão do agregado familiar (nº), respetivo sexo, idade e estado civil | |
| Caracterização da exploração | Forma de aquisição da exploração (herança, arrendamento, parceria, cedência, compra) tendo em atenção a origem da herança se for esse o caso | |

| | | |
|------------------------|---|--|
| | Distância média (km); área da exploração; número de parcelas cultivadas | |
| | Número de elementos que trabalham na exploração e regimes de trabalho (tempo inteiro, parcial, existência de contratados) | |
| | Principais culturas | |
| | Objetivo da produção (venda, autoconsumo, familiares/vizinhos) | Tentar contabilizar para percentualmente |
| Caso venda: | Que parte da exploração vende; onde vende; com que periodicidade; dificuldades no controlo de preços; investimento na produção; | |
| Produção animal | Número de cabeças de gado | |
| | Aptidão produtiva (carne, lã, leite) | |
| | Objetivo da produção animal (venda, autoconsumo, para vizinhos/ familiares) | |
| Caso venda: | Que parte da exploração vende; onde vende; com periodicidade; dificuldades no controlo de preços; investimento na produção; | |
| Pluriatividade | Outras atividades que sejam praticadas no âmbito agrícola (artesanato, mel...) | |
| | Outra atividade económica | |
| | Nível de importância do rendimento da agricultura para o agregado familiar | |
| Autoconsumo | Número de pessoas na família que consomem os produtos da exploração | |
| | Que parte dos produtos é consumida pela família | |

| Jornada de trabalho | de | Que atividades realiza durante um dia e quantas horas dedica a cada uma | Mulher | | Homem | | | |
|---------------------|----|---|--------|---|-----------|---|-------|--|
| | | | M | H | M | H | | |
| | | Campo | | | | | | |
| | | Jardim/ horta | | | | | | |
| | | Tratar da casa | | | | | | |
| | | Cozinhar | | | | | | |
| | | Comer | | | | | | |
| | | Conviver | | | | | | |
| | | Descansar | | | | | | |
| | | Dormir | | | | | | |
| | | Outro | | | | | | |
| | | Tarefas na exploração (a preencher tipo checklist) | Sempre | | Por vezes | | Nunca | |
| | | | M | H | M | M | H | |
| | | Sementeira/ plantação | | | | | | |
| | | Poda/ Enxertia (assinalar quais) | | | | | | |
| | | Monda/Desfolha/ Tutoragem | | | | | | |
| | | Colheita | | | | | | |
| | | Aplicação de pesticidas/ fitofármacos | | | | | | |
| | | Condução de trator e máquinas agrícolas | | | | | | |
| | | Condução de motocultivador | | | | | | |
| | | Uso de motosserra/ moto roçadora | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | Uso de enxada/ foice e outras semelhantes | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

| | | Sim | Não |
|---|--|-----|-----|
| Sistemas de produção (checklist) | Usa variedades de sementes regionais? | | |
| | Partilha sementes tradicionais com outras pessoas? | | |
| | Faz troca de produtos com outros agricultores? | | |
| | Pratica consociações (no mesmo terreno ter mais que uma cultura ex: feijão e milho)? | | |
| | Tem viveiro na exploração (ex: alfobredas couves, cebolo ...)? | | |
| | Faz rotação de culturas? | | |
| | Faz pousio? | | |
| | Faz adição de matéria orgânica de origem animal? | | |
| | Enterra restos das culturas, no fim da campanha? | | |
| | Faz correção do solo – calagem (uso de cal)? | | |
| | Faz análises de solo ou foliares? | | |
| | Faz análises de água? | | |
| | Faz aplicação de cobertura do solo (plástico, palhas, enrelvamento, ex: nos morangueiros)? | | |
| | Faz compostagem? | | |
| | Desfolha e/ou poda rebentos (tirar partes da planta para ficar mais arejada)? | | |
| | Faz monda de frutos (ex: retirar alguns frutos – os que estão a mais, doentes, pragas)? | | |
| Faz luta biológica (assegura a presença de joaninhas, sebes, muros, usa outros insectos)? | | | |

| | | | |
|---------------------------------|--|--|--|
| | Faz luta biotécnica (usa armadilhas, iscos alimentares, ex: garrafas de captura, feromonas)? | | |
| | Usa pesticidas? | | |
| | Existe alguma fonte natural de água perto da exploração que é utilizada (rio, nascente)? | | |
| | Pratica pesca, caça, recolhe madeira/raízes/resinas? | | |
| | Pratica pesca, caça, recolhe madeira/raízes/resinas? | | |
| | Faz reciclagem? | | |
| Atividades na comunidade | Participa em alguma atividade da comunidade (atividades religiosas, sindicatos, associações culturais/desportivas, cooperativa, grupos folclóricos) | | |
| | Atividades culturais disponíveis no concelho (cinema, teatro, circo, concertos, museu) | | |
| | Frequência de participação nessas atividades | | |
| Tomada de decisões | Quem toma decisões relativas à exploração agrícola e que tipos de decisões são tomadas (ex: o que se vai plantar, como se planta, construção de estufas, aquisição de materiais) | | |
| | Quem toma decisões relativas à família e que tipos de decisões são tomadas (ex: educação dos filhos, gestão financeira) | | |
| | Quem é responsável pelo cuidado dos membros mais idosos da família | | |
| | Quem toma decisões relativamente à comercialização e que tipos de decisões são tomadas (ex: canais de venda, periodicidade, negociação, preços, produtos) | | |

| Escolaridade | Que níveis de escolaridade possuem os elementos da família (Não sabem ler nem escrever, 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo, ensino secundário, ensino superior) | Homem | | Mulher | |
|--|---|-------|-----|--------|-----|
| | | Sim | Não | Sim | Não |
| | Tem formação profissional agrícola? | | | | |
| | Qual? | | | | |
| Agricultura como profissão | É agricultor a tempo integral? | | | | |
| | Foi sempre agricultor? | | | | |
| | Tem ou teve outra profissão? | | | | |
| | Qual? | | | | |
| Situação face ao emprego | Empregado | | | | |
| | Desempregado | | | | |
| | Reformado | | | | |
| Situação face à profissão | Trabalhador por conta própria com empregados | | | | |
| | Trabalhador por conta própria sem empregados | | | | |
| | Trabalhador por conta de outrem | | | | |
| | Trabalhador familiar não remunerado | | | | |
| Informação sobre os pais para determinar a classe social | Os seus pais eram agricultores? | | | | |
| | Se não, tinham outra profissão? Qual? | | | | |

| | |
|-------------------------------------|--|
| A preencher no fim da observação | |
| Notas analíticas | |
| Notas metodológicas | |
| Observações complementares | |
| Principais conclusões da observação | |

Anexo III- Guião para entrevista semiestruturada

Autorização para gravar

Objetivos: Perceber os diferentes papéis que a mulher desempenha nas dimensões familiar, económica, social e política.

Tema 1 – Relação com a AderSousa

- Como conheceu a AderSousa?
- Que atividades já desenvolveu no âmbito desta associação?

Tema 2- Como surgiu a agricultura na vida da entrevistada

- Onde passou a sua infância?
- Quando e como teve o primeiro contato com a agricultura? Foi através de quem?
- Sempre gostou de praticar agricultura?

Tema 3- Perceções sobre a agricultura e vida rural

- Percebe modificações nas formas de trabalho agrícola desde o tempo dos seus avós?

Se sim, quais?

- O que é que a agricultura significa/ representa para si?
- Que funções é que a agricultura tem na sua vida (económica, social, ambiental)?
- Gosta do local onde vive?
- Acha que o local onde vive precisa de alguma modificação?

Se sim, quais?

- Descreva-me a sua rotina num dia normal

Dimensão económica

Tema 4- Trabalho agrícola

- Que atividades realiza na exploração?
- Em que espaços passa a maior parte do seu tempo (horta, jardim, pomar...)?
- Quais são as atividades agrícolas que mais gosta de realizar?

- Sente que o seu trabalho é valorizado pela sua família?

Tema 5- Trabalho não agrícola

- Para além da agricultura, possui outra ocupação?

Qual? Essa atividade gera rendimento para si e/ou para a sua família?

- Se a agricultura não existisse na sua vida, imaginava-se a fazer outra coisa? O que? Porquê?

- Possui rendimento próprio?

Tema 6- Dimensão familiar

- Existe distribuição de tarefas entre os membros da família? Como é que essa distribuição é feita?

- Como são distribuídas as tarefas domésticas (quem as realiza, quais cada um realiza)?

- Acha que existe uma divisão igualitária de tarefas entre si e os restantes membros do agregado familiar?

- Que tipo de decisões toma na família (domésticas, económicas, filhos...)?

- Acha que existem papéis que devem ser assumidos só pelas mulheres ou só pelos homens? Se sim, quais?

Tema 7- Dimensão social/ política

- Como ocupa os seus tempos livres/ de lazer?

- Participa em alguma instituição de representação coletiva?

Se sim, que trabalho já desenvolveu nesse âmbito?

- Existe alguma atividade que gostava de praticar, mas não o faz?

Porquê (falta de tempo, recursos)?

Tema 8- Aproximação à agroecologia

- Já ouviu falar e/ou praticou agroecologia? E agricultura biológica?

Se sim, o que entende que cada uma delas é?

- Acha que existem vantagens em praticar agricultura biológica?

Se sim, quais?

- Acha que existem dificuldades/entraves à prática da agricultura biológica?

Se sim, quais?